



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JOSEANE GOMES FIGUEIREDO

DESIGUALDADE SOCIAL E CAPITALISMO: UMA RELAÇÃO INELIMINÁVEL
DA REPRODUÇÃO SOCIAL BURGUESA

MACEIÓ
2015

JOSEANE GOMES FIGUEIREDO

**DESIGUALDADE SOCIAL E CAPITALISMO: UMA RELAÇÃO INELIMINÁVEL
DA REPRODUÇÃO SOCIAL BURGUESA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito básico para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

ORIENTADORA: Dra. Norma Alcântara Brandão de Holanda

**MACEIÓ
2015**

Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

F475d Figueiredo, Joseane Gomes.
Desigualdade social e capitalismo: uma relação ineliminável da reprodução social burguesa / Joseane Gomes Figueiredo. – 2015.
106 f.

Orientadora: Norma Alcântara Brandão de Holanda.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 104-106.

1. Desigualdade social. 2. Capitalismo. 3. Acumulação do capital.
4. Reprodução social. I. Título.

CDU: 364.144



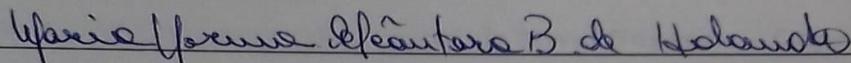
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO



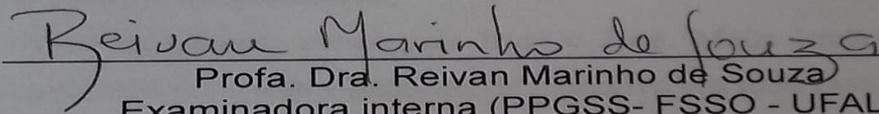
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Joseane Gomes Figueiredo**, intitulada **Desigualdade social e capitalismo: relação ineliminável da reprodução social burguesa**, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 09 de abril de 2015, às 15:00hs, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

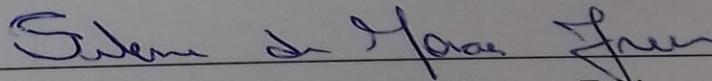


Profa. Dra. Norma Alcântara Brandão de Holanda
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Banca Examinadora



Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)



Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Examinador externo (UERJ)

AGRADECIMENTOS

A gratidão àqueles que fizeram parte direta ou indiretamente da finalização deste trabalho depois de um longo processo construído com dificuldades, mas, sobretudo de aprendizagem, constitui um momento de alegria e prazer para com aqueles que me ajudaram a chegar tão longe;

À minha orientadora Professora. Dr.^a. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda pela paciência, companheirismo, gentileza e sempre disposição intelectual com preciosas contribuições neste trabalho;

As professoras da Banca de Qualificação e Defesa, Prof.^a Dr.^a. Reivan Marinho de Souza (UFAL), Prof.^a Dr.^a. Silene de Moraes Freire (UERJ), por aceitarem prontamente contribuir para o aprimoramento deste trabalho;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela concessão de bolsa de estudo para a realização desta pesquisa;

Aos meus amigos do Mestrado pelas valiosas discussões nos incessantes trabalhos, especialmente as companheiras Clarisse Maria, Polyana Palhares e Fernando Bizerra pelo carinho, amizade e estímulos sempre que precisei;

Ao meu companheiro Cristiano por estar comigo em todos os momentos me dando carinho, força e incentivo para nunca desanimar;

Por fim, aos meus familiares; meus pais Iraci e José. Meus irmãos: Antônio, Cristiano, Josiano e Joana pela compreensão e palavras de incentivo em toda essa jornada.

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a relação intrínseca da “desigualdade social” e o desenvolvimento capitalista, evidenciando a processualidade histórica que constitui a ordem burguesa e seus fundamentos, considerando a produção e reprodução social dos homens sob a perspectiva histórico-crítica. Entende-se que a produção e reprodução social dos homens determinam a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas refletindo diretamente nas diversas formas de trabalho ao longo de toda processualidade histórica da humanidade. Considera-se que a gênese da “desigualdade social” perpassa a dinâmica do processo de produção e reprodução social dos homens em condições históricas determinadas. Nesta apreensão percebemos que as diferentes formas de gerenciamento da problemática da desigualdade não ultrapassam os limites de reprodução do capital, que se fundamenta na compra e venda da força de trabalho com apropriação privada da riqueza social. Analisa-se, a impossibilidade de superação da “desigualdade social” entre os homens no modo de produção capitalista, evidenciando que a reprodução do capital assentada na exploração do trabalho determinada pela separação total dos produtores diretos dos meios de produção perpetua esta desigualdade, tonando-a inerente e ineliminável, dado que a produção e reprodução do capital é conduzida pela necessidade imanente de acumulação cuja distribuição nos moldes capitalistas deixa intocável a contradição entre capital e trabalho que se reproduz da dinâmica constante entre a escassez e abundância de riquezas configurando o antagonismo de classes nesta sociabilidade.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Capitalismo. Acumulação. Reprodução Social.

ABSTRACT

This work has as object of study the intrinsic relationship between social inequality and capitalist development, highlighting the historical processuality which is the bourgeois order and its grounds, considering the social production and reproduction of men in the historical-critical perspective. It is understood that the social production and reproduction of men determine the dynamics of development of the productive forces directly reflected in the various forms of work throughout historic processuality of humanity. It is considered that the genesis of social inequality pervades the dynamics of the production process and social reproduction of men in certain historical conditions. In this apprehension realize that the different forms of management of social inequality do not go beyond the reproduction of capital, which is based on the purchase and sale of the workforce with private appropriation of social wealth. Analyzes, the impossibility of overcoming social inequality among men in the capitalist mode of production, showing that the reproduction of capital sitting on the exploitation of labor determined by the total separation of the direct producers of means of production perpetuates social inequality, tonando it inherent and ineliminable, as the production and reproduction of capital is conducted by the immanent need for accumulation whose distribution in capitalist lines leaves untouched the contradiction between capital and labor that reproduces the constant dynamic between scarcity and abundance of riches setting the class antagonism this sociability.

Key words: Social Inequality. Capitalism. Accumulation. Social Reproduction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DA DESIGUALDADE SOCIAL SOB A ORDEM BURGUESA	17
1.1 As bases materiais da exploração capitalista: produção de mais-valia pressuposto para reprodução da desigualdade social	18
1.2 Produtividade do trabalho sob o capitalismo: o desenvolvimento das forças produtivas para o capital e a manutenção dos pressupostos para reprodução da desigualdade social	27
1.3 Desenvolvimento capitalista e desigualdade social: absorção e repulsão dos trabalhadores na ordem burguesa	34
1.4 A dinâmica indissociável da acumulação do capital e da desigualdade social nas relações burguesas	40
2 CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS: UMA “NOVA” FORMA DE ACUMULAR PARA MANUTENÇÃO DA “VELHA” DESIGUALDADE SOCIAL	44
2.1 O excedente econômico na era monopolista: alterações na dinâmica do capital e da desigualdade social	45
2.2 A redistribuição do excedente na era dos monopólios: as formas de escoamento da produção para reprodução ampliada do capital e da desigualdade	51
2.3 A reconfiguração do Estado no capitalismo monopolista: O enfrentamento das expressões da desigualdade social	60
2.4 Racionalidade e irracionalidade do sistema do capital: a crise estrutural adensando a desigualdade	68
3 OS “NOVOS” MECANISMOS DE CONTROLE DA DESIGUALDADE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	78
3.1 O gerenciamento da pobreza e desigualdade no liberalismo	79

3.2 O Estado de Bem- Estar e a desigualdade social: os limites das concessões do capital ao trabalho-----	84
3.3 Neoliberalismo e desigualdade social: o que há de “novo” nesta relação?-----	91
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	98
REFERÊNCIAS -----	104

INTRODUÇÃO

Os resultados da pesquisa sobre a “desigualdade social” aqui expostos considera a totalidade do desenvolvimento, apreendendo a dinâmica da reprodução sob a ordem burguesa, desvelando seu caráter desigual e contraditório, na medida em que a “desigualdade social” é pressuposto fundamental para a expansão e acumulação do capital em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora em sua totalidade.

Nas sociedades pré-capitalistas a pobreza e a desigualdade se justificavam pela escassez material, isto é, estava ligada ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, contudo no capitalismo este desenvolvimento engendra uma nova dinâmica para produção e a reprodução social da humanidade. A riqueza segue-se a partir de um desenvolvimento intenso das forças produtivas e a escassez antes produto de uma ordem natural passa a ser produto da produção social dos homens regidos pela divisão da sociedade em classes, pela condição de proprietários privados dos meios de produção. Tal condição foi o que impulsionou historicamente o desenvolvimento das forças produtivas e a produção do excedente, originando as condições materiais para que os homens pudessem subjugar uns aos outros para se apropriarem deste excedente. Cabe ressaltar, que o surgimento do excedente gerado pelas relações de produção não é o que determina a consolidação e permanência de relações sociais desiguais assentadas na exploração do homem sobre o homem, mas sim a apropriação privada deste excedente por uma minoria. Neste sentido, o processo de trabalho¹ e as relações que os homens estabelecem entre si para desenvolvê-lo dão as bases para uma determinada forma de reprodução das relações sociais.

A “desigualdade social” mesmo alcançando variações com avanços e recuos em diversos países e períodos históricos consolida-se como um componente essencial da reprodução social capitalista, porquanto é pressuposto fundamental neste processo, intensificando a contradição do sistema do capital, pois, de um lado, ela é fundamental para a acumulação e a expansão do capital; de outro lado, engendra lutas sociais que dinamizam sua reprodução, como também a reprodução da vida dos trabalhadores. É nesta processualidade contraditória e real que a desigualdade consolida-se como elemento fundamental na reprodução social sob a ordem burguesa.

¹ De acordo com Marx: “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, p.303)”.

Cabe enfatizar, que a “desigualdade social” que apontamos em nosso estudo, não diz respeito às diferenças individuais de cada ser, por certo que existem e fazem parte do processo de generalidade do ser humano. Afirmamos que o ser social é composto historicamente por particularidades, singularidades, que compõem a totalidade do gênero humano perpassado por um determinado solo sócio-histórico de produção e reprodução social que se articulam nas respostas às necessidades humano-sociais que surgem desta dinâmica.

Nossa pesquisa estrutura-se em análise de caráter teórico-interpretativo da realidade em sua totalidade tendo como objetivo demonstrar a “desigualdade social” como componente ineliminável das relações sociais burguesas identificando suas raízes socioeconômicas e materiais. Tal análise evidenciará as condições materiais de produção e apropriação da riqueza social produzida, pois é desta relação que surgem as possibilidades de um desenvolvimento social pleno ou limitado da reprodução social.

Segundo o estudo de Edlene Pimentel (2012) a análise teórica historicamente desenvolvida para explicar o movimento causal que reproduz desigualdade e pobreza em concomitância com a produção de riqueza no desenvolvimento das relações sociais capitalistas paramenta-se nas expressões aparentes deste movimento, ou seja, nas consequências imediatas do processo de industrialização, sobretudo nos efeitos políticos, quando o pauperismo² da classe trabalhadora conformou um novo dinamismo político e social para a luta de classes que mais tarde daria as bases para gênese sócio-histórica do Serviço Social³ como profissão, cuja intervenção tem como objeto a chamada “questão social”⁴, que

² O pauperismo constitui conforme Netto: “Um fenômeno decorrente da “primeira onda industrializante”, notadamente no estágio industrial/concorrencial do capitalismo, quando surgira um novo fenômeno nunca antes visto na história da sociedade. Não obstante, se a desigualdade de classes não era inédita, isto é se apropriação e usufruto da riqueza social produzida não advinha da ordem burguesa, era notório que surgira uma dinâmica radicalmente nova nas relações sociais, cuja nova dinâmica generaliza a pobreza. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Assim a denominação do pauperismo pela expressão “questão social” está diretamente relacionadas aos seus “desdobramentos sociopolíticos” advindos das transformações sociais engendradas pela nova dinâmica societária sob o capital (NETTO,2013,p.12-13).

³ Netto delimita como marco histórico para gênese da profissão o conjunto de transformações trazidas pela divisão social do trabalho no capitalismo monopolista, quando há um redimensionamento do papel do Estado para atender as exigências da ordem monopólica que sob o movimento da acumulação e concentração de capitais engendrara um novo dinamismo nas relações sociais emergindo conflitos e intensificando os existentes (NETTO, 1997).

⁴ Segundo Pimentel a chamada “questão social”, possui sua materialidade expressa na contradição imanente entre capital e trabalho, analisada especialmente sob a *Lei Geral de Acumulação Capitalista* de Marx, em que se demonstra que a produção de riqueza para acumulação da classe proprietária dos meios de produção e subsistência é concomitante ao empobrecimento da classe trabalhadora. Ou seja,, o fundamento material da questão social possui suas raízes na tendência do capital de se expandir e acumular privadamente a riqueza social tendo necessariamente o adensamento de dois pólos - riqueza e pobreza - que expressam fundamentalmente acumulação da riqueza pela classe capitalista e a pauperização da classe trabalhadora que se aprofunda na

segundo a análise desta autora é determinada pelo conflito entre capital e trabalho, que não se configura apenas nos efeitos políticos desta relação, mas, sobretudo por reproduzido a partir da base material engendrada pela lógica de expansão e acumulação capitalista, que tem como premissa a exploração do trabalho através da compra da força de trabalho para acumulação privada da riqueza social produzida. Dessa maneira, a base material posta no conflito entre capital e trabalho dinamiza a intervenção do Estado e da classe burguesa no sentido de legitimar a ordem capitalista salvaguardando a propriedade privada dos meios de produção, dando as condições para uma reprodução social nos limites das concessões que possibilitem liberdade ao capital mantendo a desigualdade entre os homens como base fundamental neste processo.

Diante disso, Pimentel aponta que as análises teóricas desenvolvidas por estudiosos contemporâneos como Robert Castel e Pierre Rosavallon ⁵ acerca de uma suposta “nova” “questão social” delineada pelas transformações contemporâneas, sobretudo o desemprego e a exclusão social, são expressões contemporâneas adensadas da velha “questão social” que atingira os limites estruturais da reprodução do capital diante da crise estrutural que o atravessa provocando novos fenômenos sociais, cujas raízes partem da contradição fundamental da relação capital/trabalho que funda a desigualdade. Assim, as configurações históricas modificam seus efeitos, todavia as determinações fundamentais do processo permanecem intocáveis, isto é, o processo reprodução do capital continua a produzir e expressar de diversas formas a imanente desigualdade que o funda e o atravessa em todas as esferas sociais.

Com efeito, tais análises reduzem a discussão ao problema do não desenvolvimento dos países e à questão da organização política dos trabalhadores. Logo, a solução viável configura-se em novas orientações do Estado redimensionando a dinâmica de reprodução do

medida em que as necessidades de acumulação e expansão do capital exigem. Contudo, sob a ordem burguesa esta desigualdade e antagonismo são analisados, sobretudo a partir de seus efeitos políticos, obscurecendo e naturalizando as bases materiais delineadas no ato da compra e venda da força de trabalho. Logo, o pauperismo da classe trabalhadora em meio ao processo de industrialização é denominado de “questão social” (PIMENTEL, 2012, p.119).

⁵ Estes autores reafirmam uma proposta de conservação da ordem capitalista, haja vista entenderem que o estabelecimento de um novo contrato social em que o Estado redimensionaria ações voltadas para coesão e equilíbrio social resolveria o problema do pauperismo, enquanto expressão da desigualdade. Assim, Castel e Rosavallon analisam o fenômeno do pauperismo da classe trabalhadora especificamente na manifestação imediata do problema, ou seja, a questão é interpretada sob o ponto de vista da dinâmica imediata da sociedade, a análise fica nas expressões e aspectos fenomênicos, sem penetrar a essência do problema e suas determinações fundamentais constituintes da totalidade social que evidenciam o caráter de exploração e desigualdade imanente à reprodução capitalista (PIMENTEL, 2012, p.140-141).

capital para coesão e equilíbrio social. Nesse sentido, o caráter “reformista”⁶ desta sociabilidade desenvolve-se e vincula-se diretamente à reprodução fetichizada⁷ de relações cada vez mais voltadas para o mercado, naturalizando a desigualdade vigente e apresentando projetos alternativos que não tocam o cerne da questão, limitam-se apenas a redistribuir riqueza sem discutir a forma de produção dessa riqueza.

Nesse quadro contemporâneo, Amartya Sen⁸, indiano, Nobel de economia vem sendo apontado como um progressista e crítico do atual quadro social de desemprego, pobreza e desigualdade com alternativas concretas e possíveis para mais desenvolvimento econômico e social para humanidade. Contudo, uma leitura mais atenta sobre as concepções defendidas por este autor, é possível perceber que o desenvolvimento econômico e social, norteadores destas alternativas está nos limites do mercado, isto é, a liberdade humana realiza-se no espaço do mercado, onde a compra e venda de mercadorias permite que o autointeresse direcione a sociedade para a satisfação das necessidades através do mecanismo de mercado. Significa dizer, conforme Sen, que o egoísmo individual através do mercado transforma-se em solidariedade universal.

Segundo os estudos de Mészáros (2012), o século XXI trouxe de forma mais adensada o potencial de destruição da ordem do capital, como também a necessidade de renovação de promessas para o desenvolvimento humano e social. Contudo, a própria história tem demonstrado através das mais diversas expressões da desigualdade como o movimento ampliado da reprodução do capital ultrapassa qualquer barreira que paralise a dinâmica de

⁶ Corrente política no seio do movimento operário, que nega a necessidade da luta de classes, a revolução socialista e a ditadura do proletariado, é favorável à colaboração entre as classes e aspira converter o capitalismo numa sociedade de "prosperidade geral" com a ajuda das reformas aplicadas no marco da legalidade burguesa. Surgiu no último quarto do século XIX e se difundiu entre os partidos social-democratas. Segundo Lessa desenvolveu-se a partir do capitalismo monopolista, quando há uma alteração significativa na produção da mais-valia absoluta e relativa, engendrando novas formas de consumo com uma produção voltada para os trabalhadores “diferenciados” da atividade produtiva. Assim: [...] “aprofunda-se a cisão entre tais trabalhadores e operários que têm acesso ao mercado consumidor e a massa de operários e trabalhadores que produzem a mais-valia absoluta e recebem salários bem mais baixos. Pois, quanto menor o custo de produção dos bens de primeira necessidade (portanto, também quanto menor a remuneração dos operários e trabalhadores nestes setores), maior o acesso ao mercado dos assalariados de maior poder aquisitivo” (LESSA, 2013, p.193-194).

⁷ Segundo Santos: “A modernização, apregoada pela mídia, passa pela formulação da seguinte premissa: definimento das entidades da classe trabalhadora e negação de suas formas de sociabilidade e subjetividade com a finalidade de promover uma nova cultura centrada na fragmentação, na efemeridade e no individualismo, reproduzindo formas fetichizadas de relações sociais (SANTOS, Cleusa, 2010, p.127)”.

⁸ Para Sen: “O problema da desigualdade, realmente se magnifica quando a atenção é desviada da desigualdade de renda para a desigualdade na distribuição de liberdades substantivas e capacidades” (SEN, 2000, p.144). Na concepção do autor o que importa não é alterar a distribuição de renda entre as classes sociais, como propusera a social democracia. Para ele, é necessário oferecer oportunidades sociais através de políticas básicas e focalizadas para que os agentes individuais possam obter uma melhor renda, ou seja, a alternativa limita-se a condição que permite ou não maior liberdade ao mercado, está, portanto nos limites que permitem a reprodução ampliada do capital, engendrando indivíduos capazes de competir e consumir no mercado.

expansão e acumulação que o rege. Assim têm prevalecido de maneira cada vez mais adensada os aspectos destrutivos sobre os aspectos criativos. Em outras palavras, temos vivenciado na atualidade o antagonismo entre o avanço produtivo e a sobrevivência humana, torna-se cada vez mais visível a incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento social e humano sob a ordem burguesa. Com efeito, a reprodução da desigualdade tende a ser naturalizada, controlada e gerenciada nos limites da reprodução do capital.

Os Estados capitalistas assumem historicamente o caráter de despolitizar essa desigualdade, tratando-a nos limites que permitem a continuidade da reprodução ampliada do capital, naturalizando o antagonismo social através de mecanismos político-ideológicos que remetem ao subjetivismo das relações sociais obscurecendo a articulação da objetividade material que funda essa desigualdade. Significa dizer, que as ações desenvolvidas são para reformar no sentido de conservar o que está posto, amenizando a desigualdade e mantendo-a em patamares aceitáveis. É, neste processo, que as pesquisas⁹ levantadas por órgãos e instituições dos Estados nacionais e organismos internacionais assimilam à manutenção da desigualdade e pobreza às questões individuais, singulares, mascarando a objetividade material que perpassa a totalidade fundante do movimento que determina a indissociabilidade entre produção da riqueza e “desigualdade social”.

Notadamente, a sociedade burguesa rege-se pela dominação e alienação das relações sociais de produção, em que a “desigualdade social” tende a naturalizar-se nas relações sociais, isto é, tende a ser percebida como algo normal, natural, ou até como uma predestinação de alguns indivíduos de nascerem para dominar e outros para ser dominados. Neste sentido, a mercantilização da vida dos homens nesta sociabilidade é imanente, haja vista ser a mercadoria o agente direcionador das relações sociais, engendrando assim uma alienação que obscurece a realidade e a contradição imanente entre capital e trabalho, o caráter de exploração de um sobre o outro. Significa dizer que a percepção da desigualdade,

⁹ No caso do Brasil, Segundo Castelo, as pesquisas têm revelado a inalteração da desigualdade: “ A desigualdade social no Brasil não teria sofrido grandes alterações de patamar nos últimos trinta anos[...] uma pequena redução do patamar de pobreza no pós-Plano Real (1994), que passou de 40% para 34%. Isto leva os ideólogos do social liberalismo a afirmar que o Brasil sofreria de uma “ estabilidade inaceitável” da desigualdade : entra e sai governo – cai a ditadura militar, entra o regime democrático – e o *status quo* da desigualdade permanece inalterado. Todas as medidas – coeficiente de Gini, índice de Theil, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres- confirmariam o diagnóstico da estabilidade inaceitável” das desigualdades sociais. Conforme: CASTELO. Rodrigo. O Social-liberalismo Brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. Ana Elizabete Mota (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

da injustiça, da expropriação alheia assume o caráter de naturalização, de conformidade, como se não houvesse alternativa além da que está posta, como se os homens não fossem seres sociais capazes de produzirem novas formas de trabalho e sociabilidade que estejam além da dominação de outrem.

É a partir desta argumentação que nos fundamentaremos ao longo do texto, já que a “desigualdade social” consolidou-se nas relações sociais burguesas e apresenta-se contemporaneamente como uma problemática tratada sob aspectos individuais e singulares, nos quais a redistribuição de riqueza e a política econômica de Estado voltada para o “social” e para um “novo” desenvolvimento resolveriam o problema. Assim, tais orientações desenvolvem mecanismos de redistribuição de riqueza, em que a cidadania deve ser atingida paulatinamente através de um processo de aperfeiçoamento contínuo de uma estrutura jurídico-político que ampliaria os direitos e conseqüentemente diminuiria a desigualdade entre os homens.

A “desigualdade social” no Brasil¹⁰, país marcado por uma das mais altas concentrações de renda e riqueza do mundo, que historicamente assumiu contornos sociais críticos, revela tão somente os traços socioeconômicos de dependência em relação aos países de capitalismo central, abordando essa problemática nos limites do que delineiam as configurações econômicas globalizadas, sempre orientadas para ações de controle, garantindo a reprodução ampliada do capital com programas voltados para redução da pobreza e da desigualdade .

Assim, considerando a amplitude do tema, abordá-lo a partir de diversos pontos de vista demandaria uma investigação teórica superior ao nosso objetivo neste momento. Limitamos o nosso estudo à investigação de como o modo de operar do capital inviabiliza a construção de uma sociedade justa e igualitária, na medida em que a produção da riqueza social é indissociável da lógica desigual que opera o sistema e o reproduz. Vale ressaltar que, o intenso desenvolvimento das forças produtivas sob o capital apesar de trazer para a humanidade um estágio de abundância material limita a produção deste excedente a alguns grupos que podem usufruir desta riqueza. Por outro lado, a grande maioria partícipe da produção da riqueza social está condenada a penúria do não acesso ou do mínimo que sequer

¹⁰ Segundo Mota, no caso brasileiro, especialmente no Governo Luís Inácio da Silva o que podemos apreender é que “o atendimento das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida”. Dessa maneira, as repostas às lutas sociohistóricas contra a miséria e desigualdade social conformam estratégias que negam o antagonismo de classes, com aval ativo e passivo de grande parte dos trabalhadores. E mais: “Ao desistoricizar a pobreza- não por naturalizá-la como vaticínio e destino, mas tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias -, tonoru-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes (MOTA, 2012, p.37)”.

permite viver com dignidade. Porquanto, as relações que permeiam a lógica de produção de riqueza nesta sociedade são regidas por uma desigualdade de classe que consolida a “desigualdade social” como algo natural.

Apresenta-se a condição que define os homens como vendedores e compradores de força de trabalho no momento da produção de suas vidas como algo que brotou naturalmente das relações sociais e não por uma separação radical entre os produtores e os meios de produção sociais, sobretudo pela apropriação privada da riqueza social produzida às expensas da exploração da força de trabalho em favor da acumulação do capital. Nesse sentido, o debate contemporâneo da desigualdade deve ser apreendido pelo Serviço Social como uma problemática estrutural da reprodução social burguesa, isto é, ineliminável de sua base material de reprodução, mas que pode modificar-se substancialmente a partir das forças sociais configuradas historicamente para uma nova forma de sociabilidade, que esteja para além dos limites da exploração e alienação que regem as relações burguesas.

Assim, a análise da “desigualdade social” e sua estrutural condição de funcionalidade a ordem burguesa sob esse marco teórico é de fundamental importância para o Serviço Social, pois esclarece os limites das reformas sociais implementadas pelo capital mediante a intervenção do Estado, apreendendo as bases materiais de tal reprodução social, tendo em vista qualificá-la como produto histórico das relações sociais e não como uma relação naturalizada e despolitizada da produção social dos homens. Enfim, permite-nos apreender as razões pelas quais a satisfação das reais necessidades dos indivíduos é incompatível com a lógica do sistema capitalista.

Evidenciamos que a forma capitalista marca a desigualdade significativamente entre os homens, por torná-los meros vendedores de mercadoria, por tonar sua capacidade de criar e desenvolver apenas condição de sobrevivência, ou seja, a produção material nesta sociabilidade apesar do alto desenvolvimento das forças produtivas com grandes avanços científicos e tecnológicos não significa a eliminação da exploração e da desigualdade nas relações sociais, pelo contrário reafirma a separação entre proprietários dos meios de produção e os produtores diretos posta no momento da produção material de suas vidas, fundamentando uma nova forma de desigualdade que delimita o velamento da “desigualdade social” nas relações sociais capitalistas consolidando a desigualdade de classe e naturalizando a exploração e expropriação da riqueza social produzida.

Demarca, portanto, sob a condição de uma suposta igualdade e liberdade que permeiam as relações de troca uma desigualdade real como também a indissociabilidade desta desigualdade das relações que permitem a reprodução social sob a égide do capital.

No decorrer da nossa exposição buscaremos responder as seguintes indagações:

- O que fundamenta a desigualdade nesta sociabilidade?
- A produção de riqueza em abundância possibilitaria eliminar pobreza e desigualdade?
- _ É possível eliminá-las com redistribuição de riqueza sob os moldes capitalistas?
- _ Por que o desenvolvimento capitalista é indissociável da produção de pobreza e desigualdade?
- Há alternativa para criação de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, que considere as necessidades humanas na sua forma mais genérica?

A partir dessas indagações acerca do objeto de pesquisa construímos a hipótese de estudo da indissociabilidade da produção de riqueza ser concomitante a produção de pobreza e desigualdade sob a ordem burguesa.

Nosso estudo se apoia nas discussões levantadas por Marx em *O Capital*, especialmente, os capítulos XXIII e XXIV, nos quais Marx discute respectivamente as condições de formação e desenvolvimento do capital, e, também a relação da acumulação do capital e seus reflexos na vida da classe trabalhadora. A nosso ver, seus apontamentos ainda são vigentes na reprodução social contemporânea, posto que não obstante o sistema sócio-metabólico do capital tenha apresentado novas formas para suas necessidades de reprodução, não eliminou seus traços fundamentais como a necessidade de expansão e acumulação ininterruptas.

Apoiamo-nos também em algumas discussões mais contemporâneas de autores como *Mészáros*, (2012) *Baran e Sweezy* (1966), *Pimentel* (2012), *Tonet* (2005), *Lessa* (2013), *Mandel* (1982), *Salama e Valier* (1997), *Coggiola e Katz* (1995). Nosso percurso teórico tem como objetivo compreender os fundamentos materiais da reprodução da “desigualdade social” na contemporaneidade, tendo por suposto que a partir desta compreensão podemos desvelar como as “formas” utilizadas pelo aparato ideológico-político na sociedade regida pelo capital mascaram a desigualdade estrutural deste sistema tornando-a indissociável da lógica de reprodução capitalista.

Nossa pesquisa ganha relevância na medida em que a hipótese de estudo se propõe a apreender a reprodução da desigualdade como um desdobramento da acumulação capitalista ao longo de seu desenvolvimento, relacionando sua reprodução diretamente com a produção e reprodução das necessidades do capital, evidenciando sua natureza e funcionalidade nesta sociabilidade estruturada essencialmente sob a condição desigual estabelecida entre os compradores e vendedores de força de trabalho.

Além disso, o estudo do funcionamento e especificidades da sociedade capitalista nos possibilitou verificar se há ou não uma alteração substancial na “desigualdade social” com o desenvolvimento capitalista e suas fases de acumulação, especialmente em sua fase

monopolista, quando o excedente passa a ser predominante na produção social. Desta forma, buscamos compreender como se dá a dinâmica de reprodução do capital e sua relação com a reprodução da desigualdade ao longo do desenvolvimento capitalista.

Nossa discussão adentra não apenas as formas de reprodução do capital e da “desigualdade social” postas na contemporaneidade, mas abrange também a desumanização e miserabilidade dos homens nesta ordem social com o desenvolvimento ampliado da produção de riquezas que ao invés de emancipa-los do martírio da produção material os torna escravos do cotidiano de suas vidas cada vez mais esvaziadas de sentido.

Para facilitar a nossa compreensão sobre o tema organizamos a exposição do nosso trabalho em três capítulos: no primeiro, assinalamos a gênese do capitalismo e o desenvolvimento da acumulação do capital evidenciado por Marx, apontando como a “desigualdade social” vai se delineando e se consolidando em razão de sua necessária reprodução em face do desenvolvimento do modo de produção capitalista, apreendendo assim as bases estruturais de reprodução da desigualdade sob a ordem burguesa; no segundo, pontuamos as principais características do capitalismo monopolista, evidenciando como a produção do excedente em escala global de desenvolvimento do capital, continua a manter e reproduzir a desigualdade social num sistema que passa a demonstrar suas contradições de forma cada vez mais evidente, exigindo do Estado formas mais sistemáticas e contínuas de intervenção para o combate a desigualdade social tendo em vista legitimar a ordem burguesa; e por fim, no terceiro capítulo discutimos as propostas interventivas do Estado historicamente permeadas por “reformismos” para conservar as condições que permitem a reprodução do capital revestindo-se de “novas” formas de intervenção, mas que em primeira e última instância mantêm as condições para reprodução da desigualdade, haja vista ser a separação entre os produtores diretos e os proprietários dos meios de produção condição fundamental e estrutural para o desenvolvimento capitalista, como também para reprodução desta desigualdade social.

1 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DA DESIGUALDADE SOCIAL SOB A ORDEM BURGUESA

Neste capítulo, analisaremos o processo histórico-social que possibilitou a formação do modo de produção capitalista, destacando as características fundamentais em sua gênese, como também o desenvolvimento da acumulação do capital tratado por Marx. Com isso, tomamos como referência os argumentos de Karl Marx nos capítulos XXIII e XXIV de “*O Capital*”, que tratam respectivamente da *Lei Geral da Acumulação Capitalista* e das formas primitivas de acumulação. A nosso ver, aí se desvelam a lógica da produção da riqueza e da pobreza nesta sociabilidade, os nexos causais que mantêm a base fundamental da “desigualdade social” em nossos dias, como forma necessária de sua reprodução, através da exploração dos trabalhadores. Veremos a repercussão desse processo na vida da classe trabalhadora, evidenciando a reprodução desta desigualdade nas relações sociais burguesas como condição necessária e por isso, essencial, para ampliação e desenvolvimento da acumulação capitalista.

Desta forma, traremos nos itens que compõem este capítulo, alguns elementos apontados por Marx como fundamentais para constituição do capital e para o desenvolvimento de sua lógica de reprodução, qual seja: acumulação e expansão ascendente e ininterrupta. Tal lógica permite-nos apreender os fundamentos da “desigualdade social” nesta sociabilidade, como também seus mecanismos de reprodução.

No processo de produção e acumulação capitalista encontramos as determinações essenciais que reproduzem a “desigualdade social”, posto que tal reprodução é engendrada a partir da sua base material, evidenciada na contradição capital/trabalho, a qual vem se intensificando contemporaneamente com o avanço tecnológico e científico. Evidencia-se com isto uma mudança constante da composição orgânica do capital¹¹ em detrimento da força de trabalho, refletindo a intensificação da produtividade do trabalho utilizada a serviço do capital e das necessidades de sua acumulação, com consequências devastadoras para a classe trabalhadora, a exemplo do desemprego estrutural que mantém uma massa de trabalhadores na ociosidade, enquanto outra parte é explorada de forma cada vez mais camuflada.

¹¹ Para Marx, a composição orgânica do capital refere-se aos elementos que compõem o capital e que se correlacionam entre si. São eles: capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho), que com o desenvolvimento das forças produtivas alteram esta composição significativamente. A este movimento entre capital constante e capital variável Marx denomina composição orgânica do capital. Em outras palavras ela reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para produzir uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária (MARX, 1985, p.187).

1.1 As bases materiais da exploração capitalista: produção de mais-valia pressuposto para reprodução da desigualdade social

Neste item resgatamos os argumentos de Marx expostos no capítulo XXIV de O Capital intitulado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, pela sua importância para apreensão do processo de formação do modo de produção capitalista a partir de sua gênese, sua dinâmica de acumulação e as condições que permitiram um novo *status quo* para a “desigualdade social” entre os homens¹², considerando as possibilidades que apontavam esse novo modo de produção.

Segundo Marx (1985), a acumulação primitiva do capital representa o processo histórico que permitiu a transformação de dinheiro em capital, configurando-se assim, no ponto de partida para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista. Isto porque sua dinâmica de reprodução pressupõe uma acumulação anterior, isto é, acumulação de capitais que permitissem a ampliação deste acúmulo, porquanto a reprodução paramenta-se na expansão e acumulação ininterrupta da riqueza social produzida. Significa dizer que a lógica capitalista pressupõe à reprodução ininterrupta de mais-valia, ou seja, um acúmulo de trabalho não pago apropriado pelos detentores dos meios de produção, os capitalistas, mediante a exploração da força de trabalho da classe desprovida destes meios, o proletariado.

Nesta processualidade, o modo de produção capitalista possui sua gênese ainda nas entranhas da sociedade feudal¹³, forjando as condições sócio-políticas que erodiram o trabalho servil e permitiram a exploração da força de trabalho com a separação dos produtores diretos dos meios de produção fundamentais à sua subsistência, determinando uma nova forma de exploração baseada no trabalho assalariado. Este processo possibilitou a condição de existência histórica de homens com riquezas acumuladas para comprar meios de produção, e

¹² A Revolução Neolítica fundou historicamente a possibilidade real para a exploração do homem pelo homem com a produção do excedente que desembocou no aparecimento da desigualdade social entre eles e, por conseguinte na subordinação de um grupo ao outro. Portanto, a processualidade histórica demonstra que a apropriação da riqueza social produzida advém de relações de produção cuja divisão social do trabalho em classes é basilar. Assim, a desigualdade social entre os homens se solidificou em desigualdade social de classes (MANDEL, 1982, p.10-11).

¹³ O modo de produção feudal se caracterizava pelo trabalho servil, com uma economia para subsistência em que a divisão da terra em feudos determinava um estamento de classes entre camponeses, nobres e a Igreja Católica (Clero), esta última foi a maior detentora de terras e de poder durante toda Idade Média, o poder era descentralizado, mas isso se modificou com o início da Revolução Burguesa, quando a classe que detinha o poder econômico provocou uma mudança substancial na estrutura da sociedade para obter sua inserção política e exercer o poder econômico que já tinha de forma ampliada, dominando todas as esferas organizativas da sociedade em ascensão. Para maiores esclarecimentos ver: Huberman. Léo. 1986. Editora Guanabara. Rio de Janeiro.

de outro lado, homens desprovidos de qualquer bem, exceto sua força de trabalho para ser vendida.

Neste sentido, a separação dos camponeses dos meios de produção foi o elemento essencial na transformação dos meios de subsistência e da força de trabalho dos homens em meios que possibilitaram a reprodução do capital. A existência de força de trabalho “livre” e dos meios de produção nas mãos da classe proprietária do capital originou o modo de produção capitalista. Sobre estas particularidades que permitiram tal transformação, Marx aponta que se reduzem ao seguinte:

[...] duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadoria têm de defrontar-se e entrar em contato, de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores de sua própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (idem, p. 262).

Com efeito, a separação entre os produtores diretos e os meios de produção é fundamental para a formação de uma força de trabalho “livre” que veio a constituir-se no proletariado. Neste sentido, a expropriação dos camponeses e a concentração dos meios de produção e subsistência nas mãos dos capitalistas mostraram-se nestas circunstâncias históricas como essenciais ao aparecimento de uma classe trabalhadora assalariada, que ao ser despojada das suas antigas condições de trabalho não encontrou outra saída a não ser vender a sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. É esta nova disposição entre os meios de produção e a força de trabalho que cria a relação capital-trabalho, nada mais que um processo de separação do trabalhador das suas condições de trabalho que são apropriadas pelos capitalistas, criando assim uma força de trabalho a mercê das necessidades desta nova força social de produção – o capital - configurando um novo solo social para reprodução da desigualdade.

Diferentemente, do escravismo ¹⁴e do feudalismo em que os escravos e servos eram parte dos meios de produção e os camponeses autônomos donos dos meios de produção, no capitalismo o trabalhador está livre de qualquer meio de subsistência.

¹⁴ A dissolução da comunidade primitiva com aparecimento do excedente na produção advindo de uma mudança substancial no desenvolvimento das forças produtivas (agricultura, pecuária) possibilitou ao homem produzir mais do que necessitava para sua sobrevivência. Nesse contexto torna-se historicamente possível a escravização de uns homens sobre os outros, mudando radicalmente as relações sociais engendrando a materialidade da organização social que se denominou escravismo. Modo de produção que se funda na exploração do homem pelo homem introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, o trabalho era realizado sob a coerção e arbitrariedade dos senhores de escravos, a violência era real e potencial, a propriedade privada e a divisão do trabalho passam a potencializar uma relação de dominação, exploração e vigente desigualdade de classes. Este modo de produção esteve na base da grande civilização grega com continuidade no império

Todavia, segundo Marx, o rompimento com os entraves e privilégios feudais ao livre comércio da burguesia ascendente não significou a supressão da exploração dos trabalhadores, isto porque, sua sujeição aos senhores feudais foi substituída pela exploração capitalista. Nesse sentido, a suposta liberdade dos trabalhadores sob estas novas condições da produção social possuía limites que correspondiam à condição de serem vendedores da força de trabalho imposta pela expropriação das condições de propriedade dos meios de produção.

Para tanto:

O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista (idem, p.263).

Marx explica a determinação histórica deste momento e sua particularidade, comparando ironicamente a condição de livre vendedor da força de trabalho dos homens à liberdade dos pássaros, pois:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros (idem, p.263).

Com a constituição dessas duas espécies de homens possuidores de mercadorias aparentemente equivalentes, e tendo sido consolidadas as relações de troca no mercado estavam postas as bases fundamentais para o desenvolvimento da produção capitalista. O resultado deste processo não podia ser outro, senão a transformação dos “meios sociais de subsistência e de produção em capital” e dos “produtores diretos em trabalhadores assalariados”. Em face desta separação estrutural entre os produtores diretos e os meios de produção e subsistência, surge o capitalismo como um novo modo de produzir riquezas engendrando a partir desta separação novos mecanismos para reproduzir o *status quo* que mantém e legitima a “desigualdade social” nesta nova forma de produzir riquezas. Segundo Marx:

O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (idem, p.262).

Marx demonstra historicamente em sua análise como se deu o processo de acumulação primitiva do capital que possibilitou a gênese e desenvolvimento das relações capitalistas de produção, apreendendo como o capital necessário ao desenvolvimento da sociedade capitalista foi acumulado ainda sob a égide da economia feudal. De acordo com nosso autor, a abolição dos últimos resquícios feudais foi decisiva para o processo de estruturação do sistema capitalista, pois, apenas quando o trabalhador se desvencilha das corporações e regulamentos, aos quais estava submetido no regime feudal, e deixa de ser servo, ou seja, de estar vinculado à gleba, é que ele se torna livre para vender a sua força de trabalho.

Mas, longe de trazer liberdade ao trabalhador ou condições de igualdade perante outros homens, o sistema capitalista restringe-as ainda mais, visto que lhe retira violentamente seus meios de produção e de subsistência, e lhe obriga a transformar-se em assalariado. Assim, as condições de reprodução no regime capitalista evidenciam uma desigualdade substancial como pressuposto para reprodução das condições que permitem o desenvolvimento desta sociabilidade.

Desse modo, a expropriação da base fundiária dos produtores diretos foi o alicerce do processo de acumulação originária do capital, com a expulsão dos camponeses das terras comunais usando de todos os meios para isso, sobretudo, a expropriação e a violência. Nesse sentido, a “desigualdade social” nesse contexto, se consolidava com a separação dos produtores direto dos seus meios de produção, sendo elemento imprescindível para acumulação do capital conforme a expropriação decorrente desse período. O principal e mais violento processo que possibilitou a expropriação dos trabalhadores camponeses foi o *Clearing of States* o chamado clareamento das terras na Inglaterra, Segundo Marx:

Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram no clarear. [...], trata-se agora, que já não há camponeses independentes para serem varridos, de “clarear” os cottages, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavram(idem,p.271).

No processo de consolidação desta separação entre produtores e proprietários dos meios de produção, no século XVIII, o Estado legalizou os métodos de expropriação de terras da população camponesa dando continuidade ao processo arbitrário de desapropriação dos meios de produção dos trabalhadores remetendo-os à exploração do trabalho assalariado. Para Marx:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaros (idem, p.275).

Assim, a formação do modo de produção capitalista tem suas determinações mais essenciais nesta separação que particulariza sua forma ampliada de reprodução, na qual uma sociedade voltada exclusivamente para troca de mercadorias estabelece relações sociais em que os protagonistas destas trocas se diferenciam pela condição que ocupam no momento da produção e apropriação de riqueza e se igualam apenas, e tão somente, na condição de serem detentores de mercadorias postas à venda no mercado. Não obstante, a afirmação de igualdade de condições enquanto vendedores de mercadorias é uma falácia. Isto porque ao analisarmos as condições humano-materiais em que se encontram os homens no momento da produção social capitalista desvelamos que esta aparente “igualdade” de condições é, sobretudo, um velamento da exploração inerente à força de trabalho fetichizada sob o manto da condição de “livre” vendedor de suas mercadorias.

Nessa perspectiva, a contradição basilar da produção social sob o domínio do capital está nas condições materiais que permitem a produção e reprodução deste sistema, pois como seu objetivo final é o lucro, enquanto meio para ampliação da riqueza capitalista mediante sua expansão e acumulação ininterruptas, cria também miséria e desigualdade a uma parte da humanidade¹⁵, àquela desprovida dos meios de produção e de subsistência e que está subordinada aos ditames da ordem capitalista burguesa.

Segundo Marx (1985), o capital se constitui a partir do processo que valoriza o dinheiro, ou seja, que o transforma em capital – uma determinada quantidade de capital que se valoriza a partir do acréscimo de valor superior ao inicial. Esse acréscimo se expressa na mais-valia, valor gerado no processo de trabalho que é expropriado pelos capitalistas para que seu capital inicial se valorize e possa retomar sua constante dinâmica de expansão e acumulação, através da exploração do trabalho assalariado. Esse processo de expansão e acumulação de capital reflete a relação de trabalho produtivo e improdutivo¹⁶, haja vista

¹⁵ Dada a complexidade da classe trabalhadora que se disseminou em várias sub-classes, principalmente a partir do redimensionamento das relações sócio-políticas com a ordem monopólica. Nossa referência contemplada aqui é da classe trabalhadora que não tem acesso às condições mínimas de sobrevivência, mesmo em meio a abundância de riqueza constituída pelo patrimônio social da humanidade com o desenvolvimento das forças produtivas. Para maiores esclarecimentos ver: NETTO, J.P.1992 e LESSA, Sérgio.2013.

¹⁶ Segundo Lessa é com o amadurecimento da sociedade capitalista burguesa que a distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo se evidencia, na medida em que há também o amadurecimento das relações sociais capitalistas, assim: é produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia e improdutivo aquele que não produz mais-valia. Em outras palavras, o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, ineliminável e eterna da condição de reprodução de qualquer sociedade, que permite transformar a natureza pela ação humana é considerado o trabalho que cria a mais-valia, enquanto que o trabalho advindo de relações sociais complexificadas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista não gera mais-valia, mas a reproduz, é denominado trabalho improdutivo. Portanto, a sociedade burguesa madura contempla o trabalho assalariado-abstrato, sob dois aspectos: o produtivo e improdutivo em relação a mais-valia notadamente a exploração do

contemporaneamente ter a financeirização do capital atingido seu auge dinamizando e repercutindo diretamente nas relações sociais, evidenciando novos mecanismos que precarizam ainda mais as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, notadamente, com a expansão da esfera dos serviços e a transformação do capital produtivo em capital financeiro.

Marx faz uma longa e fundamental reflexão acerca do processo que relaciona compra e venda de força de trabalho e a produção de mais-valia nos moldes capitalistas:

Na medida em que a mais-valia, na qual consiste o capital adicional número I, foi o resultado da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que correspondeu às leis do intercâmbio de mercadorias e, juridicamente considerada, não pressupõe mais do que a livre disposição por parte do trabalhador sobre suas próprias capacidades, por parte do possuidor de dinheiro ou mercadoria sobre os valores que lhe pertencem; na medida em que o capital adicional número II etc, é simples resultado do capital adicional número I, consequência, portanto, daquela primeira relação; na medida em que cada transação isolada corresponde constantemente à lei do intercâmbio de mercadorias, isto é, o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende, e queremos mesmo admitir que por seu valor real, a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto. O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se, portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica (idem, p.166).

Assim, o capital se reproduz em uma constante dinâmica que pressupõe a valorização de valores existentes e ampliação dos valores criados. Significa dizer que, o trabalhador ao vender sua força de trabalho produz um valor além do custo da sua própria sobrevivência, que é a mais-valia apropriada pelo capitalista. Ao comprar a força de trabalho o capitalista passa a dispor do seu valor de uso na jornada de trabalho.

O capitalista paga ao trabalhador pelo uso da mercadoria força de trabalho e não pela produtividade do trabalho durante a sua jornada de trabalho, constituindo assim uma relação de exploração. Nesse sentido, Marx esclarece como a ocultação desta exploração diferencia a ordem capitalista das formas precedentes, por estar assentada no assalariamento e na valorização do dinheiro em que a propriedade do dinheiro e do trabalho relaciona-se mediante a subordinação do trabalho à valorização do capital:

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corvéia distinguem-se espacial e

temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalhou para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado (idem, p.130).

Portanto, a mais-valia retirada da produtividade do trabalho é o elemento que valoriza e transforma dinheiro em capital. Dessa forma, a expropriação desse sobretrabalho (mais-valia) é essencial para manter as bases de acumulação do capital em constante expansão e, por conseguinte, mantém também as condições para reprodução da desigualdade entre os homens, visto que a relação que estabelecem entre si na compra e venda da mercadoria força de trabalho está assentada em uma relação antagônica, na qual a acumulação de riqueza de um é condição de exploração do outro.

Decerto a força de trabalho possui uma peculiaridade que nenhuma outra mercadoria tem: ela é a única mercadoria que ao ser posta em movimento, cria valor, e não apenas o valor da sua reprodução, mas também, um valor superior ao que custa para se reproduzir enquanto tal. Isto porque ao vender sua força de trabalho ao capitalista por um período determinado, os trabalhadores têm determinado a priori o valor de sua força de trabalho, entretanto, esta força só se consome em contato com os meios de produção.

A determinação a priori do valor da força de trabalho pelo capitalista incide diretamente na quantidade de valor materializado nas mercadorias no momento em que a força de trabalho é consumida na produção capitalista. Desse modo, o valor pago pelos capitalistas não se refere ao valor criado pelos trabalhadores, mas pela disposição da força de trabalho em determinada quantidade de tempo na fábrica. Para Marx:

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, ainda que sua forma possa variar, em determinada época de determinada sociedade, é dada, podendo, portanto, ser tratada como uma grandeza constante. O que muda é o valor dessa massa. Dois outros fatores entram na determinação do valor da força de trabalho. Por um lado, seus custos de desenvolvimento, que se modificam com o modo de produção; por outro lado, sua diferença natural, se masculina ou feminina, se madura ou imatura. A utilização dessas diferentes forças de trabalho, por sua vez condicionada pelo modo de produção, acarreta grande diferença nos custos de reprodução da família trabalhadora e no valor do trabalhador masculino adulto (idem, p.113).

Em outras palavras, os capitalistas pagam aos trabalhadores um valor determinado a priori – salário, pelo uso da força de trabalho em determinada quantidade de tempo, mas sua capacidade produtiva fornece um valor maior que não é pago pelos capitalistas. Este valor

(mais-valia) está incluso e cristalizado nas mercadorias produzidas no processo de trabalho. Constitui-se assim a exploração da força de trabalho, fonte inesgotável de mais-valia, elemento essencial na valorização do capital investido inicialmente pelos capitalistas e que necessita reproduzir-se de forma sempre ampliada e contínua para garantia do lucro, objetivo que rege as relações capitalistas.

De nada serve deduzir a troca de mais por menos trabalho a partir da diferença de forma, do fato que em um caso ele está objetivado, no outro, está vivo. Isso é tanto mais absurdo pelo fato de o valor de uma mercadoria não ser determinado pelo quantum de trabalho realmente objetivado nela, mas pelo quantum de trabalho vivo necessário para produzi-la. Suponhamos que uma mercadoria represente 6 horas de trabalho. Se surgem invenções que permitem produzi-la em 3 horas, cairá também pela metade o valor da mercadoria já produzida. Ela representa agora 3 horas de trabalho social necessário, em vez de 6 horas como antes. É portanto o quantum de trabalho exigido para sua produção e não a sua forma objetivada que determina sua grandeza de valor (idem, p.128).

Logo, o modo de produção capitalista possui sua razão de ser na apropriação de uma quantidade de trabalho não pago, que deve ser constantemente ampliada para sua reprodução. Essa produção social repousa, portanto, na exploração da força de trabalho para valorização do capital com a expropriação e apropriação constante do trabalho alheio. Isto porque os trabalhadores não param de trabalhar ao produzirem o valor pago à sua força de trabalho, esta continuará em movimento até o término da jornada de trabalho estabelecida pelo capitalista que o contratou. Para Marx, o modo de operar do sistema capitalista determina um desenvolvimento em que a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa estão em consonância com a expansão do capital e a conseqüente exploração e desigualdades imanentes à vida dos trabalhadores, pois:

O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (idem, p.106).

É, portanto, no processo de trabalho que se consome esta força, ou seja, é no momento em que se relacionam meios de produção e homens que as condições de produção de valores se alteram. Estas determinações configuram uma relação de exploração mesmo que em termos jurídicos exista uma relação de igualdade entre vendedores e compradores da força de trabalho. Tal igualdade não passa de um mero aparato sócio-político que legitima a exploração, notadamente também, a substancial relação de desigualdade nesta sociabilidade.

De fato, a determinação essencial do modo de produção capitalista, isto é, as condições que lhe permitem reproduzir capital em escala de expansão e acumulação é a produção ininterrupta de mais-valia. É nesta determinação essencial que reside o segredo da produção capitalista. Ao comprar a força de trabalho pelo seu valor de troca, o capitalista se apropria de todo o seu valor de uso, isto é, de toda utilidade na produção de mercadorias. Dessa forma, as mercadorias produzidas pela força de trabalho possuem um excedente de trabalho que é expropriado pelo capitalista gratuitamente caracterizando uma relação de constante desigualdade e exploração entre os detentores dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho.

Desse modo, temos que a condição de acumulação dos capitalistas é determinada pela exploração da classe trabalhadora, isto é, capital e trabalho precisam estar vinculados constantemente para garantir a produção de mais-valia. Esta relação retira do trabalhador o valor excedente do seu trabalho, que é apropriado por outrem determinando assim uma reprodução social de exploração imanente à reprodução do modo de produção capitalista (NETTO & BRAZ, 2009, p.96-97).

Portanto, trata-se de uma produção social destinada ao atendimento de um mercado consumidor que pressuponha lucros aos capitalistas subjugando as necessidades humanas às necessidades de reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a “desigualdade social” expressa na relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção se aprofunda, apesar do alto desenvolvimento da tecnologia e da ciência, pois o objetivo é sempre o lucro, a realização da mais-valia. Assim, a produção social destina-se à reprodução social das condições que permitem o progresso do capital limitando as necessidades humanas a lógica de tal reprodução.

Apreendemos assim, que a classe proprietária dos meios de produção ao valorizar e expandir seus negócios, não tem nenhum interesse em dividir a mais-valia adquirida, e isto não se explica por conceitos abstratos baseados em solidarismo ou qualquer outro que não apreenda as reais condições objetivas em que se encontram os homens nesta sociabilidade em relação à produção social de suas vidas, pois a determinação essencial da reprodução capitalista é perpassada pela condição ontológica de reprodução do capital, que tem como premissa a reprodução constante da desigualdade entre trabalhadores e capitalistas (NETTO & BRAZ, 2009, p.108-109).

Nesse sentido, a “desigualdade social” torna-se funcional à lógica capitalista de reprodução; porquanto, entre burgueses e proletários perpassam relações antagônicas entre capital e trabalho que se reproduzem mediante a exploração da força de trabalho do proletariado e expropriação da mais-valia pela classe burguesa. A compra e venda da força de

trabalho, ato que funda a sociedade capitalista, põe os homens como iguais em termos jurídicos, no entanto, a raiz material que fundamenta a desigualdade nesta sociedade, a separação total dos produtores diretos dos meios de produção, permanece intocável posto que a proteção da propriedade privada desses meios de produção é inerente à reprodução do capital.

Partindo destas questões iniciais, é possível tratar sobre as consequências do desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital, e de como o processo de acumulação do capital consolida a “desigualdade social” com a compra e venda da força de trabalho, porquanto pagamentos de salários em troca de trabalho não signifiquem substancialmente relações justas para os homens que se defrontam na relação capital - trabalho.

1.2 Produtividade do trabalho sob o capitalismo: desenvolvimento das forças produtivas para o capital e manutenção dos pressupostos para reprodução da desigualdade social

De acordo com Marx (1985), para apreendermos os fundamentos que determinam o modo de acumular riquezas no capitalismo e sua repercussão na vida dos trabalhadores, precisamos ir além da aparente relação de “igualdade” expressa na compra e venda da força de trabalho, cujo assalariamento dos trabalhadores e seus respectivos contratos demonstram as reais condições de desigualdade em que se encontram na produção e reprodução social de suas vidas, pois,

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como um quantum determinado de dinheiro pago por um quantum determinado de trabalho. Fala-se aqui do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de seu preço necessário ou natural. Por outro lado, fala-se de preços de mercado de trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo ou acima de seu preço necessário (idem, p.127).

Com o desenvolvimento das relações capitalistas tem-se um processo cuja produção domina o homem e não o homem a produção; a força de trabalho torna-se um valor de uso para o capitalista, como qualquer mercadoria, Portanto, o produto do trabalho domina o trabalhador no processo de produção, a dominação e alienação do trabalho conduzem um processo de trabalho que desumaniza as relações sociais em meras relações mercantis.

Neste sentido, dadas às condições históricas que permitiram a gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista, temos que a produção de riqueza adquire uma nova dinâmica repercutindo no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho como também das relações sociais. Para entender a relação que compõe o capital e como esta, no transcurso do processo de acumulação, redimensiona as relações de produção e reprodução

social dos homens, é fundamental apreendermos seus reflexos na vida da classe trabalhadora. Por isso, diz Marx (1985):

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados, e, por outro lado, o montante de trabalho exigido em seu emprego. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital (idem, p.187).

A correlação de que trata Marx nesta análise diz respeito ao capital constante e ao capital variável que compõem um determinado volume de capital e que tem na valorização deste montante condição indispensável para sua expansão. Significa dizer que a proporção em que se reparte a matéria que compõe o capital – capital constante (meios de produção) e o elemento que o valoriza – capital variável (força de trabalho) determina o volume e intensidade da expansão e acumulação do capital.

Neste sentido, a concorrência entre os capitalistas na corrida para expansão e acumulação de capital implica num alto desenvolvimento das forças produtivas e traz como consequência a diminuição do trabalho vivo em relação ao trabalho morto que se objetiva nas máquinas. Há, portanto, uma mudança na composição orgânica do capital, devido à sua necessidade imanente de se expandir e acumular. Esta transformação constante na composição valor do capital que modifica sua composição técnica é resultado do movimento de crescimento e expansão do capital regido pela desigual relação em sua estrutura que concomitantemente promove acúmulo de riquezas à custa da exploração da força de trabalho de muitos, e, por conseguinte é basilar para reprodução da desigualdade.

A necessidade de expansão do capital, enquanto um dos pólos regentes de sua reprodução cria um ritmo de acumulação que conforme as condições históricas do capital em desenvolvimento pode determinar uma maior demanda por força de trabalho em algumas circunstâncias em relação ao capital constante. Assim, temos como consequência que: [...] as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que sua oferta e por isso os salários se elevam (idem, p.188). Conforme Marx é neste momento que a demanda por trabalhadores se torna maior que sua oferta, refletindo num aumento salarial temporário para os trabalhadores.

Contudo, na lógica ininterrupta de acumulação para reprodução do capital perpassa a relação social entre assalariados e capitalistas; esta é baseada na desigualdade entre os homens e reproduz-se a partir desta dinâmica. Assim, a alternância que há entre os capitalistas individuais devido à concorrência entre eles que altera a proporção demandada de força de trabalho e meios de produção, aumentado com isto os salários, não modifica a base estrutural em que se funda a reprodução capitalista, seja ela simples ou ampliada.

Decorrente desta desproporção que tende a aumentar entre meios de produção e força de trabalho com o desenvolvimento das forças produtivas é que se erguem as condições que mantém a desigualdade nos patamares que permitem a reprodução da ordem burguesa e do capital. Por isso Marx assevera que qualquer que seja a reprodução do capital – simples ou ampliada, exige, notadamente com o ritmo de sua acumulação, a multiplicação do proletariado como mecanismo vivo indispensável à sua reprodução. Logo:

A reprodução da força de trabalho que incessantemente precisa incorpora-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (idem p.188).

Nosso autor enfatiza a relação real entre as necessidades de acumulação do capital enquanto força que precisa valorizar-se ininterruptamente e a reprodução da força de trabalho que incorporada ao capital produz concomitante mais capital e mais proletariado. No entanto, a produção destes dois elementos fundamentais ao modo de produção capitalista é seguida por um descompasso, qual seja: a necessidade de acumulação do capital reproduz e multiplica o proletariado em uma relação desigual, desproporcional, entre força de trabalho e as necessidades de acumulação do capital, visto que a produção capitalista se desenvolve a partir desta relação e necessita de sua reprodução. A acumulação de capital implica numa diminuição quantitativa do proletariado, mas não a eliminação da exploração do capital sobre o trabalho, esta se mantém e é reproduzida em várias escalas¹⁷.

Significa dizer ainda, segundo Marx, que: “Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto (idem, p.191)”. Ou seja, a reprodução do capital pode até admitir certo grau de diminuição da exploração, mas em momento algum sua eliminação, pois assim não haveria lucro para os

¹⁷ A exploração da força de trabalho configurada em mercadoria sob a ordem burguesa cria mecanismos que permitem uma diferenciação entre os trabalhadores nos níveis salariais, contudo a condição de vendedor da força de trabalho não se elimina, mesmo que haja uma diminuição no tempo de trabalho, a mais-valia é a condição sine qua non do sistema capitalista e será absoluta ou relativa ou simultaneamente as duas formas a depender das condições sócio-históricas em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 1985).

capitalistas, visto que é desta exploração e da apropriação do sobretalho, formas indispensáveis e essenciais à reprodução do capital, que estes se apoiam para manter-se como detentores dos meios de produção, enquanto os desprovidos destes veem-se cada vez mais compelidos à exploração de sua força de trabalho.

Neste sentido, a relação capital/trabalho subordina a classe trabalhadora a aceitar as condições de produção impostas pelos capitalistas, na medida em que os trabalhadores não possuindo nenhum meio de produção a não ser a força de trabalho, submetem-se à exploração, porquanto a sobrevivência deles e de suas famílias depende da venda da sua força de trabalho. Assim, a extração contínua da mais-valia permite a reprodução do capital e das relações que subordinam e mantêm a classe trabalhadora em condições reais de desigualdade perante os proprietários dos meios de produção. Por isso, conclui Marx que:

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável (idem, p.191).

Considerando esta lei fundamental do modo de produção capitalista, nosso autor exemplifica as condições que pressupõem um aumento no preço dos salários dos trabalhadores em relação ao processo de acumulação e o que isto significa substancialmente: “Abstraindo inteiramente elevação do salário com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de prestar” (idem, p.192).

Assim, continua nosso autor:

[...] uma elevação do preço do trabalho decorrente da acumulação de capital pressupõe a seguinte alternativa. Ou o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o progresso da acumulação; nisso não há nada de surpreendente. Ou, este é o outro lado da alternativa, a acumulação afrouxa devido o preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. A acumulação decresce. Mas, com seu decréscimo desaparece a causa do seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria (idem, p.192).

Dessa forma, o que provoca o decréscimo na acumulação é a elevação do preço do trabalho, porém, a causa do decréscimo da força de trabalho sinaliza notadamente a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. Esta dinâmica permite ao mesmo tempo, que o processo de acumulação reinicie, na medida em que a causa do decréscimo da acumulação (elevação do preço do trabalho) é eliminada com a diminuição do valor do trabalho, reiniciando assim a dinâmica ininterrupta da reprodução do capital e da desigualdade basilar entre trabalhadores e capitalistas.

Vemos, portanto, que o modo de operar do sistema capitalista engendra dentro da sua lógica de reprodução mecanismos que permitem acumular e expandir-se numa dinâmica que

não elimina, pelo contrário, reafirma a acumulação como mola propulsora deste sistema e a “desigualdade social” como base ineliminável da reprodução destas relações. Neste sentido, sua contradição fundamental, qual seja: a de que o crescimento do capital não significa uma melhoria na totalidade da vida da classe trabalhadora, mas, sobretudo a reprodução ampliada dos capitais privados em detrimento das necessidades humanas, reafirma e mantém a “desigualdade social” entre os homens.

Para Marx, as relações que se estabelecem com o crescimento do capital e diminuição da força de trabalho expressam uma desigualdade imanente do sistema em seu desenvolvimento que só tende a se aprofundar e não a equalizar as diferenças sociais entre os homens. Assim, mesmo que haja alguma alteração, melhoria para uma parcela da população trabalhadora em relação as suas condições de vida, não significa de modo algum a diminuição da exploração do capital sobre o trabalho já que tal exploração se reproduz em novas configurações, na medida em que a divisão social do trabalho¹⁸ sob o capital redimensiona a produção para atender as necessidades de reprodução deste último. Desvelando as relações entre o crescimento do capital constante, capital variável e acumulação, Marx nos diz que:

[...] no primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna o capital redundante, mas, ao contrário, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas, ao contrário, é a diminuição do capital que torna excessiva a força de trabalho explorável e, por isso, parecem dever-se a movimento próprio desta última. [...] a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário (idem, p.192).

Esta relação entre capital, força de trabalho e acumulação reflete a necessidade imanente do capital de acumular, sendo esta determinação a condição fundamental para diminuição ou crescimento do capital constante e capital variável. Ou seja, as necessidades de acumulação determinam a quantidade de força de trabalho em relação ao capital constante (meios de produção); neste sentido, não há uma insuficiência ou redundância entre força de trabalho e capital. Há sim uma relação de determinação da acumulação sobre essas duas

¹⁸ Para Marx a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual consolida um processo iniciado com a cooperação, desenvolvido na manufatura e completado na grande indústria, quando a maquinaria sob o domínio do capital, subordina por completo à força de trabalho ao seu movimento de expansão e acumulação. É quando: “as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital”. (MARX, 1996, p. 475).

variáveis, que torna excessiva ou insuficiente a força de trabalho explorável para o capital e o ritmo de sua acumulação.

Desse modo, apreender que a desigualdade de classes pode ser eliminada com uma “nova forma” de distribuição de riquezas sob a lógica capitalista é tão somente obscurecer as determinações reais e objetivas que estão postas nas relações sociais de produção que erguem esta sociabilidade para uma reprodução social antagônica e substancialmente desigual. Logo, a compreensão que o sistema pode ser “ajustado” para uma “nova forma” que haja uma igualdade social entre os homens não se sustenta em bases reais, pois, a reprodução do capital se dá numa desigual relação entre meios de produção e força de trabalho explorável que corresponderá indubitavelmente às necessidades de valorização do capital em detrimento das necessidades humanas.

A relação capital/trabalho e sua contradição fundamental, como apontamos, expressa sem sombra de dúvidas que a quantidade de capital, força de trabalho e salários não são elementos que podem ser ajustados de forma individual ou aleatória conforme a vontade de cada capitalista. Significa dizer que a produção social nos moldes capitalistas está assentada estruturalmente numa desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho. Neste sentido, as relações capitalistas obedecem a lógica estrutural de sua base de reprodução orientada sempre para expansão e acumulação, o que impossibilita pelo menos sob o domínio do capital, haver uma relação de igualdade e progresso para todos. Isto porque a lógica de sua reprodução tem como pressuposto o lucro e, por conseguinte uma acumulação correspondente que determina o ritmo da exploração da força de trabalho. Diz Marx:

Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora (idem, p.193).

Assim, o objetivo do capitalista é viabilizar estratégias para continuar expandindo, com seu impulso incontrolável pelos lucros, à custa do sacrifício e do desgaste do trabalhador. Portanto, a acumulação do capital não é favorável aos trabalhadores, pois só aumenta a relação de dependência entre capital e trabalho. O que importa esclarecer é que a força de trabalho é comprada pelo capitalista para a reprodução cada vez mais continuada do capital e sua valorização, e não em benefício do trabalhador enquanto gênero humano e, por conseguinte, o avanço da acumulação não permite eliminar as diferenças sociais postas a partir da produção, mas, sobretudo mantê-las.

Diante disso, Marx evidencia que: “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento

da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação capitalista (idem, p.194)”. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas sob o capital está voltado para o acúmulo de capitais privados deixando as necessidades humanas submissas à lógica orgânica do capital, qual seja: acumulação ininterrupta. Nesse sentido, ele fala sobre a produtividade social do trabalho e do desenvolvimento dos meios de produção no sistema do capital que assumem um duplo papel:

O crescimento de uns é consequência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e a utilização da maquinaria, no mesmo espaço de tempo mais matéria-prima é processada, portanto uma massa maior de matéria-prima e de materiais auxiliares entra no processo de trabalho. Essa é a consequência da crescente produtividade do trabalho. Por outro lado, a massa da maquinaria utilizada, dos animais de trabalho, dos adubos minerais, das tubulações de drenagem etc., é condição da crescente produtividade do trabalho. Assim também a massa dos meios de produção concentrados em prédios, altos-fornos, dos meios de transporte etc. Mas, condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho (idem, p.194).

Nesta citação, Marx evidencia a principal consequência que se deu no transcurso do desenvolvimento capitalista, posto que à medida que os capitalistas individuais buscam desenvolver cada vez mais meios de produção que possibilitem extrair mais trabalho em menos tempo, desencadeiam um processo contínuo de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, da produtividade social do trabalho com a divisão social do trabalho em escala crescente condicionada pelas necessidades de reprodução do capital.

Dessa forma, a concentração dos meios de produção nas mãos de capitalistas individuais e o seu comando sobre uma quantidade de trabalhadores expressa tão somente uma relação de exploração e desigualdade, posto que iniciada a dinâmica de reprodução do capital, a acumulação e expansão passam a ser seu pressuposto de sobrevivência, significando assim a reprodução da exploração e desigualdade para a classe trabalhadora e abundância de riquezas para a classe capitalista.

Note-se que o desenvolvimento do capital e sua acumulação só ampliam e mantêm a “desigualdade social” que o fundamenta, isto é a separação entre os produtores diretos e os meios sociais de produção e subsistência consolida esta desigualdade redimensionando as contradições geradas em sua base para a esfera da circulação e consumo. Contudo, é na esfera da produção que se dá a relação desigual consubstanciada na exploração e expropriação da força de trabalho.

Assim, veremos no item seguinte como a relação desproporcional entre capital constante e capital variável permite a adoção de mecanismos que regulam quantitativamente a classe trabalhadora condicionando suas necessidades as necessidades de absorção do capital.

1.3 Desenvolvimento capitalista e desigualdade social: absorção e repulsão dos trabalhadores no processo produtivo da ordem burguesa

Como vimos, a relação capital pressupõe a necessidade de sua valorização no processo de produção e reprodução simples e ampliada, isto porque a reprodução do capital funda-se numa dinâmica de crescimento ininterrupto, na qual o lucro é a força motriz que garante sua sobrevivência, enquanto soma fixa que se valoriza através da adição do trabalho não pago e incorporado no processo de produção. Nesse sentido, a demanda por trabalho é crescente na consolidação destes capitais¹⁹, no entanto não significa de maneira nenhuma, como demonstramos, que a necessidade de força de trabalho para valorização do capital elimine gradativamente a relação de exploração e, por conseguinte, a desigualdade que perpassa a relação capital/trabalho.

Assim, Marx evidencia que o crescimento dos capitais individuais implica necessariamente numa concentração dos meios de produção e conseqüentemente numa dinâmica de reprodução em que o ritmo da acumulação do capital ajusta o número de capitalistas em relação aos meios de produção e acumulação e, por conseguinte, de trabalhadores para manter tais condições de reprodução. Para o autor:

Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes (idem, p.196).

Para tanto, a concentração do capital nas mãos dos capitalistas individuais está limitada pelo grau de crescimento da riqueza social e pela proporção em que se repartem os meios de produção entre os capitalistas em cada esfera da produção, ou seja, a condição que ocupam na produção social enquanto produtores de mercadorias determina uma concorrência entre os mesmos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitalistas individuais (idem p.196). Essa divisão que ocorre no capital global em muitos capitais individuais ou com repulsão mútua entre os capitalistas, é

¹⁹ O crescimento da demanda por trabalho limita-se a reprodução do capital, isto é, a quantidade de trabalho que permite seu crescimento e acumulação, sendo assim, não corresponderá ao quantitativo de trabalhadores disponíveis, mas somente aquele quantitativo suficiente para valorização do capital pressupondo assim uma ininterrupta busca por mais-valia e, por conseguinte a manutenção da exploração da força de trabalho (MARX, 1985).

contrária a sua atração, pois não se refere mais a concentração simples que resulta numa idêntica acumulação de meios de produção e comando sobre a força de trabalho. Segundo nosso autor:

É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalistas por capitalistas, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração (idem, p.196).

Nesta citação Marx nos traz as evidências de que o crescimento do capital e do número de capitalistas, resultado da constante dinâmica de valorização do capital, exige uma concorrência ferrenha entre eles para garantia do lucro e tende a repartir e centralizar o capital global. O autor aponta que a expropriação de capitalistas por capitalista é consequência do avanço da expansão e acumulação do capital em que um número menor de capitalistas passa a dominar determinados ramos da produção a custa da perda de muitos grupos de capitalista, evidenciando como se constitui o processo de centralização de capitais. É desta necessidade de reprodução que resulta a distinção entre a concentração e acumulação e, notadamente na centralização de capitais criando monopólios de partes da produção por grandes grupos de capitalistas como veremos no decorrer de nossa discussão.

Desse modo, a centralização modifica a dinâmica da acumulação de capital, o progresso do movimento centralizador do capital não é freado pelo crescimento positivo da riqueza social, no qual expressa a necessidade de sua expansão e concentração. Significa dizer que a centralização “é apenas outra expressão para reprodução em escala ampliada” (idem, p.197). Com isso, a centralização dinamiza ainda mais os efeitos da acumulação, pois: “[...] amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (idem, p.198).

Neste sentido, esta alteração na composição técnica do capital²⁰ reflete diretamente na vida da classe trabalhadora que sofre os efeitos desta reprodução ampliada do capital com um

²⁰ A composição técnica do capital é a relação entre capital constante e capital variável. É uma massa de meios de produção relacionada com a quantidade de força de trabalho necessária para colocar os meios de produção em movimento. A composição técnica se altera devido ao desenvolvimento das forças produtivas que sob o capital tem a ciência e a tecnologia mecanismos imprescindíveis para diminuir os custos, e conseqüentemente o valor da força de trabalho. Assim, a constante elevação da composição orgânica do capital se orienta tendencialmente com o aumento da produtividade do trabalho. Portanto, temos cada vez mais uma quantidade menor de trabalhadores empregados para operar as máquinas. Esta relação tende a ser desproporcional como assevera Marx ao explicar a dinâmica de reprodução do capital (MARX, 1985).

aprofundamento da desigualdade que se expressará de várias formas em suas relações cotidianas, na medida em que a diminuição da demanda relativa do trabalho em relação aos meios de produção determina uma ociosidade forçada a uma parte dos trabalhadores. Estes trabalhadores passam a ser inseridos na produção capitalista de acordo com o ritmo da acumulação, resultando assim num aumento relativo da pobreza e de suas expressões em maior ou menor grau, a depender da dinâmica da acumulação do capital, isto é, das suas necessidades de reprodução.

Segundo Marx: “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (idem, p.194).

A divisão do trabalho é redimensionada por meio de utilização da maquinaria e de seu aperfeiçoamento com o desenvolvimento das relações capitalistas e sua necessária lógica de acumulação, tal divisão no decorrer do desenvolvimento capitalista tende a tornar-se cada vez mais invisível, sobretudo com a captura realizada pelos Estados sobre os serviços.

Esta divisão tende a diminuir os custos da produção, o trabalho torna-se mais lucrativo ampliando assim a acumulação do capital. Com isso, os meios de produção em expansão favorecem a venda de mercadorias mais baratas, aumentando a concorrência entre capitalistas e impulsionando a conquista de mercados maiores. Com o impulso para a expansão, os meios de produção são continuamente transformados, ocasionando o aumento da divisão do trabalho e com ela o emprego das máquinas.

Assim, a produção mecanizada é decisiva para a acumulação acelerada do capital, pois a maquinaria provoca uma maior divisão do trabalho, maior produtividade com o menor custo, e com um menor número de trabalhadores. Essa nova dinâmica provoca mudanças significativas na vida dos trabalhadores, pois acarreta a diminuição da força de trabalho, ou seja, o investimento que antes ocorria na mesma proporção entre força de trabalho e meios de produção, agora é inversamente proporcional.

Diante disso, uma das consequências do desenvolvimento do capital e da dinâmica de expansão e acumulação imanente a sua lógica de reprodução é a formação de uma classe trabalhadora que ora será produtiva para o capital e ora estará na ociosidade forçada, constituindo o que Marx (1985), chamou de “superpopulação relativa” ou exército industrial de reserva, produzido a partir das necessidades do capital que diminui relativamente à força de trabalho. Este mecanismo de atração e repulsão da força de trabalho é fundamental para regulação de salários e continuidade da exploração capitalista em conformidade com a

desigualdade substancial que permeia as relações capitalistas, porquanto as condições de trabalho nesta nova dinâmica tornam-se cada vez mais inconstantes para a classe trabalhadora.

Para Marx:

[...] essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que o capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (idem, p.199).

Marx apreende que o decréscimo na componente variável não é determinado pelo volume de capital global, mas, sobretudo pela necessidade de acumulação e crescimento do capital que produz uma dinâmica de valorização limitada por tal necessidade, pois os meios de ocupação não estão distribuídos conforme as necessidades da produção em seus termos mais universais, mas nos termos capitalistas, em que o lucro é sua força motriz, criando assim uma superpopulação supérflua, porém necessária no que diz respeito às necessidades de aproveitamento para o capital.

Esta dinâmica mantém e adequa esta superpopulação através dos mecanismos políticos e ideológicos postos sempre nos limites do capital naturalizando o fundamento econômico da produção desta superpopulação, cuja reprodução é essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Assim, a “desigualdade social” apresenta-se como pressuposto para discursos que enaltecem um “desenvolvimento” em que a concorrência entre os “desiguais” é a forma adequada para se atingir o sucesso em suas vidas, na medida em que buscam o tempo todo superar seu concorrente. Porém, esta concorrência entre os trabalhadores camuflada sob os desígnios de aproveitar as “oportunidades” obscurece a condição fundamental que mantém a “desigualdade social” sob o capitalismo, qual seja: a condição de vendedores ou compradores de força de trabalho.

Desse modo, as variações que ocorrem no ciclo industrial, cujo movimento se dá pelas determinações que exigem a acumulação crescente do capital atraindo e expulsando o componente variável (força de trabalho) demonstram que na medida em que produz acumulação para o capital, a força de trabalho produz concomitantemente “os meios de sua própria redundância relativa” (idem, p.200). Assim, Marx conclui que esta população trabalhadora excedente engendrada pelo capital e reproduzida conforme a necessidade da sua acumulação torna-se indispensável constituindo-se parte desse movimento.

Para nosso autor:

[...] essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto a ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (idem, p.200).

Segundo Marx, a expansão da produção é também meio para uma contração, esta delinea novamente a expansão, porém isto só pode ser realizado com uma população disponível para exploração do capital, ou seja, com uma parcela da população trabalhadora ocupando as fileiras dos desempregados e, de outro lado, uma parcela ocupada, mas que vive sob o fantasma do desemprego. Nestas condições, portanto, o crescimento e utilização da força de trabalho não correspondem as reais necessidades dos homens, mas, sobretudo as do capital e de sua reprodução. Tal população é resultado do processo que cria e libera constantemente trabalhadores, com adição de mecanismos à produção que diminuem relativamente o número de trabalhadores produtivos em relação à expansão do capital (Idem, 1985,p.201). Portanto, a dinâmica desta superpopulação relativa às necessidades do capital é expressão da desigualdade vigente nas relações burguesas.

Contrariamente, Malthus entende que esta superpopulação é consequência do excessivo crescimento absoluto da população trabalhadora, ou seja, culpabiliza os indivíduos pela sua redundância em relação à produção, obscurecendo o fato desta ter sido produzida a partir das necessidades da indústria sob o domínio do capital. Vejamos a relação em que Marx desmistifica a questão do número de trabalhadores e o crescimento do capital serem desproporcionais:

Com número igual ou até decrescente de trabalhadores comandados por ele, o capital variável cresce, no entanto, se o trabalhador individual fornece mais trabalho, aumentando assim seu salário, mesmo que o preço do trabalho permaneça igual ou até caia, só que mais devagar do que aumenta a massa de trabalho. O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados. Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores (idem, p.203).

Portanto, o crescimento do capital não significa de maneira alguma ganhos para os trabalhadores em sua totalidade, visto que a busca pelo barateamento das mercadorias para manter constante a acumulação faz com que tal acréscimo apareça como índice de mais trabalho e não necessariamente de mais trabalhadores ocupados. Para os capitalistas interessa produzir mais em menos tempo, ou seja, redução de custos e aumento de lucros e isto se faz à custa da diminuição de trabalhadores, o que significa diminuição de custos na produção. A

força de trabalho, portanto é comprada dentro dessa lógica, os capitalistas buscam gradativamente a diminuição de custos e nisto se inclui o valor da força de trabalho para o crescimento dos lucros com maior número de mercadorias produzidas em menos tempo.

Nesse sentido, a desigualdade posta na base capitalista com sua reprodução sempre em escala ampliada de valorização do capital põe os trabalhadores em uma relação de constante subordinação aos seus ditames, na medida em que se submetem à exploração de sua força de trabalho. Todavia, a relação de compra e venda da força de trabalho aparentemente justa evidenciada na relação de troca em que vender uma mercadoria por uma determinada quantia de dinheiro é considerado algo justo e natural, perpassa determinações de base econômico-sociais que estão além desta aparente igualdade na troca. Isto porque o que se vende em troca de salários é a força de trabalho dos homens, ou seja, a capacidade destes de produzir em determinadas condições históricas, que sob o domínio do capital tornou-se mercadoria como qualquer outra, retirando e obscurecendo o conteúdo humano que permeia a especificidade de ser a capacidade dos homens que permite criar valor, diferenciando-a das demais mercadorias.

Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas sob o capital não significa de maneira nenhuma a diminuição do tempo de trabalho para os trabalhadores em termos absolutos. Há uma diminuição sim, mas em termos relativos em relação à acumulação do capital, que torna uma parte da classe trabalhadora ocupada e sobrecarregada de trabalho, enquanto a outra ocupa as fileiras do desemprego ou do subemprego. Assim, a superpopulação relativa-exército industrial de reserva nesta processualidade revela-se como funcional às necessidades de expansão e acumulação do capital na medida em que é uma forma de controle do capital sobre o trabalho, notadamente, uma forma de acelerar acumulação e exploração numa dinâmica ininterrupta.

Esta superpopulação que vive na ociosidade ou nas formas inconstantes de trabalho exerce uma pressão permanente sobre a parcela ocupada na produção, pois necessita sobreviver e o único meio para satisfação de suas necessidades é vender sua força de trabalho. Os trabalhadores, como são contratados em menor número possível, são condicionados a trabalhar mais, visando compensar os que estão desempregados – a exemplo, um trabalhador faz o serviço de muitos –, portanto, poucos trabalhadores para mais trabalho e com um salário que não corresponde a tal quantidade de trabalho incorporado na mercadoria. Esta é uma das consequências do desemprego na sociedade capitalista. Logo, o desemprego intensifica a exploração do capital sobre o trabalho.

Assim:

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do

exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (idem, p.203).

Para tanto, a dimensão desta superpopulação relativa repousa nos limites da reprodução do capital e de seu ritmo de expansão e acumulação. É este movimento que permite um acréscimo ou decréscimo dessa superpopulação relativa, mudanças determinadas, segundo Marx: “pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (idem, p. 204).

Com isso, a nosso ver, evidencia-se que o crescimento do capital não cria uma demanda que corresponde ao trabalho; a oferta de trabalho, portanto, não é igual ao crescimento da classe trabalhadora. Significa dizer que o crescimento do desemprego que expressa a absorção ou a liberação da classe trabalhadora à produção, cria mecanismos que permitem manter a desigual relação estabelecida entre os homens sob a égide do capital, qual seja: a de serem compradores ou vendedores da força de trabalho. Portanto, a crescente acumulação do capital, além de aumentar a exploração da força de trabalho impulsiona um número cada vez mais crescente de trabalhadores para as fileiras desta superpopulação. Essa é a lógica do modo de produção capitalista que determina decisivamente a reprodução da pobreza e da “desigualdade social”, conforme veremos a seguir.

1.4 A indissociabilidade da acumulação do capital e da desigualdade nas relações burguesas

A acumulação do capital segue assim uma dinâmica que cria e reproduz uma superpopulação relativa de trabalhadores em relação às necessidades do capital e existe em “todos os matizes” (idem, p.207), sendo o trabalhador membro dela estando desocupado de forma parcial ou inteira. Em conformidade com o ciclo da indústria esta superpopulação: “apresenta três grandes formas: líquida, latente e estagnada” (idem, p.206-207).

A forma fluente da superpopulação relativa é expressa pelos trabalhadores que ora estão inseridos na produção e ora são repelidos, ou seja, dependem das oscilações do ciclo industrial de produção que tendem a inseri-los em um número cada vez menor, aumentando o número de pessoas desempregadas. Nas palavras de Marx:

Tanto nas fábricas propriamente ditas como em todas as grandes oficinas, em que a maquinaria entra como fator ou em que ao menos a moderna divisão do trabalho é aplicada, precisa-se maciçamente de trabalhadores masculinos até ultrapassarem a juventude. Uma vez atingindo esse termo, só um número muito reduzido continua sendo empregado no mesmo ramo de atividade, enquanto a maioria é regularmente demitida. Esta constitui um elemento da superpopulação fluente, que cresce com o tamanho da indústria (idem, p.207).

A sua forma latente é constituída pela população rural, sendo esta a mais afetada pelas mudanças no ciclo industrial. Isto porque está sempre à beira da transferência para as cidades de acordo com o desenvolvimento do capital no círculo urbano sendo submetida constantemente ao agouro do fantasma do pauperismo.

Marx nos esclarece que:

Assim, que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja completamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. [Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola]. Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com o pé no pântano do pauperismo (idem, p.207-208).

Uma terceira categoria da superpopulação relativa segundo Marx é a estagnada, constitui-se como parte do exército ativo de trabalhadores, porém em ocupações irregulares, isto é, sem nenhuma segurança relativa à manutenção de suas necessidades. “Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizado pelo máximo de tempo de serviço e mínimo de salário” (idem, p.208).

Estas formas expressam a capacidade do capital de absorver ou repelir trabalhadores para indústria moderna, mas o número de ocupados é sempre decrescente em relação à escala da produção e, neste sentido, a desigualdade posta na relação capital trabalho dinamiza aguda ou cronicamente esta superpopulação aos limites de reprodução do capital. Assim, nos momentos de crescimento do capital a superpopulação adquire um caráter de afluência, isto é, os trabalhadores são atraídos pelo crescimento do capital de forma mais rápida com uma demanda maior por trabalho no mercado. Além disso, esta superpopulação se caracteriza também por ser composta por uma população trabalhadora mais jovem. Marx aponta a contradição entre a necessidade de acumulação do capital e o crescimento da massa de trabalhadores:

Que o acréscimo natural da massa trabalhadora não satisfaça às necessidades de acumulação do capital e, ainda assim, simultaneamente ultrapasse, é uma contradição do seu próprio movimento. Ele precisa de massas maiores de trabalhadores em idade jovem, de massas menores em idade adulta (idem, p.207).

Pode-se dizer então, que o crescimento da massa de trabalhadores e o ritmo da acumulação evidenciam que há uma contradição nesta relação, na medida em que o crescimento do capital, da riqueza social enquanto capital, não permite que a demanda por trabalho seja atendida. Significa dizer, que quanto maior o crescimento do capital a massa de trabalhadores crescente tende a ficar a mercê da incorporação ou não à atividade produtiva, visto que o capitalista não tem nenhum compromisso para com a classe trabalhadora, mas, tão somente com o seu capital e seu avanço enquanto capitalista. Destacadas estas categorias, Marx aponta ainda que o mais profundo sedimento desta superpopulação relativa está na esfera do pauperismo.

Dessa forma, os desdobramentos advindos do desenvolvimento da produção capitalista com sua contradição imanente, que reduz proporcionalmente o número de trabalhadores ativos de acordo com as necessidades de expansão e acumulação do capital revelam-nos as condições materiais do surgimento de uma pobreza na sociabilidade capitalista em termos totalmente diversos das sociabilidades precedentes. Isto porque a produção da riqueza social nos moldes capitalistas atinge o patamar da abundância, contudo não elimina a pobreza, muito menos a condição que funda a “desigualdade social”, na qual repousa a reprodução do capital.

O adensamento desta nova forma de pobreza produzida pelo capital dissemina nos mais diversos matizes ideológicos, várias discussões acerca de modelos de desenvolvimento nos limites do capital que possibilitariam gradativamente a diminuição da pobreza e da desigualdade nesta sociabilidade, isto porque a agudização da pobreza engendrou na classe trabalhadora reações que assustaram a burguesia. Marx constata que:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (idem, p.209).

Por essa razão, a produção da riqueza social sob o capital desenvolve simultaneamente o crescimento da força de trabalho disponível em conformidade com a força expansiva do capital. Isto é, a força expansiva do capital pressupõe o crescimento da força de trabalho disponível e, por conseguinte, cria uma superpopulação relativa. A disponibilidade da força de trabalho é resultado do desenvolvimento da força de expansão do capital, assim o tamanho do exército industrial de reserva corresponde necessariamente a estas condições do desenvolvimento do capital e da força de trabalho que tornam a lógica de acumulação do capital e a “desigualdade social” indissociáveis do seu desenvolvimento. Conclui Marx que:

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a

superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista (idem, p.209).

Em conformidade com o que aponta a análise de Marx, entendemos que a “desigualdade social” presente nas relações capitalistas engendra um pauperismo que constitui a materialidade da contradição capital/trabalho, ou seja, na medida em que o capital se expande, cresce também a força de trabalho disponível – superpopulação relativa em proporção direta a um crescente pauperismo. Em outras palavras, a perversidade da lógica do sistema capitalista consiste em que o desenvolvimento da acumulação cria e reproduz relações cada vez mais desiguais, posto que os trabalhadores pertencentes ou não ao exército industrial ativo ou de reserva são ajustados pelo mecanismo autônomo do desenvolvimento e expansão do capital, que ora absorve ora repele o número de trabalhadores necessários à exploração do capital.

Decorrente destas condições,

A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital. Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que da população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (idem, p.209).

Assim, Marx evidencia que a lei absoluta do capital é a produção de mais-valia, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho nos moldes capitalistas tende a criar e reproduzir desigualdade, isto porque todos os métodos utilizados apontam na direção do lucro e conseqüentemente numa maior exploração do trabalho com a expropriação do trabalho alheio que se tornam indissociáveis. Sabemos que os parâmetros da igualdade nesta sociabilidade repousam nos limites necessários a reprodução do capital, em determinações materiais que permitem sua reprodução. Portanto,

[...] à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital [...] Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e

degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (idem, p.210).

Como vimos qualquer que seja o índice de acumulação do capital, sua escala de desenvolvimento determina a predominância da miséria a uma parte da população trabalhadora. Em outras palavras, a acumulação da riqueza em um pólo da sua produção engendra de forma proporcional miséria e desigualdade noutro pólo. Isto porque o desenvolvimento da riqueza social sob o capitalismo perpassa inexoravelmente a produção ininterrupta de pobreza e desigualdade em meio à abundância e acumulação de riquezas, são pólos inseparáveis, que se complementam.

Não obstante, o capitalismo apresentou ao longo de todo seu desenvolvimento histórico novos processos engendrados pela dinâmica que opera sua lógica de acumulação e expansão. A “desigualdade social” nesse sentido passou a ser objeto destas novas configurações históricas com discussões que nos levam a considerar os limites do capital e sua superação, porquanto repercute diretamente nas relações sociais. Assim, no próximo capítulo trataremos acerca das mudanças ocasionadas pela dinâmica de reprodução do capital e a base que mantém a lógica da sua acumulação em seu estágio monopolista, e como tais mudanças na forma de operar do capital repercutem na vida da classe trabalhadora evidenciando o caráter de desigualdade, de dominação que permeiam as relações burguesas.

2 CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS: UMA “NOVA” FORMA DE ACUMULAR PARA MANUTENÇÃO DA “VELHA” DESIGUALDADE SOCIAL

Como vimos, no capítulo anterior a “desigualdade social” está na base do sistema capitalista, porquanto a reprodução do capital exige uma relação social entre compradores e vendedores da força de trabalho como pressuposto para o desenvolvimento do capital e subordinação do trabalho aos seus ditames. Logo, o processo que permitiu o desenvolvimento do sistema capitalista tem na manutenção dessa desigualdade a condição para desenvolver mecanismos para sua reprodução em consonância com as premissas que lhe são imanentes, de modo a permitir expansão e acumulação em escala sempre crescente. Com efeito, a lógica do sistema do capital cuja expansão e acumulação são norteadoras da expropriação e exploração da classe trabalhadora toma novos contornos históricos ao longo do seu desenvolvimento, assim veremos como esses novos modos de operar a lógica do capital incide sobre a problemática da desigualdade.

Partimos do estudo de Baran & Sweezy, pois a análise que fazem sobre o capitalismo monopolista especificamente nos Estados Unidos nos possibilita desvelar as conexões mais gerais deste período do desenvolvimento capitalista e de sua estrutura com a reprodução da

desigualdade social. Trata-se de um novo modo de acumular capitais em que o excedente produzido cria um abismo cada vez maior entre os produtores e consumidores da riqueza socialmente produzida.

Nossa discussão considera a processualidade sócio-histórica sobre a dinâmica da concentração e da centralização de capitais em escala global, que cria e mantém relações substancialmente desiguais; mesmo que estas se apresentem como justas e iguais contratualmente são, na verdade, produto de uma desigualdade. Portanto, nossa argumentação evidencia como o alto desenvolvimento das forças produtivas permite desenvolver cada vez mais as capacidades dos homens e como, contraditoriamente, o próprio mecanismo de reprodução do capital não permite eliminar as condições materiais e sociais que reproduzem pobreza e desigualdade em consonância com a produção de riquezas.

2.1 O excedente econômico na era monopolista: alterações na dinâmica do capital e da desigualdade social

Com o desenvolvimento das forças produtivas do capital temos a produção crescente do excedente econômico, amplia-se cada vez mais a produção de riqueza significando um alto desenvolvimento da produtividade do trabalho. Contudo, este desenvolvimento não significa necessariamente o atendimento das reais necessidades da humanidade, mas, sobretudo, a satisfação de grupos minoritários detentores do capital, evidenciando assim, que a “desigualdade social” aqui reproduzida está consubstanciada na forma como se produz a riqueza social e não na forma como se redistribui essa riqueza. Se há diferença na produção, haverá também em sua distribuição e conseqüentemente na reprodução desta desigualdade em todas as esferas da sociedade.

A produção sob o domínio do capital está vinculada ao lucro, ou melhor, a realização deste. Nesse sentido, a centralização de capitais desenvolvida no capitalismo dos monopólios tem como premissa a maximização dos lucros. Decorrente de uma produção ampliada de mercadorias em nível global, o escoadouro para realização dos lucros passa a ser uma das preocupações dos capitalistas. Ou seja, a questão não se resume a apenas produzir, mas a como vender e para quem vender. Sob estas novas condições postas à produção capitalista, Baran & Sweezy em seu estudo sobre o capitalismo dos monopólios apontam que:

O homem da empresa dedica-se ao progresso de sua companhia. Isto não significa, porém, que ele seja mais ou menos o *homo economicus*, mais ou menos egoísta, mais ou menos altruísta do que o magnata ou empresário individual que o antecederam. Todas essas concepções são, na melhor das hipóteses, irrelevantes, e, na pior, enganosas. O problema não é de qualquer “psicologia”, mas dos efeitos seletivos e modeladoras [sic] das instituições sobre o pessoal que as faz funcionar [...] Para funcionar bem, a ordem social deve transmitir aos seus membros a ambição do êxito, dentro de seus próprios termos. Sob o capitalismo, a mais alta forma de

êxito é o dos negócios, e, sob o capitalismo monopolista, a mais alta forma de negócios é a grande empresa (idem, p.46).

Nesta citação, os autores evidenciam os imperativos econômico-sociais que condicionam a produção sob o domínio do capital, isto é, apontam como deve se caracterizar a personalidade de um homem de negócios, e, sobretudo, como este deve personificar a dinâmica que reproduz os lucros maximizados do capital como o meio e o fim para atingir seu objetivo final que será sempre lucrar com a empresa.

Assim, sob o monopólio exige-se que toda a estrutura social oriente-se em conformidade com as necessidades de crescimento do capital na grande empresa, na qual as diferenças sociais aparecem como meros “distúrbios” que podem ser eliminados gradativamente com muita dedicação dos trabalhadores aproveitando as oportunidades oferecidas por esta. Assim, os dirigentes da grande empresa enxergam no progresso da empresa seu progresso pessoal, em que uma melhoria nas suas condições de vida possibilitaria criar os meios para dissolver as diferenças sociais de modo gradativo; isto porque culturalmente o prestígio individual e social dos homens era apontado pela condição destes dentro das grandes empresas em desenvolvimento. E estas grandes empresas possuem objetivos primordiais para seu crescimento conduzido essencialmente e logicamente pelo lucro, como nos dizem os autores:

Os objetivos primordiais de uma política empresarial - que são ao mesmo tempo e inevitavelmente os objetivos pessoais dos dirigentes da empresa - são, portanto, a força, a taxa de crescimento e o tamanho. Não há nenhuma fórmula geral para quantificar ou combinar tais objetivos - nem há necessidade de qualquer fórmula, pois eles são redutíveis a um único denominador comum de lucratividade (idem, p.48).

Desse modo, a realização do lucro é uma preocupação imanente aos capitalistas, pois o crescimento de suas empresas vincula-se a produção em escala crescente de consumo. Esta necessidade de lucrar revela como os meios e os fins da produção capitalista resumem-se na realização do lucro.

A racionalidade da política empresarial capitalista não permite eliminar as condições de desigualdade entre os homens, isto porque é desta relação materialmente desigual, cuja reprodução é ineliminável do sistema do capital que estão postas as condições de submissão de trabalho ao capital, e conseqüentemente de exploração da força de trabalho, condição fundamental para o lucro capitalista. Esta desigualdade advém da estrutura social erigida na produção capitalista em que a busca por lucros faz parte da dinâmica que faz reproduzir capital em detrimento das necessidades humanas em sua totalidade.

Assim os lucros, embora não sendo o objetivo final, constituem os meios necessários a todos os objetivos finais. Como tal, tornam-se o objetivo imediato, singular, unificador e quantitativo da política empresarial, a pedra de toque de sua

racionalidade, a medida do seu êxito. Essa a verdadeira explicação – sócio-estrutural, ao invés de individual-psicológica – do tipo de comportamento relacionado com a maximização do lucro [...] (idem, p.48).

Ainda segundo nossos autores, a necessidade do lucro para reprodução capitalista nos revela como a objetividade do sistema delinea o comportamento dos homens nesta sociabilidade, pois,

[...] os negócios são um sistema ordenado que seleciona e recompensa segundo critérios bem compreendidos. O princípio orientador é aproximar-se o máximo possível da cúpula dentro de uma empresa que esteja o mais alto possível entre as empresas. Daí a necessidade de lucros máximos. Daí a necessidade de dedicar os lucros obtidos ao fortalecimento da posição financeira e da intensificação do crescimento. Tais coisas se tornam as finalidades e valores subjetivos do mundo dos negócios, porque são as exigências objetivas do sistema. O caráter deste determina a psicologia de seus membros, não o inverso (idem, p.50-51).

Neste sentido, a objetividade do sistema capitalista tende a manter a reprodução da desigualdade social, visto que tal objetividade determina a totalidade social. Significa dizer que a base que delinea as relações sociais nesta forma de sociabilidade está assentada numa desigualdade substancial, entre os que produzem riqueza e aqueles que se apropriam dela. Sendo a busca por lucros a mola propulsora do sistema, a racionalidade do capital apreende que “desigualdade social” e a pobreza existente em meio a abundância de riquezas, é produto de indivíduos isolados e não da totalidade social que dinamiza as relações sociais. Assim, mistifica-se com subjetivismos uma problemática que perpassa a racionalidade objetiva do capital, sua reprodução, assentada no lucro com expansão e acumulação ininterruptas. Baran & Sweezy consideram que:

Percorremos um longo caminho desde o alvorecer histórico da produção capitalista, e mesmo desde a época em que Karl Marx escreveu O Capital. Hoje, o capitalista avarento, que poupa cada centavo e fiscaliza ansiosamente sua fortuna crescente, parece um personagem de romance do século XIX. O homem de empresa de hoje tem uma atitude diferente. Na verdade, gosta de ganhar o máximo de dinheiro possível, mas gasta-o livremente, e os benefícios da aposentadoria e outras vantagens que obtém de sua companhia lhe permitem adotar uma atitude bastante indiferente em relação à poupança pessoal. Observando o contraste entre o homem de negócios moderno e o capitalista antigo, poderíamos chegar à conclusão de que o velho impulso desapareceu do sistema, que o quadro clássico do capitalismo incansavelmente movido pelo motor da acumulação é simplesmente inadequado às condições de hoje (idem, p.51).

Observado de forma aparente esta comparação entre o capitalista antigo e o moderno poderíamos acreditar que houve uma mudança na forma de ser capitalista se fôssemos nos deter aos aspectos específicos do sistema sem conectá-los com a estrutura geral que o dinamiza. Todavia, isto revela-nos tão somente que o impulso pelos lucros modifica as condições para realização do mesmo, com novos mecanismos e incrementos no plano do maquinário, como também altera comportamentos. Portanto, a observância do lucro jamais é deixada de lado, de certo é o lucro que rege a dinâmica da acumulação. Quanto a suposta

mudança no modo de operar do capitalismo na ordem monopólica nos alertam Baran & Sweezy que:

[...] se trata de uma visão superficial. O verdadeiro capitalista de hoje não é o empresário individual, mas a empresa. O que o homem de negócios faz em sua vida privada, sua atitude para com a obtenção e o gasto de sua renda pessoal são essencialmente irrelevantes para o funcionamento do sistema. O que conta é a sua atuação na vida da sua companhia e sua atitude para obtenção e acumulação dos lucros ocupam hoje uma posição mais dominante do que nunca. Sobre os portais do luxuoso edifício dos escritórios da atualidade, tal como sobre a parede da modesta sala de contabilidade de há um século ou dois, seria igualmente adequado encontrarmos a máxima “Acumular! Acumular! Eis Moisés e os profetas” (idem, p.52).

Portanto, as condições que permitiram os capitalistas individuais se agruparem em sociedades anônimas constituem na verdade, segundo nossos autores:

[...] uma institucionalização da função capitalista. A essência e o coração da função capitalista é a acumulação: esta foi sempre o primeiro motivo do sistema, o centro de seus conflitos, a fonte de seus triunfos e desastres. Mas somente na infância do sistema poderia considerar-se que a acumulação esgotava as obrigações do capitalista. Com o êxito vieram também as responsabilidades (Idem, p.52).

Desse modo, para reproduzir as condições necessárias das premissas capitalistas, faz-se necessário ampliar os mecanismos que permitem realizar seus objetivos de produção sob o domínio do capital e a concorrência entre os detentores deste. Ou seja:

A necessidade de espantar e intimidar é tão grande como sempre foi, e os custos que encerra aumentaram, sem dúvida, juntamente com o crescimento do capital. O que mudou foram a forma e o método do dispêndio ocioso, e não a finalidade ou o conteúdo. Mais ou menos o mesmo se pode dizer sobre a filantropia. Também ela está sendo institucionalizada e, embora até o momento as fundações se tenham destacado, as próprias empresas estão desempenhando um papel cada vez mais importante, especialmente no apoio privado às instituições de estudos superiores. Sem dúvida estão certos os observadores que identificaram nisso uma tendência que continuará no futuro indefinido; por fim, talvez, o custo de quase toda a filantropia privada recairá diretamente sobre as grandes companhias (idem, p.54).

Nesse sentido, os autores evidenciam que as mudanças nas formas e métodos para acumular e expandir capital sob os auspícios das grandes sociedades anônimas revelam que qualquer que seja o método e a forma, sua finalidade e conteúdo mantêm-se na base material de sua reprodução. Significa dizer que as necessidades de reprodução do capital podem institucionalizar e mercantilizar qualquer serviço; para isso mantém a “desigualdade social” em patamares aceitáveis, criando as condições para que esta se ramifique nas mais diversas esferas sociais como elemento que precisa ser combatido através de políticas de consumo e redistribuição de riqueza, como por exemplo, o caso da filantropia.

Tendo maximizado seus lucros, as empresas se sentem chamadas a participar desse tipo de atividades, e quase certamente o farão em proporções crescentes. Se tal participação for uma emanção da alma empresarial, então a existência dessa entidade metafísica pode ser considerada como uma realidade. Mas trata-se de uma alma conhecida, e não uma alma nova. Fugindo do corpo agonizante do filantropista capitalista, ela migrou para empresa capitalista. Para o sistema como um todo, não houve qualquer aumento ou intensificação da alma (idem, p.55).

Pode-se perceber que no capitalismo dos monopólios a premissa do lucro não se altera, pelo contrário, é reafirmada em novas dinâmicas que permitem a reprodução do capital e de todo seu aparato ideológico-cultural.

Assim concluem nossos autores:

Procuramos mostrar que a companhia gigante de hoje é uma máquina de maximização de lucros e acumulação do capital, pelo menos nas mesmas proporções em que o era a empresa individual de um período anterior. Mas ela não constitui apenas uma versão ampliada e institucionalizada do capitalista pessoal. Há grandes diferenças entre esses tipos de empresa, e pelo menos duas delas são de importância primordial para uma teoria geral do capitalismo monopolista: a grande companhia tem um horizonte temporal maior do que o capitalista individual, e é um calculador mais racional. Essas diferenças estão fundamentalmente relacionadas com a escala, incomparavelmente maior, das operações da companhia gigante (idem, p55-56).

Nessa mesma esteira teórica, Netto (1992), ao analisar as mudanças basilares insurgidas na ordem monopólica apreende que neste novo estágio de desenvolvimento o sistema sociometábólico do capital torna-se maduro e consolidado revelando a totalidade de contradições já referidas por Marx em seus traços mais essenciais de reprodução, como a exploração, alienação e a necessária transitoriedade histórica de um sistema contraditório. Dessa maneira, repõe:

[...] estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona (idem, p.15-16).

Com efeito, os antagonismos sociais tornam-se mais evidentes, posto que a lógica capitalista – busca de lucros, redimensiona as relações de toda a sociedade para esta finalidade. Logo, o crescimento de capitais excedentes na ordem monopólica reafirma-se pela tendência descendente da taxa média de lucro. Assim, na ordem monopólica:

As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais apto para dar uma solução à supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista; de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e, enfim, a “queima” do excedente em atividades que não criam valor (idem, p.18).

Nesse sentido, os mecanismos utilizados pelos capitalistas para resolver o problema do excedente na produção não são suficientes e não eliminam as contradições imanentes a lógica de reprodução do capital que se conduz inexoravelmente pela desigualdade e concorrência entre os homens. Para tanto:

[...] a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados. Esbatendo-se no mercado mundial – onde a monopolização rearranja a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas –, o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados (idem. 19-20).

Assim, no capitalismo monopolista a problemática da pobreza, expressão imediata do que se denominou “questão social”, cuja essencialidade revela a estrutural desigualdade deste sistema, torna imperante a criação de mecanismos que dissolvam todas as expressões de pobreza em problemas que sejam solucionados via distribuição e circulação de mercadorias, obscurecendo os nexos causais da base material da vida dos homens neste sistema social – a produção. Logo:

[...] a “questão social” como que se internaliza na ordem econômico-política: não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições gerais para a produção capitalista monopolista (condições externas, internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo em que o Estado continua ocultando sua essência de classe (idem, p.26).

Os mecanismos políticos utilizados pelo Estado e os grandes detentores de capital sob a ordem monopólica no controle da “desigualdade social” revelam-nos a indissocialidade que há entre as funções econômicas e políticas, cuja sociedade burguesa madura e consolidada impõe a totalidade das relações sociais. Com isso, veremos no próximo item como a redistribuição do excedente a partir de uma escala maior de produção das empresas capitalistas na idade dos monopólios dinamiza a pobreza e a desigualdade nesta nova configuração da produção social.

2.2 A redistribuição do excedente na era dos monopólios: as formas de escoamento da produção para reprodução ampliada do capital e da desigualdade

O desenvolvimento das forças produtivas a partir do avanço tecnológico impulsionou a redução de custos no capitalismo monopolista – o que poderia caracterizá-lo como um sistema racional e progressista, todavia não reduziu a exploração e a “desigualdade social” e seus efeitos. Ao contrário, os acentua. Como a motivação do capital é sempre o lucro e não as necessidades humanas reais, uma mudança significativa em benefício da sociedade não passa de mecanismos engendrados para manter as condições de reprodução da força de trabalho a partir da sua ininterrupta exploração. Mesmo que diante de algumas especificidades histórico-políticas seja diminuída nunca pode ser eliminada da relação capital/trabalho. Assim, temos que:

Toda a motivação da redução do custo é aumentar os lucros, e a estrutura do mercado permite às empresas se apropriarem da parte do leão dos frutos maior de produtividade, diretamente, na forma de lucros mais elevados. Isto significa que no capitalismo monopolista, a redução dos custos representa uma ampliação contínua das margens de lucro (Baran; Sweezy, p.78).

Nesse sentido, o excedente produzido na ordem monopolista deve ter um escoadouro eficiente para realização do consumo. Assim, torna-se ordem do dia a criação de mecanismos que possibilitem a absorção deste excedente. Segundo nossos autores há três maneiras básicas para este excedente ser absorvido podendo ser: consumido, investido ou desperdiçado.

Dessa maneira:

Não só o excedente, portanto, mas também a parte dele que busca investimento, tende a elevar-se em proporção à renda total. Se essa tendência será realizada, porém, é outra questão. Ao procurar respondê-la, devemos determinar primeiro, se o sistema proporciona normalmente possibilidades de investimento bastante grandes para absorver uma parcela crescente de um excedente em crescimento (Idem, p.87).

Nesse processo de absorção e investimento do excedente a lógica capitalista esbarra na dificuldade de que o volume do excedente aumenta mais rapidamente, ou seja, a capacidade de produção da economia cresce de forma mais elevada do que o seu produto – o capital. Contudo,

Esse padrão de investimento, não é, sem dúvida, impossível; na realidade, ele tem sido observado com frequência na história do capitalismo. O impossível, porém, é que persista indefinidamente. Quando este declina, o mesmo ocorre com a renda e o emprego e, portanto, também com o próprio excedente. Em outras palavras, esse padrão de investimento é autolimitador e termina num declínio econômico – início de uma recessão ou depressão (idem, p.88).

Entende-se que o ciclo industrial sob o domínio capitalista evidencia a incapacidade do sistema de estabelecer um crescimento que não esbarre em crise, revelando a face limitadora da ordem do capital através do aumento do desemprego e da pobreza, elementos

que se agudizam nos períodos de crises e que são indispensáveis para a lógica de reprodução do capital, na qual se assenta uma “desigualdade social” imanente, posto que o lucro é sua condição de existência .

Com isso, os mecanismos internos do sistema tendem a criar uma oferta crescente de excedente, mas não correspondem a um aumento das possibilidades de investimentos desencadeando a necessidade de buscar fora dos mecanismos internos meios que possibilitem absorção do excedente e de investimentos que garantam a lucratividade. Segundo nossos autores, se não houvesse tais mecanismos o crescimento do excedente desembocaria no crescimento do desemprego desenfreado:

[...] se essas oportunidades de investimentos endógenos fossem as únicas existentes, o capitalismo monopolista cairia num estado de depressão permanente. Ocorreriam flutuações do tipo ligado à expansão e contração dos estoques, mas isso se faria dentro de um âmbito relativamente limitado, cujo limite superior estaria muito abaixo do potencial da economia. A tendência ascendente do excedente seria traduzida, na prática, no crescimento do desemprego (idem, p.94).

Não obstante, o capital e sua necessidade de valorizar-se já estariam mortos se não houvesse outras possibilidades para além do que é possível dentro do sistema. Pois, “nem todo investimento é endógeno, há também o investimento “exógeno”, que podemos definir como todo investimento que ocorre independentemente dos fatores de procura criados pelo funcionamento normal do sistema” (idem, p.95). Comparativamente no capitalismo competitivo e no monopolista:

[...] as inovações são introduzidas tipicamente (ou absorvidas sem demora) pelas empresas gigantes, que agem não sob a compulsão do processo competitivo, mas de acordo com cálculos cuidadosos sobre o curso da maximização dos lucros. Enquanto no caso competitivo ninguém, nem mesmo as próprias firmas inovadoras, pode controlar a taxa pela qual as novas tecnologias são geralmente adotadas, isto deixa de ser verdadeiro no caso dos monopólios. É claro que a empresa gigante será guiada não pela lucratividade do novo método considerado isoladamente, mas pelo seu efeito líquido sobre a lucratividade global da firma. E isto significa que em geral haverá uma taxa mais lenta de introdução de inovações do que no sistema competitivo (idem, p.99).

Assim, no desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo monopolista,

[...] o ritmo pelo qual as novas técnicas substituirão as velhas será mais lento do que a teoria econômica tradicional nos leva a supor. Por mais paradoxal que pareça, devemos, portanto esperar que o capitalismo monopolista se caracterize ao mesmo tempo por uma rápida taxa de progresso técnico e pela conservação, em uso, de um considerável volume de equipamentos tecnologicamente obsoleto (idem,p.101).

Nesta citação Baran & Sweezy evidenciam que o desenvolvimento das forças produtivas condiciona simultaneamente o progresso tecnológico, como também a conservação de equipamentos considerados obsoletos. Ou seja, não há no capitalismo monopolista uma correlação necessária como no sistema competitivo “entre a taxa de progresso tecnológico e o

volume de oportunidade de investimento. O progresso tecnológico tende a determinar a forma que o investimento toma a qualquer momento, e não o seu volume” (idem, p.103).

Apreende-se que o progresso trazido com o desenvolvimento das forças produtivas, especificamente na era monopolista, como também o crescimento demográfico não contribuem de forma significativa para resolução do problema referente à absorção do excedente. Isto porque a produção de riqueza e seu aumento estão diretamente relacionados com a condição desigual, na qual se encontram os homens nesta sociedade.

A condição de indivíduos vendedores ou compradores da força de trabalho pressupõe uma relação desigual que nos moldes capitalistas se caracteriza com a exploração daqueles que têm sua sobrevivência condicionada à venda da mercadoria força de trabalho. A exploração da força de trabalho é, portanto, um elemento fundamental para o crescimento do excedente. No entanto, a absorção deste excedente esbarra nos limites do próprio sistema do capital, isto é, na sua contradição fundamental a de que a produção de riqueza não significa a satisfação das necessidades humanas em sua totalidade, visto que esta é polarizada na produção concomitante de riqueza e pobreza. Em outras palavras, enquanto de um lado temos crescimento do excedente e da riqueza para usufruto de uma pequena parcela dos homens, do outro lado, temos um acúmulo crescente de pobreza e desigualdade diante de um crescimento exponencial da riqueza social produzida.

Decorrente disso, temos que a questão do escoamento do excedente é direcionada para investimentos no exterior, como um mecanismo legítimo para distribuir o excedente das áreas ditas “subdesenvolvidas”. Portanto, não é um canal em que o excedente da riqueza produzida seja dirigido para o atendimento das necessidades daqueles países, mas, sobretudo para salvaguardar as condições de reprodução e apropriação da riqueza privadamente. Dessa maneira, o investimento no exterior,

[...] longe de ser um escoadouro para o excedente criado internamente, é recurso dos mais eficientes para a transferência do excedente gerado no exterior para o país investidor. Nessas circunstâncias, é evidente que o investimento no exterior agrava, ao invés de ajudar a resolver, o problema da absorção do excedente (idem, p.112).

Nesse processo, é importante destacar que a autocontradição do desenvolvimento do capitalismo que consiste em criar um excedente cada vez maior na produção, sem um consumo correspondente às suas necessidades de valorização, é redimensionada. O que significa dizer que a produção no capitalismo monopolista engendra um funcionamento em que as crises passam a ser mais agudas e, neste sentido, reproduz-se em meio à estagnação. Nas palavras dos autores:

Como o excedente que não pode ser absorvido não será produzido, segue-se que o estado normal da economia capitalista é a estagnação. Com um dado estoque de capital e um dado custo e estrutura de preço, o ritmo de operação do sistema não se

pode elevar acima do ponto em que o volume do excedente produzido pode encontrar o emprego necessário. E isto significa a subutilização crônica dos recursos humanos e materiais disponíveis (idem, p.113).

Esta situação é peculiar ao capitalismo dos monopólios porque nas formações sociais pré-capitalistas o “excesso” não era concebível e mesmo no capitalismo competitivo essa questão demonstrava ser aparentemente algo passageiro, uma perturbação do sistema; mas na fase monopolista adquire contornos de normalidade ao sistema. “Somente no capitalismo monopolista o “excesso” surge como um problema geral, afetando a todos, em qualquer época” (idem, p.114). Desta forma, a solução para o problema estrutural do excesso não corresponder ao consumo dá as bases para que se desenvolvam mecanismos que estimulem o consumo. Assim:

Surgem, portanto atitudes e políticas mais complexas, a princípio lentas e experimentais, mas que crescem de objetivo e de impulso à medida que se desenvolve o capitalismo monopolista. Sua justificação racional deriva do fato de que o inverso de “excesso” na oferta é a insuficiência na procura; ao invés de reduzir a oferta, preferem estimular a procura (idem, p.114).

Portanto, não cabe diminuir o excesso, mas fazer com que a insuficiência na procura torne-se meio para estimular a procura sem reduzir a oferta, e com isso a reprodução do capital está garantida como também a reprodução da “desigualdade social” entre os homens, visto que as necessidades humanas no plano da reprodução do capital limitam-se pelos imperativos do lucro, com a expansão e acumulação como matrizes determinantes desse processo. Diante disso, cabe aos capitalistas estimular o consumo criando formas de procura de seus produtos, desde medidas simplórias como a redução de preços até medidas que alteram a estrutura de poder que compõe a dinâmica desta sociabilidade. Esta dinâmica revela-nos como a produção é determinante na forma de consumo e redistribuição da riqueza social produzida, neste sentido a redistribuição que se põe na era monopolista reflete a contínua e imanente indissociabilidade da produção da desigualdade em consonância com o desenvolvimento da acumulação do capital. Para estimular o consumo os capitalistas adotam diversos mecanismos:

Tal como a redução de preços e promoção de vendas, outras formas de estímulo da procura são, ou não, compatíveis com os padrões de interesses, a estrutura de poder, a rede da ideologia que constitui a essência da sociedade capitalista monopolista. Os que são compatíveis serão estimulados e promovidos; os incompatíveis serão ignorados ou inibidos. A questão, para o capitalismo monopolista, não é possibilidade de estimular a procura, mas a necessidade de fazê-lo, sob pena de morte (idem, p.116).

Nessa esteira, nossos autores evidenciam a campanha de vendas como um dos mecanismos fundamentais criados pelos capitalistas para escoamento do excedente produzido sob a acumulação monopolista. Assim:

Quando passamos da análise de um sistema competitivo para o de um sistema monopolista, uma transformação radical no pensamento se faz necessária. Com a substituição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela lei do excedente crescente, e sendo os modos normais de utilização do excedente incapazes de absorver um excedente em crescimento, a questão de outros modos de utilização deste assumem importância crucial. [...] Uma das formas alternativas de utilização recebe o nome de campanha de vendas. Conceptualmente, ela é idêntica às despesas de circulação mencionadas por Marx. Mas na época do capitalismo monopolista, passou a desempenhar um papel, quantitativamente, muito além de qualquer coisa sonhada por Marx (idem, p.119).

Tal alternativa que tem como objetivo principal intensificar as vendas é utilizada quando a competição entre preços passa a não ser mais suficiente para o lucro. Criam-se outros meios para atrair o público consumidor para determinada mercadoria e, deste modo, aparecem: “[...] novos modos de promoção de vendas: publicidade²¹, variação dos aspectos dos produtos, de sua embalagem, a “obsolescência planejada”, as modificações de modelos, vendas a crédito, etc.” (idem, p.120).

Percebe-se que o desenvolvimento destes mecanismos, sobretudo no capitalismo dos monopólios tem sido fundamental à medida que permite a propaganda publicitária se expandir com o crescimento do capital monopolizado que coloca os meios de comunicação a seu dispor; significativamente em nossa época, a televisão tem se colocado como principal disseminador e vendedor de necessidades “artificiais”²². Ou seja, a publicidade no capitalismo monopolista, segundo Baran & Sweezy, é parte integrante do próprio sistema, um “subproduto inevitável do declínio da competição de preços” (idem, p.127).

Desse modo, a “desigualdade social” apresenta-se também como uma competição saudável entre os produtores do mercado, em que a equalização das diferenças sociais dar-se-á pelo consumo crescente de mercadorias consideradas indispensáveis ao status social publicizado em propagandas com forte discurso ideológico, no qual estão demarcados todos como iguais consumidores.

Neste sentido, a função predominante da publicidade é a:

²¹ Decerto, a publicidade tem como uma de suas principais funções legitimar e manipular a massa ao consumo, porquanto os interesses da estrutura montada pelas vendas revela em suas entranhas que o discurso de maiores “possibilidades e escolhas”, de “qualidade” e da diversificação dos produtos revelam-nos em última instância a necessidade de ampliação e acumulação dos capitais em todo o seu desenvolvimento para manter sua reprodução, cujo lucro é elemento que dinamiza tais mecanismos de manipulação. *Conversando com Lukács*, entrevista de Leo Kofler, 1971, p. 66; 67).

²² Os meios de comunicação de massa sob o capitalismo cumprem o papel de conformar os homens à sua condição de subordinação, de exploração do capital ao trabalho. Assim: “Sob a óptica da mercadoria, os meios de comunicação de massa devem influenciar a sociedade de consumo, manipulando informações e propagando a ideologia burguesa, reforçando o processo de *reificação* das relações sociais, portanto de alienação dos indivíduos humanos e da sociedade. O que se quer demonstrar é que as diversas mídias, representadas pelos meios massivos de comunicação, estão impregnadas de ideologia dominante e que propagam essas *ideias, alienam* a população e *mantêm a ordem capitalista* e todas as suas contradições e desigualdades”. Cf. CARNAÚBA, MARCELA, 2012, p.16).

[...] de travar, em nome dos produtores e vendedores dos bens de consumo, uma guerra incessante contra a poupança e em favor do consumo. E o principal meio de realizar tal tarefa é provocar modificações na moda, criar novas necessidades, fixar novos padrões de *status*, impor novas normas de propriedade. O êxito indiscutível da publicidade, na realização desses objetivos, fortaleceu de muito seu papel como força contrabalançadora da tendência que tem o capitalismo monopolista a estagnar e ao mesmo tempo marcou-o como o principal arquiteto do famoso “Modo de Vida Americano” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 132).

Portanto, a publicidade é uma ferramenta fundamental ao sistema, especialmente por permitir que o capitalismo monopolista consiga controlar, mesmo que de forma passageira e muitas vezes correndo o risco de um colapso, sua tendência à estagnação e recessão econômica quando a produção tende a ser maior que o consumo. Baran & Sweezy, ressaltam sobre a principal consequência causada pela busca incessante das empresas oligopolistas pela maximização dos lucros.

Há uma afirmação negativa, que, apesar de sua negatividade, constitui uma das importantes percepções proporcionadas pela economia política: uma produção cujo volume e composição são determinados pelas políticas de maximização do lucro das empresas oligopolistas não corresponde às necessidades humanas nem custa o mínimo volume possível de trabalho e sofrimento humano (idem, p.142-143).

Observa-se, segundo nossos autores, que não pode haver correspondência positiva entre o desenvolvimento de uma política econômica monopolista e o atendimento das necessidades humanas, muito menos uma diminuição do trabalho e sofrimento humano, tão pouco a “desigualdade social” pode ser eliminada, posto que é a base que mantém e redimensiona o desenvolvimento do capital e suas necessidades. Logo:

[...] a publicidade, diferenciação de produto, obsolescência artificial, modificação de modelo e todos os outros recursos das campanhas de vendas na realidade promovem e aumentam as vendas e, com isso, atuam como estímulos indispensáveis ao nível de renda e de emprego, assim também todo o aparato das “finanças, seguros e imóveis” é essencial ao funcionamento normal do sistema empresarial e constitui também um estímulo não menos indispensável ao nível de renda e emprego. O volume prodigioso de recursos absorvido em todas essas atividades constitui, na verdade, os custos necessários da produção capitalista. O que deve ficar muito claro é que um sistema econômico no qual esses custos são socialmente necessários há muito deixou de ser um sistema econômico socialmente necessário (idem, p.145).

Neste sentido, absorção do excedente não se apresenta apenas como uma questão privada dos capitalistas. O Governo (Estado) desempenha papel complementar nesta necessidade, conforme asseguram os mesmos autores:

[...] primeiro, que o Governo desempenha um papel semelhante, mas em escala maior; e, segundo, que os usos que o Governo faz do excedente que absorve são estreitamente limitados pela natureza da sociedade capitalista monopolista e que com o passar do tempo esse uso se torna cada vez mais irracional e destrutivo (idem, p.146).

A função social do Estado na economia liberal era de não intervir diretamente na economia, contudo sob a ordem monopolista, ele desenvolve mecanismos de controle que permitem uma intervenção cada vez mais presente no desenvolvimento da economia.

Destacamos, porém, que não se trata de alteração na função social do Estado, como defendem alguns teóricos, mas tão somente que as configurações históricas têm permitido a criação de novos mecanismos que solidificam sua ação, intervindo na economia de uma forma mais aguda que outrora. Não obstante, no capitalismo monopolista:

[...] a situação normal é a de produção inferior à capacidade. O sistema simplesmente não cria bastante ‘procura efetiva’ (para usarmos a expressão keynesiana) para garantir a plena utilização seja do trabalho ou da capacidade produtiva. Se esses recursos ociosos puderem ser postos em atividade, produzirão não só os meios necessários de subsistência para os produtores, mas também volumes adicionais de excedente. Daí, se o Governo criar mais procura efetiva, poderá aumentar seu controle sobre os bens e serviços sem interferir nas rendas de seus cidadãos. Essa criação da procura efetiva pode tomar a forma de compras governamentais diretas de bens e serviços, ou de “pagamentos de transferência” a grupos que podem, de alguma forma, justificar sua pretensão de tratamento especial (subvenções a homens de negócios e agricultores, benefícios aos desempregados, pensões aos velhos, etc. (idem,p.147).

Como observamos o Estado aparato indispensável ao controle e dominação dos indivíduos perpassados pela “desigualdade social”, cria os meios necessários para que os bens e serviços oferecidos à sociedade redimensionem novas formas de consumo, assim, controlam as propensões à crise do sistema. Isto é fundamental para manter a maximização dos lucros mesmo em períodos de estagnação. Portanto, constatamos que:

A estrutura da economia capitalista monopolista é tal que um volume continuamente crescente de excedente simplesmente não poderia ser absorvido pelos canais privados: se não houvesse outros escoadouros, ele não seria produzido. O que o Governo absorve é um acréscimo e não uma subtração do excedente privado (idem, p.151).

Neste sentido, a ascensão das políticas sociais públicas no capitalismo monopolista que em parte deve-se ao embate entre as classes sociais desfavorecidas que ameaçara o poder político, tem papel convergente para que o lucro do capital seja mantido desenvolvendo-se novas formas de absorção de serviços pelo Estado para a classe trabalhadora. Esta vê na melhoria e atendimento de suas necessidades, o caminho para a igualdade social ou igualdade de oportunidades, numa sociedade marcada pela desigualdade e injustiça entre os que exploram a força de trabalho e os que nada têm a não ser a mercadoria força de trabalho para ser explorada. Para Baran & Sweezy,

Exceto em épocas de crise, o sistema político normal do capitalismo, seja competitivo ou monopolista, é a democracia burguesa. Os votos são a fonte nominal do poder político, o dinheiro a fonte real: o sistema, em outras palavras, é democrático na forma e plutocrático na essência (idem, p.158).

Em outras palavras, a democracia burguesa²³, deve atender aos interesses do grande capital seja qual for a configuração histórica apresentada. Isto porque está assentada na

²³ Indicamos algumas referências para o aprofundamento da discussão sobre a democracia burguesa, antes, porém, sublinhamos que, segundo Lessa e Tonet (2010), a democracia burguesa é: “[...] uma forma de

individualidade e necessidades de uma minoria proprietária dos meios sociais de produção, bem como se limita a cessão de alguns direitos políticos e sociais a uma minoria sob um discurso ideológico de “conquista” continua e paulatina de direitos que ampliaria esta cidadania para todos. Contudo, o que se percebe é a consolidação e ampliação da desigualdade. Dessa maneira, na democracia e na educação burguesa:

Ensina-se aos jovens, desde a primeira infância, e por todos os meios concebíveis, que todos têm uma oportunidade igual, e que as desigualdades tão evidentes são resultado não de instituições injustas, mas de dotes pessoais superiores ou inferiores. Seria um contra-senso, frente a essa teoria, criar, como nas sociedades europeias divididas em classes, dois sistemas educacionais distintos, um para a oligarquia, e outro para as massas. O resultado desejado deve ser procurado indiretamente, proporcionando-se ampla assistência à parte do sistema educativo que serve à oligarquia, e deixando financeiramente à míngua a parte que serve à classe média inferior e à classe operária. Isto assegura a desigualdade da educação tão vitalmente necessária para garantir a desigualdade geral que é a essência e o coração do sistema como um todo (idem, p.174).

Podemos afirmar, segundo Baran & Sweezy , que a função social da educação sob o capital é dar as condições para seu desenvolvimento. Ainda que se utilize de discursos ideológicos de um desenvolvimento igual para todos, sabemos que as necessidades e objetivo maior do capital não permitem a eliminação da exploração dos homens, ou melhor, de sua força de trabalho em que se assenta a “desigualdade social” como um corolário necessário ao sistema, ineliminável de sua reprodução.

Logo, as estruturas sociais da sociedade capitalista tendem a reproduzir esta desigualdade. Não há, portanto, como separar e tratar de forma fragmentada sequelas que têm na produção de riqueza sob o capital sua razão de ser. Portanto, educação, saúde e lazer nesta formação social são limitados aos níveis que permitem a reprodução do capital, não é de maneira nenhuma um desenvolvimento de condições iguais para todos, quaisquer que sejam os mecanismos utilizados. Isto porque a totalidade do real está além das aparências enganosas e falaciosas dos discursos ideo-políticos disseminados pelos teóricos defensores de tal sistema.

No processo de desenvolvimento do sistema do capital, a desigualdade perpassa um sistema hierárquico bastante diverso instituído em sua base por relações antagônicas, cuja exploração do homem sobre outro homem é a condição do desenvolvimento do indivíduo, a

organização social que, afirmando a igualdade política de todos, reproduz as desigualdades entre a burguesia e os trabalhadores. Por ser essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista, é sempre ‘democracia burguesa’. É uma forma de organização política que garante a liberdade para o capital explorar a força de trabalho, que mantém a apropriação privada da riqueza produzida socialmente (LESSA & TONET; 2010 p.89)”. Ver também: FERNANDES, Florestan. *Sociedades de classes e subdesenvolvimento*, 1968), BARBOZA, Ribeiro, Douglas ; FREIRE. Silene. *O Serviço Social crítico no atual contexto de redemocratização da América Latina*. IN: KATÁLYSIS v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 227-236.

totalidade de seu desenvolvimento enquanto ser humano-genérico é submetida e subjugada essencialmente às necessidades individuais de cada um. Isto por que:

Os que estão na cúpula exploram, em graus variados, todas as camadas inferiores, e os que estão em determinado nível exploram os colocados em posição inferior, até chegarmos à camada mais baixa, que não tem ninguém para explorar. Ao mesmo tempo, cada unidade em cada nível luta para ser a única exploradora do maior número possível de unidades que estão abaixo dela. Temos assim uma rede de relações antagônicas, lançando exploradores contra explorados e exploradores rivais uns contra os outros (idem, p.181).

Desse modo, a luta entre explorados e exploradores desenvolve em contrapartida o questionamento da não socialização da riqueza social. Este questionamento engendra a discussão acerca da necessidade de um socialismo, no entanto, este passa a ser encarado como um rival ao sistema do capital, por ameaçar sua lógica de reprodução que repousa na expansão e acumulação constante. Decorrente disto, temos o desenvolvimento de uma política global anticomunista de combate ao socialismo e suas vertentes trazendo à tona o crescimento do militarismo entre as nações, que passa a ser um ponto de apoio para o escoamento do excedente global para as nações capitalistas e a luta incessante em busca de mais lucros. Assim, nos dizem os autores:

Os Governos capitalistas em geral não comerciam entre si: a maior parte das transações comerciais no mundo capitalista é realizada pelas grandes empresas. Interessam-se não pelo comércio como tal, mas pelos lucros: a razão pela qual se opõem, juntamente com os Governos que controlam, à difusão do socialismo não é a de reduzir este, necessariamente, as possibilidades de importação ou exportação (embora isso possa de fato ocorrer), mas pelo fato de que o socialismo necessariamente lhes reduz as oportunidades de lucrar com transações com e dentro da área recém-socializada (idem, p.194).

Portanto, o capital e suas necessidades controlam as condições de desenvolvimento dos monopólios, ajustando-as conforme as configurações históricas que se põem em cada momento do seu desenvolvimento. Assim também, a “desigualdade social” se apresenta em conformidade com essa dinâmica ora mais acentuada, com altos níveis de pobreza e violência, ora mais contida, com políticas sociais que controlam o boom da chamada “questão social”, que reflete o conflito da relação de exploração mantida com a compra e venda da força de trabalho, com o controle do capital sobre o trabalho. A estrutura militar desenvolvida para proteção das oligarquias do capital reflete, sobretudo, como os interesses privados de determinados grupos permeiam a estrutura de classes, delineando traços de uma “desigualdade social” estrutural ao sistema do capital.

Nesse processo, a militarização²⁴ passa a estimular e a se adequar as propostas das forças reacionárias e irracionais da sociedade, criando assim mecanismos que possibilitam escoar excedente da produção, melhor dizendo: a produção destrutiva permite a sobrevivência de grupos capitalistas com a reconstrução do que foi destruído sob o preceito de preservar as condições que permitem o desenvolvimento com igualdade e liberdade para todos.

Desse modo, o movimento progressista de desenvolvimento da humanidade ganha traços regressivos do ponto de vista de um desenvolvimento positivo para todos repousando na falácia de uma democracia e liberdade que sabemos, é limitada à ordem burguesa e suas necessidades, na medida em que a criação de “novas formas” de redistribuição de riquezas implementadas pelos organismos internacionais como o *Banco Mundial* não tocam o cerne da questão da desigualdade social e da pobreza. A análise dos organismos internacionais contemporaneamente tem redimensionado a desigualdade no sentido de que os “desiguais” sejam “incluídos”, contudo esta “inclusão” apresenta-se de forma focalista e precária com políticas sociais voltadas para resolução dos que estão na linha da extrema pobreza. Assim, veremos no próximo item, como o Estado reconfigura sua função social para atender as demandas do capital, subjugando as da classe trabalhadora aos limites da reprodução do capital.

2.3 A reconfiguração do Estado no capitalismo monopolista: o enfrentamento das expressões da desigualdade social

O processo de reconfiguração do Estado no capitalismo monopolista foi desencadeado pelo desenvolvimento da própria acumulação do capital. Assim, se no capitalismo concorrencial a função do Estado repousava numa intervenção externa à economia, no capitalismo monopolista passa-se a exigir um sistemático processo de intervenção do Estado, forjando novos meios para responder a necessidade imposta pelo grande capital das empresas monopolistas corroborando no controle das mazelas sociais advindas do desenvolvimento da própria sociedade burguesa que se apresenta de forma cada vez mais acentuada.

²⁴ Ao analisar as transformações societárias da ordem capitalista contemporânea, Netto evidencia o crescimento da indústria bélica que sempre se constitui como elemento dinamizador da economia capitalista historicamente tem mantido seu caráter funcional e acentuado ainda mais as contradições do sistema do capital, na medida em que agora o chamado “belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública em períodos de paz formal se estendendo como negócio capitalista privado à vida na paz e na guerra”, configurando-se num processo de militarização da vida social, sobretudo com o crescimento das empresas de segurança e vigilância privadas respondendo as necessidades de reprodução do capital em crise, trazendo á tona todo o potencial de destrutividade e violência do capital corroborando para relações cada vez mais desumanizadas e perpassadas por atos de violência e intolerância entre os homens (NETTO,2013.p.34-35).

Assim,

[...] é tão certo hoje quanto nos dias de Marx que “o poder executivo do... Estado é simplesmente um comitê para administrar os interesses comuns da totalidade da classe burguesa”. E os interesses comuns da totalidade da classe burguesa incluem a preocupação de que nenhuma indústria que tenha um papel importante na economia, e na qual estejam envolvidos grandes interesses de propriedades, seja demasiado lucrativa ou demasiado não lucrativa. [...] Torna-se, portanto, responsabilidade do Estado, no regime de capitalismo monopolista, assegurar, na medida do possível, que os preços e margens de lucros na indústria que se desviam sejam colocados no âmbito predominante entre as empresas gigantes em geral (BARAN & SWEEZY, p.72).

Dessa maneira, o Estado se apresenta como velho garantidor da propriedade privada – o que muda são apenas as suas formas de atuação que tendem a se delinear em conformidade com as exigências de reprodução da produção capitalista. Cumpre, nesse sentido o papel de garantidor das condições que promovem expansão e acumulação em escala global.

A era monopolista desencadeia junto com a ascensão dos grandes capitais o problema do excedente, pois simultaneamente a produção de grandes volumes de mercadorias não corresponde ao consumo imediato de tudo que é produzido e, portanto da realização do lucro, isto é, da apropriação e usufruto da mais-valia cristalizada nas mercadorias. Como a realização deste lucro é fundamental aos capitalistas, faz-se necessário um aparato jurídico-político que legitime através dos mais diversos mecanismos de intervenção o estímulo ao consumo do excedente produzido. É nesta processualidade de transformações da base material da produção capitalista que o Estado se reconfigura com “novas” formas de intervenção para garantir o ritmo da acumulação capitalista.

Decorrentes destas transformações da ordem monopólica surgem novas descobertas tecnológicas, guerras, entre outros elementos fundamentais para que o ritmo da produção e acumulação não atinja o limite de uma crise irreversível de excedente. Segundo, Baran & Sweezy, a tendência à estagnação e crise é inerente à lógica capitalista, as medidas utilizadas são paliativas e não resolutivas. Nas palavras dos autores:

As tendências à estagnação inerentes ao capitalismo monopolista já haviam começado a dominar o cenário econômico nos anos posteriores a 1907. A guerra e o surto automobilístico encobriram-nas, mas só por algum tempo. Durante a década de 1930, elas subiram de novo à superfície e deixaram sua marca indelével numa década inteira da história econômica. Pela primeira vez, tivemos uma visão cristalina do sistema operando com um mínimo de estímulos externos num período extenso de tempo, desnudando para todos o que Marx chamou de sua “lei de movimento”. O que os economistas persistem em considerar como um desvio constitui, de fato, a concretização prática da norma teórica em cuja direção o sistema está sempre tendendo (idem, p.239).

Dessa forma, o capitalismo monopolista evidencia as contradições inerentes ao sistema do capital de forma mais enfática, no sentido de que o progresso alcançado, esbarra na condição de reprodução do capital que é a busca incessante por lucros tendo a expansão e

acumulação como forças motrizes devendo extrair mais trabalho à custa da exploração da força de trabalho. Logo:

Progressos que, em uma sociedade racionalizada, tornariam possível um grande avanço em direção à abundância para todos, sob o capitalismo monopolista constituem ameaça para a subsistência de uma proporção cada vez maior da massa trabalhadora (Idem, p.246-247).

Com efeito, o Estado monopolista legitima a política social pública como mais um mecanismo de controle do capital sobre a desigualdade, pois à medida que avançam as descobertas tecnológicas e o volume da produção, a grande maioria da população trabalhadora tem sua reprodução limitada à subsistência às vezes esbarrando no limite da miserabilidade.

Nesta mesma esteira teórica Netto (1992), apreende que sob a ordem dos monopólios o Estado se reconfigura como Estado monopolista para dirimir os conflitos sociais que são repostos de forma exponencial na idade madura do capital financeiro globalizado. Assim, exige-se uma sistematização e uma contínua interferência do Estado para garantir o avanço do grande capital concedendo alguns benefícios à classe trabalhadora. Isto se dá através das políticas sociais no sentido de abrandar as mazelas da chamada “questão social”. Em um primeiro momento, a ampliação da legislação social nesse período histórico foi encarada com ganho para os trabalhadores que vinham num crescente processo de politização com lutas objetivando melhores condições de vida. Neste sentido, o Estado e o grande capital delineiam uma intervenção sistemática e conjunta com ações extra econômicas no sentido de conter a problemática da desigualdade social e as suas expressões. Logo, a ação estatal passa a se configurar na ordem monopólica de forma sistemática e contínua.

De certo, não há uma mudança da função social do Estado no que tange ao seu fundamento ontológico, enquanto instância de opressão de classes, na qual repousa uma imanente desigualdade social entre os homens. A função social que este cumpre, enquanto aparato que direciona a reprodução social para atender às necessidades do capital não se modifica, porquanto continua a ser, como Marx apontara em sua análise, o guardião da propriedade privada capitalista burguesa, isto é, o guardião das condições externas da produção, todavia estas condições externas são determinadas pelos nexos causais internos à produção capitalista. Dessa maneira, podemos perceber a co-determinação – articulação entre as funções econômicas e políticas na dinâmica da reprodução social.

Conforme Netto:

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas (idem, p.21).

Nesse passo, podemos perceber que os mecanismos de intervenção do Estado monopolista se direcionam para garantia dos superlucros dos monopólios; assim o Estado, enquanto poder político intrinsecamente ligado às condições econômicas – base material de produção e reprodução do capital – desenvolve uma multiplicidade de funções dentro da reprodução social que tem como objetivo principal manter a ordem monopólica garantindo as condições para tal. O desenvolvimento destas multiplicidades de funções do Estado capitalista apresenta historicamente, como além de administrar os conflitos sociais, o Estado tornar-se comprador e vendedor de serviços que corroboram para reprodução do capital, isto é, para o lucro e ascensão dos capitalistas em detrimento das necessidades da classe trabalhadora em sua totalidade.

O controle da desigualdade social neste momento se configura como elemento fundamental e funcional a reprodução do capital. Assim: “[...] o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise (idem, p.22)”.

Substantivamente, a conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração na era monopolista, desempenha papel fundamental nesta refuncionalização do poder político do Estado para conter os efeitos gerados pela estrutural desigualdade na base material do capital, garantindo a reprodução da força de trabalho, meio fundamental de produção de mais-valia. Podemos entender que essas mudanças na configuração do Estado trazem um elemento novo, isto por que:

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de prescrever o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (idem, p.22.).

A legitimação política da ordem monopólica impõe à classe trabalhadora uma desigualdade social camuflada através dos mecanismos de garantias de direitos civis e sociais, que tendem a enaltecer um consenso social que em última instância reproduz o *status quo* que rege esta sociabilidade – o lucro ininterrupto, obscurecendo o conteúdo substancial de opressão de classes advindo da exploração do capital ao trabalho, da força expansiva do capital que degrada contínua e sistematicamente a força de trabalho subordinando-a as

necessidades da ordem capitalista. Com isso, as lutas do proletariado se configuram em lutas pela cidadania²⁵, lutas no limite do capital.

Nesse sentido, a cooptação da classe trabalhadora através de mecanismos de inclusão política com a chamada “democratização” da vida política expressa tão somente como a legitimação política da classe trabalhadora está intrinsecamente ligada a desigualdade substancial que a atravessa, e, sobretudo, como o aparato político do Estado a legitima dentro dos limites da reprodução do capital, concedendo direitos “iguais”, desde que a aparente igualdade e democracia que oferecem não ameace a base de reprodução da ordem do capital. De certo, as formas de participação política da classe trabalhadora historicamente tem recaído em discursos reformistas do capital, que se entrelaçam nos mais diversos matizes, mas que em sua essencialidade conservam o que está posto.

Com isso, o tensionamento das lutas sociais sofre um contragolpe na medida em que o Estado para legitimar a ordem monopólica cria meios para cooptar os objetivos mais universais de mudança substancial das lutas sociais; permeadas por negociações e pequenos ganhos que em última instância reafirmam a reprodução da desigualdade social. Isso ocorre porque “As demandas da classe trabalhadora podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (NETTO, 2009).

O jogo democrático do Estado monopolista, na verdade atende as reivindicações imediatas da classe trabalhadora, mas não ultrapassa o limite de reprodução do capital, pois é na base material deste sistema que se ergue a forma estrutural de desigualdade entre os homens e que se expande e se expressa nas mais diversas instâncias sociais, como expressões da chamada “questão social”. Nestas condições:

[...] as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (idem, p.25).

Segundo Netto, no capitalismo monopolista:

²⁵ Ao fazer a crítica à cidadania burguesa, Tonet evidencia a distinção que há entre emancipação política e humana na obra de Marx, apreende que a cidadania burguesa limita-se ao atendimento parcial de direitos políticos, civis e sociais, haja vista que a sociedade é perpassada por antagonismos de classes, o qual limita as condições de reprodução da força de trabalho propiciando apenas a emancipação política, sem, contudo, tocar na contradição que reproduz a desigualdade social fundante da estrutura da dinâmica social. C.f . Tonet: “Esta forma de sociabilidade tem como seu ato ontológico-primário a compra e venda da força de trabalho. É a partir deste ato que se originam, em sua forma capitalista, o valor de troca, a mercadoria, a propriedade privada, o capital, o trabalho assalariado, a mais-valia, o mercado, etc.[...] o ato da compra e venda da força de trabalho é, por sua natureza, um ato gerador de desigualdade social”. É dos desdobramentos da lógica de reprodução do capital, enquanto relação social que se estabelece no momento da compra e venda da força de trabalho a reprodução infinita da desigualdade social (TONET, 2005, p.59-60).

[...] a “questão social” como que se internaliza na ordem econômico-política: não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições gerais para a produção capitalista monopolista (condições externas, internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo em que o Estado continua ocultando sua essência de classe (idem, p.26).

Nesta citação, nosso autor enfatiza que a consolidação dos monopólios engendra um novo dinamismo nas relações sociais de produção e reprodução social, reveladas na exponenciação da “questão social”, que em última análise revela-nos como a desigualdade social internalizada nas relações sociais burguesas é intensificada e de como o Estado enquanto legitimador político introduz mecanismos que garantem o objetivo da lucratividade, escamoteando de toda maneira seu conteúdo de classe. Para tanto, a intervenção estatal na ordem monopólica sobre a “questão social”:

[...] se realiza, com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (idem, p.28).

Assim, os nexos causais que determinam a reprodução da desigualdade e das expressões da “questão social” na ordem do capital são enfrentados no sentido de reduzir as chamadas “disfuncionalidades” do sistema. A principal contradição do sistema capitalista, na qual se desenvolvem as chamadas “disfuncionalidades do sistema”, diz respeito à produção capitalista que origina sua própria negação, conforme apontara Marx, consiste no paradoxo que a produção tornar-se cada vez mais social, enquanto que a distribuição, apropriação da riqueza social produzida é cada vez mais privada. Este paradoxo desenvolve-se, na medida em que se expandem os imperativos de reprodução do capital, que notadamente opera por crises cíclicas na esfera industrial, engendrando-se numa crise estrutural, como veremos no decorrer de nossa discussão. Logo, a desigualdade vigente nas relações sociais passa a ser apreendida como algo inevitável e, portanto natural, ou como se originasse de um desvio da lógica social, culpabilizando indivíduos como se vivessem em mônodas sociais e não fizessem parte de uma estrutura econômico-social totalizadora.

Todavia, um aprofundamento teórico além das aparências das concessões do Estado monopolista, evidencia que, o que houve foram concessões dentro dos limites da reprodução do capital que não alteraram de forma significativa a exploração da força de trabalho, pelo contrário, mantinham-na dentro dos limites da necessidade de sua reprodução. Dessa maneira, a ampliação da legislação social pode até ser considerado ganho da classe trabalhadora dentro do plano político, porém não ultrapassa o reformismo que conserva a velha desigualdade econômica e social que se mantém no plano mais concreto de suas vidas, enquanto vendedores da força de trabalho. E isto se explica, Segundo Baran & Sweezy, por que

O sistema tem dois pólos: num deles, riqueza, privilégio e poder; noutro, pobreza, privações e impotência. Sempre foi assim, embora, nos primeiros tempos, grupos inteiros pudessem elevar-se socialmente, pois a expansão do país abria-lhes caminho para cima, na escala social e havia outros prontos a ocupar seus lugares [...] Desse modo, apenas indivíduos podem ascender, não o grupo como tal: reformas ajudam a minoria não a maioria. Para a maioria, em síntese, apenas a completa mudança no sistema – a abolição dos dois pólos e sua substituição por uma sociedade em que riqueza e poder sejam divididos entre todos – pode transformar concretamente sua condição (BARAN ; SWEEZY, 1966, p.278-279).

Percebe-se que o problema da pobreza no capitalismo monopolista exigiu do Estado uma resposta sistemática, racionalizada, e sua resolução passou a ocupar o plano reformista do Estado, cuja explicação está nas formas de distribuição de riqueza e não em como esta riqueza é produzida e quem de fato a produz, ou seja, a desigualdade de classe é negada. A explicação de Baran; Sweezy, conforme assinalada na citação abaixo, tem duas partes:

Primeiro como Marx assinalou em O Capital e como a experiência do século de desenvolvimento capitalista subsequente confirmou repetidamente, o capitalismo, em toda parte, cria riqueza num pólo e pobreza no outro. Esta lei do desenvolvimento capitalista, que é igualmente aplicável às metrópoles mais avançadas e às colônias mais atrasadas, jamais foi, é claro, admitida pelos economistas burgueses, que difundiram, ao invés dela, a justificativa de que a tendência ao nivelamento é inerente ao capitalismo. É aqui que entra em causa a segunda parte da explicação. Na raiz da pobreza capitalista encontramos sempre o desemprego e o subemprego – o que Marx chamou de exército industrial de reserva – que priva diretamente suas vítimas da renda e solapa a segurança e capacidade de negociações daqueles que competem com os desempregados pelos empregos escassos (idem, p.285).

Esta citação dos autores explicita como é preponderante a lógica do capital em seu desenvolvimento produzindo riqueza e pobreza, porquanto este desenvolvimento ininterrupto da acumulação do capital não possibilita atender as reais necessidades da humanidade, estas estão subjugadas ao plano que permite a reprodução do capital, que notoriamente, apesar de todas as conquistas trazidas à humanidade, tem como objetivo o lucro, sendo, portanto uma questão que repousa na sua condição ontológica de reprodução. Isto nos permite afirmar que a adoção de políticas públicas para resolução da pobreza está no limite deste lucro, isto é, no limite que permite seu avanço ininterrupto.

É claro, que a pobreza não apareceu com o capitalismo, mas se agravou com o desenvolvimento deste. Contraditoriamente, um sistema que produziu a abundância em escala nunca vista é perpassado pela contradição de não conseguir eliminar pobreza e desigualdade das relações sociais, porque têm na dinâmica de produção de riqueza em abundância os pressupostos que reproduzem pobreza e desigualdade em conformidade com as necessidades mercadológicas impostas pela ordem do capital. É deste paradoxo que se reproduz a abundância de poucos em detrimento da penúria para muitos.

Dessa forma, a dinâmica de reprodução do capital revela-nos o quão contraditório é este sistema, na medida em que a alta produção de mercadorias, isto é, a abundância na produção não significa necessariamente a eliminação da pobreza e desigualdade social, tão somente uma redução dentro dos limites que permitem a reprodução do capital.

Ainda que, o sistema juntamente com o Estado criem políticas públicas para equalizar o fosso que há entre as classes, é perceptível especialmente em relação à educação que a desigualdade social que permeia tais relações mantem-se e, sobretudo, como um instrumento de distinção social e não de mobilidade social. Assim, segundo, Baran & Sweezy o que tal fato comprova é que sob o capitalismo monopolista a classe dominante: “[...] conseguiu, como a classe dominante anterior, convencer os dominados de que a riqueza e os privilégios de uns poucos são baseados numa superioridade natural e inata” (idem, p.313).

A naturalização da pobreza e das mazelas decorrentes deste desenvolvimento corrobora para encobrir os limites das medidas adotadas pelos Estados guiados pelas necessidades do capital monopolista que tem como objetivo essencial a maximização dos lucros. Neste sentido, as medidas adotadas para reduzir a desigualdade social e suas expressões como a pobreza e a violência, não tocam no cerne da questão. A difusão de uma suposta igualdade formal, baseada em leis que garantem direitos sociais, civis e políticos não tem outro objetivo senão o de dissimular a desigualdade real que decorre fundamentalmente da profunda desigualdade de poder econômico que perpassa a ordem burguesa.

O Estado nesse sentido atua como garantidor das condições que permitem que esta desigualdade vigore em limites aceitáveis, pregando em momentos oportunos a benevolência em favor dos menos favorecidos. No entanto, sua função social, apesar das alterações especialmente a partir do século XIX, se limita essencialmente a manter a desigualdade de classe na defesa da propriedade privada do capital.

Assim, esta explanação nos permite agora adentrar nos limites das relações sociais desta sociabilidade, cuja irracionalidade mantém a desigualdade e a pobreza como formas necessárias à sua reprodução.

2.4 Racionalidade e irracionalidade do sistema do capital: a crise estrutural adensando a desigualdade

Segundo Mészáros (2000), o sistema sociometabólico do capital vem demonstrando na atualidade a incapacidade de retomar o ritmo de acumulação exigido por sua base material dada as condições de economia globalizada e de todas as implicações decorrentes dos chamados “defeitos” estruturais²⁶ engendrados pela dinâmica de reprodução do capital que se correlacionam trazendo à tona suas contradições mais iminentes.

Nesta óptica a reprodução do capital expressa uma forma de controle sociometabólico nunca antes visto na história humana, em que a falta de controle dada pela cisão entre produtores e meios de produção, ou seja, a quebra da unidade dos “*microcosmos econômicos*” posta sob as bases de reprodução do capital altera radicalmente as relações de produção e reprodução social engendrando uma forma de controle social dinâmico de caráter incontrolável estruturado antagonicamente.

Assim, na ordem imperialista do capital globalizado, evidencia-se a totalidade dos antagonismos gerados pela base material do capital que se reproduz para adensar cada vez mais o fosso entre a riqueza social produzida. Dessa maneira, seu estágio maduro-imperialista atinge toda a totalidade social desencadeando uma crise estrutural decorrente de seu antagonismo estrutural. Conforme Mészáros:

O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema “*centrífugo*”, no qual as partes conflituosas e internamente antagonicas pressionam em muitos sentidos diferentes (MÉSZÁROS, 2000, p.5).

Desse modo, a irracionalidade do sistema do capital tem-se desenvolvido de forma cada vez mais explícita nos dias atuais, porquanto sua lei tendencial de crises cíclicas²⁷ desembocou na chamada crise estrutural, apresentando assim uma dinâmica rastejante de reprodução levando a reprodução social a um risco iminente de destruição e degradação da

²⁶ Segundo Mészáros os defeitos estruturais referem-se à falta de controle na produção, consumo e circulação de mercadorias. A falta de unidade entre estas esferas se constituiu a partir da cisão radical entre os produtores diretos e os meios de produção (MÉSZÁROS, 2000).

²⁷ Para Mészáros o sistema sociometabólico do capital é regido pela expansão e acumulação ininterrupta, é, portanto contraditoriamente produtor de uma abundância de riquezas que opera em crises cíclicas desde o seu surgimento, estas crises normalizam o sistema periodicamente, pois são necessárias para dinamizar a forma sociometabólica como se reproduz, no entanto a partir dos anos 1970, estas crises adquirem um caráter sistêmico, estrutural, pois não afeta apenas a economia, ou seja, não se particulariza a uma determinada esfera, mas a toda estrutura da sociedade, apresentando de forma cada vez mais explícita seus antagonismos, notadamente apresenta os limites de reprodução do capital, que diante da crise traz à tona seu caráter destrutivo e incontrolável, repercutindo no adensamento da desigualdade social e nas formas de gerenciamento desta. (MÉSZÁROS, 2012).

vida humana, haja vista que a crise em suas estruturas atinge todas as esferas da sociedade impondo a uma grande parte da classe trabalhadora uma subsistência miserável. Assim, o capital e o seu sistema orgânico baseado numa racionalidade de produção de mercadorias ininterrupta cria sua própria negação, na medida em que o progresso social da humanidade em sua totalidade torna-se limitado, pois, para sua reprodução ampliada deve haver uma concomitante pobreza e desigualdade polarizando a produção da riqueza. Segundo nosso autor:

[...] o capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como *produção generalizada de mercadorias*. Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2000, p. 2).

O metabolismo social engendrado pela lógica do capital transformou continuamente as necessidades humanas em necessidades do capital, a força de trabalho humana em mercadoria comercializável, valores de uso em valores de troca e, por conseguinte consolidou e naturalizou a desigualdade social em desigualdade de classe, cuja funcionalidade na ordem monopólica é racionalizada e sistematizada com o adendo de pequenos ganhos para classe trabalhadora na forma de políticas sociais²⁸. Contudo, esse “ganho” para a classe trabalhadora não elimina o traço desigual da estrutura de reprodução do capital. Isto por que:

[...] a absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irreprimível expansão — o segredo do irresistível avanço do capital — trouxe consigo, também, uma intransponível limitação histórica. Não apenas para a específica forma sócio-histórica do *capitalismo* burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do *sistema do capital* em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social, teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável (MÉSZÁROS, 2000, p.3).

Nesse processo, a força motriz do capital que se orienta indubitavelmente para expansão e acumulação atinge seu limite histórico, na medida em que as configurações históricas de produção e reprodução do capital em sua idade madura limitam sua reprodução e evidencia a inexorável possibilidade de um crescimento sustentável para todos, revelando-nos a irracionalidade devastadora do metabolismo do capital.

²⁸ Para Netto a uma correspondência histórico-genética da ordem monopólica com as políticas sociais e o surgimento do Serviço Social, visto que as condições sócio-econômicas neste estado de desenvolvimento do capital adensam as sequelas da chamada “questão social” exigindo do legitimador político do capital – o Estado – uma sistematização e continua intervenção para conter paleativamente as desigualdades sociais (NETTO, 1992).

Assim,

O capital, no século XX, foi forçado a responder às crises cada vez mais extensas (que trouxeram consigo duas guerras mundiais, antes impensáveis) aceitando a “hibridização” — sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo sócio-econômico de reprodução) como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz, a longo prazo, para a viabilidade do sistema (idem,p.3).

Dessa maneira, o metabolismo do capital atinge as entranhas das suas contradições mais basilares, exigindo uma intervenção estatal continuada para garantir a reprodução da força de trabalho para acumulação do capital privado da era imperialista, e conseqüentemente tem na desigualdade social elemento fundamental para redirecionar a crise para discursos apologéticos de modernização e globalização para todos, que em última instância tem servido tão somente para reprodução do capital nos chamados países subdesenvolvidos ou de “terceiro mundo”. Para Mészáros as prescrições para desenvolver e globalizar as nações difundidas pelos países “capitalistas avançados” tem destacado nada mais que:

[...] o fato de que um grande número de pessoas — não apenas na Ásia, como também na África e América Latina — ficou fora da terra, por muito tempo prometida, da prosperidade capitalista liberal. Dessa forma, o capital pode conseguir adaptar-se às pressões emanadas do fim de sua “ascendência histórica” somente retrocedendo atrás de sua própria fase progressiva de desenvolvimento e abandonando completamente o projeto capitalista liberal, apesar de toda mistificação ideológica auto-justificatória em contrário (idem, p.4).

Portanto, o antagonismo que perpassa a estrutura do sistema do capital subordinando o trabalho aos seus ditames incide diretamente na reprodução e ampliação da desigualdade social nesta forma de sociabilidade. Segundo Mészáros, este antagonismo:

[...] prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — *irreformável* e *incontrolável*. A falência histórica do reformismo social- democrata fornece um testemunho eloqüente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontrolabilidade (idem, p.5).

A crise estrutural vigente é produto deste antagonismo estrutural que revela-nos que as mais diversas formas reinventadas de reformismos engendradas pelo Estado para abrandar a estrutural desigualdade social neste sistema apenas solapa e intensifica a reprodução desta desigualdade nesta forma de sociabilidade, haja vista que a riqueza social produzida é para manter tais condições e não para eliminá-la. Assim, a dimensão coesiva do sistema do capital expressa nos estados nacionais historicamente reproduz de forma irreparável a desigualdade social. É neste sentido, incapaz de corrigir os defeitos estruturais que compõem a racionalidade do capital, revelando assim o quão irracional pode desenvolver sua lógica para

manter o *status quo* que reproduz a desigualdade em meio a abundância de riquezas. Em conformidade com o pensamento de Mészáros, a solução proposta pelos estados nacionais está nos limites da chamada globalização. Sendo assim,

[...] é apresentada como uma novidade completa, como se a questão da globalização aparecesse no horizonte histórico somente há uma ou duas décadas com sua promessa de bondade universal, ao lado da outrora igualmente saudada e reverenciada noção da “mão invisível”. Mas, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização” desde seu início. Devido à irrefreabilidade de suas partes constitutivas, ele não pode considerar-se completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente (idem, p.7).

Para Mészáros é neste momento de consolidação e amadurecimento do sistema globalizado, que se torna clara sua contradição imanente e a manifesta crise em suas estruturas apresenta a face mais desumana do capital. Em suas palavras:

A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos. A adaptabilidade deste modo de controle do metabolismo social pode ir tão longe quanto a “ajuda externa” compatível com suas determinações sistemáticas permita fazê-lo. O próprio fato de que a necessidade desta “ajuda externa” aflore — e, apesar de toda a mitologia em contrário, continue a crescer durante todo o século XX — foi sempre um indicativo de que algo diferente da normalidade da extração e apropriação econômica do sobretrabalho pelo capital tinha que ser introduzido para conter as graves “disfunções” do sistema (idem, p.8).

Neste sentido, Baran; Sweezy (1966) analisam o período monopolista do capital, apreendendo as transformações engendradas pela esfera da produção nas relações sociais capitalista em seu momento maduro, ou seja, no momento em que as contradições da reprodução capitalista apresentam-se de maneira mais adensadas, apreendendo também os elementos que têm provocado tal crise em toda estrutura da sociedade. A crise vem aprofundando o fosso da desigualdade social em relação à riqueza socialmente produzida e mais ainda tem provocado mudanças significativas nas relações sociais e de trabalho na medida em que:

O mal-estar priva o trabalho de sentido e objetivo; transforma o lazer numa preguiça sem alegria, debilitante; atinge fatalmente os sistemas educacionais e as condições de desenvolvimento sadio dos jovens; transforma a religião e a igreja em veículos comercializados de uma fuga à solidão; e destrói a base mesma da sociedade burguesa, a família (idem, p. 281).

Estas mudanças revelam como o desenvolvimento de uma sociabilidade baseada no lucro privado através da comercialização de mercadorias com a subjugação da força de trabalho à força do capital que se reproduz essencialmente através da expansão e acumulação, transformou as relações sociais em relações cada vez mais esvaziadas de sentido; porquanto o sentido que permeia tais relações é o do lucro, da vantagem, da concorrência entre as pessoas. Assim, a mercantilização da vida torna-se premente nesta sociabilidade.

Desse modo, o que Baran; Sweezy (1966) denominam de irracionalidade do sistema, nada mais é que a subjugação das reais necessidades humanas à lógica de reprodução do capital, que demonstra, especialmente em tempos de crise, o quanto pode ser cruel e ao mesmo tempo aceitável tendo em vista a reprodução do capital. Isto porque há uma intensa apelação ideopolítica no sentido de naturalizar qualquer problema socioeconômico para manter as bases que permitem sua reprodução.

Vale dizer que não se põe em discussão a ordem societária, mas, sobretudo os indivíduos, que devem se adequar gradativamente ao sistema buscando melhorar suas vidas. Isto até é correto em alguma medida, mas se considerarmos que a totalidade social não permite igual desenvolvimento para todos no sentido de apropriação da riqueza social produzida, entendemos que no mínimo há uma contradição neste discurso, cuja difusão da igualdade limita-se a esfera da emancipação política, deixando intocáveis as condições que poderiam permitir a emancipação humana, e com ela, o atendimento das necessidades humanas em seu sentido pleno.

Para os autores a dinâmica do capitalismo revela-se na troca de equivalentes, supostamente partindo de um ponto de igualdade entre os que compram e vendem mercadorias. Assim:

É da essência do capitalismo que tanto os bens como o trabalho sejam geralmente comprados e vendidos no mercado. Nessa sociedade, as relações entre as pessoas são dominadas pelo princípio da troca de equivalentes, do *quid pro quo*, não só em assuntos econômicos, mas também em todos os outros aspectos da vida (idem, p.333).

No capitalismo monopolista, a racionalidade do capital mantida sob os auspícios do lucro revela-nos sua contradição mais evidente:

A empresa gigante retira da esfera do mercado grandes parcelas da atividade econômica, sujeitando-as à administração cientificamente planejada. Essa modificação representa um aumento contínuo na racionalidade das partes do sistema, mas não é acompanhada de qualquer racionalização do todo. Pelo contrário, tendo as mercadorias os seus preços fixados não segundo os custos de produção, mas de modo a proporcionar o máximo lucro possível, o princípio do *quid pro quo* se transforma no oposto de um elemento promotor da organização econômica racional, tornando-se, ao invés disso, uma fórmula para manter a escassez em meio da abundância potencial (idem, p.334).

Nesta citação, os autores evidenciam um ponto crucial para entendermos a racionalidade do capital como também o que se pode revelar como uma irracionalidade do sistema. Em outras palavras, à medida que se desenvolve o capital e sua lógica de lucro, mais se torna necessária a manutenção da escassez em meio à produção potencial da abundância, porquanto o sistema e sua lógica se alimentam de relações desiguais, concorrenciais essencialmente visando o lucro, seu ponto de partida, meio e fim.

Notadamente, o pensamento burguês é incapaz de compreender a sociedade como um todo, revelando uma “continuada elementaridade²⁹ e irracionalidade da própria ordem capitalista” (idem, p.335).

A realidade social é, portanto, concebida em termos superados, confusos e fetichistas. Incapazes de justificar uma ordem social irracional e inumana, e incapazes de responder às perguntas cada vez mais prementes que ela suscita, a ideologia burguesa se apega a conceitos anacrônicos e moribundos. Sua bancarrota se manifesta não tanto na criação de novos fetiches e meias verdades que agora se transformaram em mentiras gritantes. E quanto mais esses antigos fetiches e essas meias verdades perdem o conteúdo e exatidão que outrora possuíam, tanto mais insistentemente são repetidos, como os slogans publicitários, na consciência popular (idem, p.335).

Nesses termos, a ideologia burguesa tem como premissa preservar o *status quo* da sua racionalidade como algo natural, insuperável, limitando a humanidade e sua história aos limites que permitem o desenvolvimento do capital. É notório, que o nível de desenvolvimento que atingimos com novas descobertas científicas e tecnológicas permitem dá melhores condições de vida a todos com iguais possibilidades, contudo, esbarra na reprodução do capital. Significa dizer que, todo o desenvolvimento está posto para a eficiência da venda de mercadorias, para aqueles que podem usufruir o que se produz, a produção de mercadorias é, portanto, a força motriz do sistema do capital.

O desenvolvimento sob o controle do capital tem reduzido as capacidades humanas e não ampliado estas para além desta ordem. As descobertas científicas e tecnológicas, mesmo que em alguma medida atendam interesses da sociedade não tem por objetivo que todos acessem e usufruam de tal conquista isto porque a limitação do acesso e do usufruto advém de uma desigualdade econômica que permeia todas as relações sociais. Desse modo, “os homens continuam especializando-se e isolando-se, aprisionados nas estreitas celas preparadas para eles pela divisão do trabalho, sufocadas as suas faculdades e reduzidas as suas mentes (idem, p.339)”.

O controle do capital sobre o trabalho é neste sentido um agravante que desumaniza as relações humanas, sociais e produtivas, pois a finalidade do trabalho revela-se apenas como meio para sua sobrevivência imediata, embrutecendo e degradando o trabalhador. Desse modo, não há satisfação no trabalho, o que rege a venda da força de trabalho é o pagamento e não a satisfação e desenvolvimento das capacidades humanas de forma genérica.

Neste processo, segundo Baran; Sweezy (1966), a compra de mercadorias passa a dá identidade aos seus compradores, isto é, há uma inversão, uma fetichização do produto em

²⁹ Baran & Sweezy ao usarem o termo elementaridade pretendem caracterizar uma sociedade impregnada de naturalização nas relações sociais e de produção, em que os sujeitos ajustam-se às necessidades desta, não possuindo autonomia e controle sobre o todo, adaptando-se as necessidades exigidas pela reprodução do capital.(BARAN & SWEEZY, 1966,p335).

relação ao produtor; ao invés do produtor se enxergar como protagonista da produção de uma determinada mercadoria enxerga a mercadoria como possuidora de todas as capacidades que a identificam como mercadoria. Assim, a inversão entre o criador e a criatura revela que a objetividade real é transfigurada em uma fetichização condicionada no que se identifica apenas na sua aparência³⁰. Dessa forma:

Dentro da estrutura social existente, esses objetos de consumo perdem, cada vez mais, sua capacidade de satisfazer. Forças semelhantes às que destroem a identificação do trabalhador com o seu trabalho levam à erosão de sua auto identificação como consumidor. Sendo as mercadorias procuradas pelas suas qualidades de índices de *status*, o impulso de substituir os modelos mais antigos e baratos por outros mais novos e mais caros deixa de ter relação com a utilidade das mercadorias, tornando-se um meio de subir na escala social (BARAN & SWEEZY p. 342).

Com isso, a produção de mercadorias sob a ordem do capital falseia a utilidade e a necessidade dos produtos, haja vista ser regida especialmente para o lucro. O consumo que deveria ser determinado conforme a necessidade dos homens transforma-se em um consumo “artificial”, na medida em que a busca por certo produto é na maioria das vezes para satisfazer necessidades impostas ideologicamente e não por uma real satisfação de uma necessidade real. A questão é apresentar-se como um potencial consumidor e, por conseguinte, ascender a uma determinada escala social.

É nesse processo que o lazer mostra-se cada vez mais distante de atividades que realmente acrescentem e desenvolvam as capacidades humanas positivamente. Segundo os autores, a atividade do ócio apresenta-se esvaziada criando um entretenimento mercantilizado propenso a manter e disseminar determinadas formas de lazer conduzindo à humanidade às relações sociais artificiais.

Nas palavras dos autores:

O princípio básico é que qualquer coisa apresentada – leituras, cinema, programas de rádio e TV – não deve fazer exigências indevidas aos recursos intelectuais e emocionais do público: a finalidade é proporcionar ‘distração’, ‘relaxamento’, ‘bons momentos’ – em suma, uma diversão absorvida passivamente. Até a forma e organização do material são afetados. O espetáculo é contínuo, podemos entrar no cinema a qualquer momento; o livro pode ser lido do começo para o fim, ou do fim para o começo; perder alguns capítulos de um seriado não importa; é possível mudar a TV de canal em canal, sem perda de coerência e amplitude (idem, p. 343).

Podemos perceber como a fragmentação do todo é disseminada como algo que possibilita lazer e conhecimento às pessoas. No entanto, tal reducionismo leva-nos a uma apreensão da realidade cada vez mais fragmentada dos seus elementos essenciais

³⁰ O fetichismo da mercadoria teorizado por Marx parte da produção de mercadorias na sociedade capitalista, isto é do trabalho abstrato realizado nesta forma de produção, que esvazia as mercadorias de parte do seu conteúdo humano-social, revelando apenas o produto final – a mercadoria em si. Nesta sociabilidade as relações sociais entre os produtores passam a ser mascaradas pelas relações de troca entre as diferentes mercadorias. Assim, as relações sociais entre as pessoas aparecem como relações sociais entre coisas (MARX, 1996).

determinantes. Assim, o lazer sob a ordem do capital apresenta-se com a finalidade de “distrair”, ou seja, encobrir a desigualdade social real criando meios artificiais que permitam sua aceitação como algo natural e para isso utiliza-se de um forte conteúdo ideológico de cunho moralista e individualista disseminado pela classe burguesa em todas as esferas sociais. O fazer é alienado, significa dizer que a práxis social é apreendida no imediato, na aparência, cuja totalidade social e suas contradições são encobertas por atos individuais, focalizados, separados da estrutura social totalizadora que o engendra e desenvolve.

Neste sentido, a discussão acerca da desigualdade social sob o capitalismo tem sido posta de forma a naturalizar as condições objetivas que reproduzem tal fenômeno. As conquistas realizadas na ordem capitalista trouxeram questionamentos acerca desta problemática, posto que com ela iniciou-se e desenvolveu-se continuamente a abundância e a possibilidade real de uma solução para a desigualdade.

Hoje, devemos perguntar o que resta daquela convicção, daquele progresso no sentido da liberdade, quando a tortura do trabalho compra um período maior de ausência do trabalho, que por sua vez é despojado de toda a alegria, que se transforma numa extensão do próprio trabalho, no vazio, tédio e torpor do moderno lazer? Que racionalidade resta em suportar-se a autonegação, a repressão, a compulsão do trabalho, quando o que se segue, ao término do dia útil, e da semana útil, é o estéril deserto do tédio que constitui o tempo livre na nossa sociedade? (idem, p.345).

Esta citação questiona como o progresso disseminado pelos capitalistas em que o tempo livre seria uma das formas de libertar-se do embrutecimento e desumanização de outrora, tornou-os reféns da sua própria racionalidade de reprodução sob o controle do capital. A crença no progresso ininterrupto, expressa os limites desta racionalidade, que tem por finalidade o lucro em detrimento de um desenvolvimento que propicie liberdade ou tempo livre para os homens para realização de suas reais necessidades. O que presenciamos em nossa época é que:

O aperfeiçoamento da automação e da cibernética nas duas últimas décadas indica o fim da longa, longa era na qual a inevitabilidade da escassez constituiu a realidade central da existência humana. Não pode haver dúvida de que a aceitação contínua de tal inevitabilidade, em condições como as predominantes nos Estados Unidos de hoje, é, por excelência, uma falsa consciência. Serve, atualmente, apenas para manter e apoiar uma ordem social opressiva, e sua influência sobre a mente das pessoas reflete apenas o predomínio anacrônico de uma ideologia superada (idem, p.348-349).

A realidade social revela-nos, portanto, nas condições de desenvolvimento das forças produtivas atuais que o paradigma da escassez e de sua inevitabilidade ao longo da história humana, foi ultrapassado. Mesmo que ideologicamente este ainda seja disseminado por motivos e interesses de classes, revela tão somente que um sistema pautado no lucro e na acumulação tem como premissa manter o *status quo* preservando assim os privilégios de uns

em detrimento de muitos. Neste sentido, a análise sobre o capitalismo monopolista, e abundância advinda de seu desenvolvimento:

[...] mostrou-se completamente incapaz de criar uma nova moral para guiar a conduta dos homens numa era de abundância potencial. Em consequência, o ônus da proteção da sociedade contra o comportamento destruidor coube, em proporções crescentes, às pressões exteriores ao indivíduo – recompensas e punições econômicas, e, acima de tudo, à polícia e aos tribunais. Que essas pressões externas foram incapazes de substituir o código moral efetivo se torna evidente de mil formas, grandes e pequenas. Os índices de criminalidade, por exemplo, elevaram-se muito mais rapidamente do que os índices demográficos (idem, p.349-350).

Significa dizer que a lógica de reprodução do capital – o lucro – se mantém, seu desenvolvimento qualquer que sejam as mudanças nas formas de operar na produção em qualquer governo, tende a reafirmar seu controle sobre o trabalho, por conseguinte tende a encrudescer a desigualdade social, mantendo-a como um elemento funcional a reprodução do capital. Baran; Sweezy (1966) evidenciam como a racionalidade deste sistema define na decadência das relações sociais revelando-nos toda sua irracionalidade.

Com efeito, por trás do vazio, da degradação e do sofrimento que envenenam a existência humana nessa sociedade estão a irracionalidade profunda e a bancarrota moral do capitalismo monopolista. Nenhum protesto indigno, nenhuma reforma dentro da estrutura do capitalismo monopolista podem deter a decadência do todo. Essa decadência torna cada vez mais problemática a racionalidade até do progresso mais espetacular no conhecimento científico e nas habilidades técnicas e orgânicas. Os aperfeiçoamentos nos meios de comunicação em massa simplesmente apressam a degeneração da cultura popular. A maior perfeição na manufatura de armas de destruição não torna racional sua fabricação. A irracionalidade do fim nega todos os aperfeiçoamentos dos meios. A própria racionalidade se torna irracional. Chegamos a um ponto em que somente a verdadeira racionalidade está em ação para derrubar o que se tornou um sistema irreparavelmente irracional (idem, p.358).

Entendemos, a partir do exposto, que a irracionalidade capitalista tem levado a humanidade a uma degradação e desumanização significativas considerando-se o progresso das forças produtivas. Isto porque sua lógica de reprodução não permite que os elementos constitutivos do progresso humano e social sejam desenvolvidos conforme as reais necessidades postas pela realidade social. O que temos são relações centradas na mercantilização da vida, em que a desigualdade social é seu fundamento, ou seja, apresenta-se como meio que permite ao capital usufruir da sua funcionalidade sem pôr em cheque a ordem burguesa.

Enfim, a discussão trazida por Mészáros (2000) acerca da crise estrutural do capital têm se mostrado cada vez mais presente na dinâmica de reprodução do capital na contemporaneidade, haja vista que as condições de superação desta crise esbarrarem na inviabilidade ontológica do capital de superar suas contradições internas. Logo, os Estados nacionais em consonância com seus aparatos político-ideológicos utilizados para dominação exploração e alienação da classe trabalhadora sob a ordem burguesa cumprem um papel

fundamental nesta dinâmica ao identificarem a vontade de todos com a vontade da classe dominante. Tais mecanismos configuram-se como formas de manter a legitimidade da classe dominante perante toda a sociedade, mistificando o caráter de uma sociedade cindida em classes, cuja desigualdade atravessa todas as relações sociais de forma estrutural. Assim, esclarece Marx nas Glosas Críticas, acerca do Estado no cumprimento de sua função social e sua consequente impotência de administrar para “todos”:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente as consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração(MARX,2010,p.60).

Marx demonstra como a administração estatal é perpassada por interesses de classes, que só existem porque a sociedade está cindida em interesses irreconciliáveis, porquanto a entificação do Estado e as relações que o fundamentam expressam a base material de uma produção assentada na divisão da sociedade em classes sociais, na propriedade privada dos meios materiais e sociais de produção, em que os conflitos sociais são expressões dessa dinâmica. Contudo, os discursos político-ideológicos burgueses apreendem que os conflitos sociais existem por “falhas” na administração deste aparato, na distribuição de riquezas, oportunidades, desenvolvimento precário, etc. Em outras palavras, a política burguesa limita-se historicamente a gerenciar a desigualdade e seus efeitos, porquanto a contradição essencial que funda os conflitos sociais continua intocada.

Assim, veremos no capítulo III como este gerenciamento, cujas denominações em modelos de “Estado neoliberal” e “Estado de Bem-Estar-Social” revelam a face do transformismo e nomenclaturas para apreensão da desigualdade, que longe de trazerem consenso às contradições sociais, revelam-nos como o conservadorismo modificando as nomenclaturas e modelos de gestão do Estado sobressaltam o quanto nossa sociedade é perpassada por relações antagonicamente desiguais e de como estas são necessárias aos limites de reprodução do capital e da sua forma orgânica de se reproduzir.

3 OS “NOVOS” MECANISMOS DE CONTROLE DA DESIGUALDADE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Diante da análise histórica dos fundamentos da desigualdade social na sociabilidade capitalista podemos compreender a funcionalidade do sistema de reprodução do capital na manutenção da exploração, dominação e alienação – características imanentes desta ordem social, como também o processo de cristalização desta desigualdade desde a produção até a reprodução social dos homens. Tal análise permite-nos, evidenciar que a desigualdade social é historicamente determinada e vincula-se diretamente à exploração do homem pelo homem, que sob a ordem burguesa consolida-se pelo ato de compra e venda da força de trabalho – ato este mascarado por uma aparente “igualdade” e “liberdade” regidas pela propriedade privada.

O presente capítulo tratará das formas de controle e gerenciamento da desigualdade criadas e recriadas historicamente pelo Estado, cuja proposta para solução desta problemática mostra-se contemporaneamente cada vez mais focalizada em políticas de caráter paliativo, partindo do gerenciamento da extrema pobreza para consolidação de uma lógica de superação da desigualdade através de medidas compatíveis com a reprodução do capital.

Dessa maneira, a questão estrutural que funda a desigualdade se reproduz veladamente como se brotasse naturalmente das relações individuais estabelecidas por cada um na sociedade, obscurecendo o caráter de classe presente na realidade e que perpassa a totalidade social.

É nesse sentido, que o paradigma criado a partir da Revolução Francesa³¹ no tocante à emancipação dos homens³² com a dissolução do Feudalismo não aboliu a raiz da exploração. O fundamento material que determina a subjugação de homens a outros homens tão somente modificou a forma de exploração destes.

Nesta trajetória de análise em que discutimos os fundamentos da desigualdade social apreendendo em suas raízes a indissociabilidade da sua reprodução do desenvolvimento da

³¹ Período histórico que dissolveu os resquícios políticos e ideológicos do feudalismo estabelecendo novas formas ideológicas e políticas pela classe economicamente dominante - os comerciantes, que se tornaram a classe revolucionária - classe burguesa, disseminando ideais de igualdade, liberdade e fraternidade em seu processo de consolidação política e econômica, notadamente, na França de 1789. Para maiores esclarecimentos ver: Huberman. Léo. Guanabara. 1986.

³² A emancipação dos homens presente na derrubada do poder feudal com a ascensão da classe burguesa durante a Revolução Francesa limita-se à reprodução do caráter de classe e da permanência da exploração do homem pelo homem. Conforme Marx, em sua análise nas *Glosas Críticas*, a abolição da escravidão, da subordinação de um homem ao outro sem que haja a dissolução da base material e política que regula a desigualdade não é suficiente para emancipação humana, pois esta é fundada nas reais necessidades humanas, sem exploração e sem classes sociais. Ver: Marx. Karl-1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

produção social capitalista, faremos neste capítulo, um percurso que se iniciará com a discussão das propostas liberais e a via neoliberal para o controle e gerenciamento da desigualdade, evidenciando a discussão de Salama e Valier (1997), atentando para os limites da “nova” política que estes autores propõem para diminuição da desigualdade, sobretudo, para os países de “terceiro mundo”. Seguindo por esse caminho e no intento de apreender e desvelar as relações impostas pela dinâmica de crise do capital, avaliaremos o “mito” Estado de Bem-Estar- Social apreendendo até que ponto as concessões do Estado significam ganhos para a classe trabalhadora. Para esta análise nos baseamos nos estudos realizados por Lessa (2013), Motta (2009-2012) e Motaño e Durigueto (2011).

Na esteira das necessidades da reprodução do sistema capitalista questionamos fundamentalmente o porquê da reprodução da desigualdade ser imanente às condições de desenvolvimento e expansão do capital em toda sua processualidade histórica. É possível distribuir renda e riqueza sem desigualdade social sob a ordem burguesa? O capital pode conceder políticas que realmente atendam às necessidades humanas genéricas em sua totalidade? Enfim, as condições de abundância de riquezas sob a ordem burguesa permitem acabar com a desigualdade? Estas questões nos levam a refletir e a consolidar nossa hipótese de estudo nesta pesquisa, a de que seja indissociável do desenvolvimento capitalista a reprodução da desigualdade.

3.1 O gerenciamento da pobreza e desigualdade no estado liberal capitalista

O pensamento liberal assenta-se na premissa de que todos os homens são livres e por terem a capacidade de pensar têm a possibilidade de iguais condições de vida na sociedade. No entanto, esta ideia não tem a pretensão de eliminar a desigualdade de classe, na verdade a consolida, visto que, sendo a propriedade um “direito natural”³³ em que todos têm a capacidade de conquistá-la, quem consegue adquiri-la é recompensado individualmente. Tal concepção mascara o processo violento de expropriação e usurpação do “direito” do outro, cujas determinações históricas e sociais estão além de desenvolvimento de capacidades

³³ A teoria do direito natural dar as bases para teoria liberal da cidadania (Kant, Hobbes, Rousseau, Locke e outros), considera que os homens são iguais e livres por natureza, assim a desigualdade posta nas relações sociais seria resultado do próprio desenvolvimento desta liberdade e igualdade dos homens, quando os conflitos advindos deste desenvolvimento obriga os homens a se organizarem em sociedade e colocarem um poder para administrar os limites de cada indivíduo para manter a sobrevivência da humanidade. Tal concepção vela e naturaliza a desigualdade, produto das relações sociais historicamente determinadas, e, sobretudo, mistifica a capacidade humana de criar sua própria produção e reprodução em condições históricas determinadas (TONET, 2005).

individuais. Com efeito, fazem parte de processos histórico-sociais que evidenciam e fundamentam a totalidade social.

Nesse sentido, a teoria liberal parte do pressuposto de que mediante o princípio da igualdade os homens tecem suas relações defendidas por instituições, regulamentando assim, os mecanismos que garantem e legitimam seus interesses. Desta forma, os liberais veem no Estado uma instituição racional capaz de resguardar, através de subsídios jurídicos, o princípio da igualdade entre os homens. Em outras palavras, a defesa do Estado, no plano político, pela garantia dos direitos do homem esbarra no limite de que o direito de um acaba quando o do outro começa. Logo, não é possível atender às necessidades de todos, assim a desigualdade social, consolida-se e torna-se indissociável das relações sociais burguesas, haja vista que tais relações operam sobre a imanência da desigualdade de classes.

Significa dizer que sob a ordem burguesa a igualdade limita-se às necessidades e condições que permitem proteger a propriedade privada, ou seja, a igualdade está absolutamente ligada à condição de ser ou não proprietário de bens, riquezas, etc.,

A partir das considerações acerca do liberalismo podemos observar que a proposta principal dessa teoria era apresentar um paradigma que expressasse como deveria ser a organização da sociedade, apoiada em um Estado reducionista e limitado, com ênfase nos componentes jurídicos. No entanto, por conta do ainda incipiente desenvolvimento das forças produtivas não pôde realizar-se de maneira efetiva na transição da sociedade feudal/capitalista. Apenas com a total consolidação do capitalismo, no século XIX, é que a teoria liberal encontra terreno profícuo para legitimar-se, a partir do total desvencilhamento dos últimos vestígios da ordem feudal.

Para Salama e Valier (1997), o Estado liberal preconiza uma intervenção mínima no controle da pobreza e da desigualdade, seus conceitos político-ideológicos enfatizam que o desenvolvimento dos indivíduos diminuiria gradativamente tais problemas e conseqüentemente a disparidade entre as classes, restituindo o crescimento econômico com a liberdade de mercado. Paralelamente, enquanto este crescimento não alcançasse a todos, algumas políticas deveriam atender aos mais pobres e miseráveis.

Nessa direção, a questão da desigualdade reduz-se ao controle da pobreza, com intuito de obscurecer e velar os fundamentos materiais da reprodução da desigualdade, tratando-a nos limites que permitem gerenciar a pobreza sem ir à questão fundamental do sistema capitalista que é a subordinação do trabalho ao capital, base reprodutora de exploração e desigualdade entre os homens.

Nesta processualidade, surgem as políticas de estabilização ou gerenciamento da problemática da pobreza. Admitindo-se assim, que a desigualdade pode aumentar em

determinados momentos históricos e isto é aceitável do ponto de vista político-econômico dos Estados e organismos internacionais que orientam-se pela ordem capitalista. Segundo Salama & Valier:

Desta maneira, no âmbito da estratégia liberal de combate à pobreza e às desigualdades, não se deveria recorrer à política macroeconômica para fins diretamente sociais. Em outras palavras, “o social” só pode ser derivado do econômico. A redução da pobreza e das desigualdades, que já esteve adiada durante um certo tempo, é concebida apenas como um subproduto que, amanhã, será fruto dos equilíbrios e do crescimento reestabelecido graças ao livre funcionamento da economia de mercado (1997, p.104-105).

Colocada de tal maneira, a avaliação da problemática da pobreza e da desigualdade social, principalmente nos chamados países “subdesenvolvidos”, adotada pelos liberais remete tão somente a questão da sua redução em termos quantitativos. Significa dizer que, a regulação do mercado e seu bom gerenciamento seriam os vetores capazes de reduzir a pobreza e a desigualdade, garantindo a liberdade econômica necessária para a expansão dos mercados. Neste sentido, a prevalência das necessidades da economia sobre as necessidades sociais é a justificativa “adequada” para o desenvolvimento dos mercados que produziria nesta lógica o “equilíbrio” social. Segundo os autores:

[...] no âmbito da estratégia liberal de combate à pobreza e às desigualdades, não se deveria recorrer à política macroeconômica para fins diretamente sociais. Em outras palavras, o “social” ser um derivado do econômico. A redução da pobreza e das desigualdades, que já esteve adiada durante um certo tempo, é concebida apenas como um subproduto que, amanhã, será fruto dos equilíbrios e do crescimento reestabelecido graças ao livre funcionamento da economia de mercado [...] (idem, p.106).

Todavia, sabemos que o desenvolvimento econômico e social sob a lógica capitalista é perpassado por antagonismos, haja vista capital e trabalho terem uma objetividade material distinta e, portanto, inconciliáveis. Assim, nos moldes capitalistas, desenvolvimento econômico não significa necessariamente diminuição da pobreza e desigualdade, pois tal desenvolvimento reproduz indubitavelmente riqueza e pobreza em proporção ao ritmo da acumulação privada do capital. Para Salama e Valier:

[...] na análise daquilo que caracteriza a sociedade capitalista, a compra/venda da força de trabalho, se situada unicamente no nível da esfera da troca, faz aparecer livres, de fato, o comprador e o vendedor de força de trabalho (o trabalhador, ao contrário do escravo, dispõe de sua força de trabalho e a vende livremente no mercado) e iguais tanto em direito quanto como trocadores, a partir do momento em que a força de trabalho é vendida no seu valor: o comprador e o vendedor de força de trabalho encontram-se então no mercado na mesma situação que dois produtores mercantis quaisquer que trocam livremente equivalentes. Mas situar-se apenas neste nível da esfera da troca para analisar a sociedade capitalista consiste, no fundo, em mascarar o aspecto essencial da realidade dessa sociedade (idem, p.142).

A citação acima evidencia o caráter mercadológico que as relações sociais adquirem na sociabilidade capitalista, sobretudo, como o fetichismo da mercadoria condiciona relações sociais naturalizadas, veladas pelo aparente ao encobrir os determinantes causais que as

fundam. Assim, escamoteiam-se os fundamentos que perpassam as relações geradoras da pobreza e da desigualdade naturalizando a compra e venda da força de trabalho, como um simples ato de troca entre os homens. É nesta relação, que estão os meios fundamentais para reprodução do capital, como também os de manutenção da desigualdade social. O processo capitalista de reprodução social estreita a relação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, isto é, as necessidades de extração da mais-valia pelos capitalistas para garantir sua lógica de reprodução – expansão e acumulação-, cria mecanismos de controle do capital ao trabalho reproduzindo um desenvolvimento, cuja exploração é velada por pequenos ganhos para alguns grupos de trabalhadores.

Segundo os autores a exploração das relações capitalistas é mascarada pelo fato do ato da compra e venda da força de trabalho aparentar uma suposta liberdade e igualdade para todos. Sabe-se que a liberdade e igualdade nesta sociabilidade configuram-se tão somente como meios de reprodução para a lógica capitalista: liberdade para vender a força de trabalho, como também é preciso estar em condições de igualdade para comprar. Estas são as condições fundamentais para reprodução capitalista, cuja propriedade privada dos meios de produção correlaciona e consolida a desigualdade social como um pólo indissociável desta sociabilidade. Assim:

Entre o comprador e o vendedor da força de trabalho, a igualdade da esfera da troca cede o lugar para a desigualdade na esfera da produção, onde o primeiro se apropria gratuitamente de uma parte do trabalho do segundo. Essa exploração é acompanhada por sua vez por um processo de dominação com múltiplas facetas, quer se trate, por exemplo, de uma organização do trabalho atendendo mais à intenção de aumentar a exploração do que simples necessidades técnicas, quer sejam ameaças de demissões presentes em permanência, mas particularmente pesadas em período de crise. Por trás da liberdade/igualdade dos trocadores, esconde-se também um Estado que garante a reprodução deste sistema bem específico de exploração que é o sistema capitalista, mas que, exteriormente aos capitalistas individuais, não é o que aparenta ser: o Estado da classe capitalista (idem, p.143).

Apreendemos que a liberdade e igualdade necessárias para reprodução das relações capitalistas são perpassadas por relações de dominação entre os homens, em que a desigualdade social é pressuposto basilar para que a produção social dos homens os mantenha como opositores; simples vendedores de mercadorias, sob os designios políticos de um Estado que se diz acima das classes, que prega a igualdade e liberdade para todos, mas que na verdade existe para manter e consolidar a separação fundamental entre os produtores diretos e os meios de produção, salvaguardando a propriedade privada e garantindo a reprodução da desigualdade.

As reflexões de Salama e Valier (1997), acerca do gerenciamento da pobreza e da desigualdade, notadamente nos países ditos “subdesenvolvidos” desembocam numa discussão cuja alternativa para resolução dessa problemática está na criação de uma “nova política/econômica e social”, ou políticas neo-estruturais. Haja vista ser a pobreza e a

desigualdade um problema estrutural da ordem capitalista, o que exigiria um Estado e uma política que fosse além do que fora proposto tanto pelo Estado liberal como também pelo chamado Estado de Bem-Estar-Social que, segundo os autores, ao contrário do que se propaga até hoje não redistribuiu riqueza, manteve a problemática da pobreza e da desigualdade enraizada nos países de capitalismo periférico. Nesse sentido, a chamada “redistribuição” da riqueza socialmente produzida nesse período evidenciou, segundo Salama & Valier, o fosso que há entre direito e realidade, significa dizer que a legislação não se aplicava na realidade. Dessa maneira, segundo os autores:

O Estado do Bem-Estar é reservado essencialmente às classes abastadas e, no tocante aos trabalhadores, àqueles empregados no setor formal das cidades. Nesses termos, contribui para o crescimento da demanda de bens de consumo duráveis por parte dessas camadas sociais, sendo esse crescimento ele próprio necessário para os regimes de acumulação existentes (idem, p.110).

Conforme os autores, a erradicação da pobreza e da desigualdade não se resolveria apenas com o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Todavia, a proposta destes autores, para solucionar tal problema esbarra nas condições materiais existentes na dinâmica de reprodução do capital, que exigem uma reprodução pautada numa desigual relação entre os compradores e vendedores da força de trabalho. Esta relação social, que aparenta ser igual e livre para todos, é na verdade o pressuposto e a condição que garante a exploração capitalista. Neste sentido, a organicidade das políticas sociais está diretamente atrelada ao desenvolvimento capitalista, ao criar políticas para controlar e gerenciar a desigualdade social, que sob a ótica deste gerenciamento estatal revestem-se em políticas de combate a pobreza, desembocando num eventual controle da desigualdade, deixando intocável a causa fundante.

Desse modo, pensar uma “nova ética”, uma “nova política” pautadas na necessidade ética e eficiência econômica é no mínimo ingênuo, pois a lógica mercadológica da reprodução do capital varre qualquer ética que atrapalhe seu objetivo intrínseco – o lucro. Para os autores:

[...] nos países subdesenvolvidos, uma redução sensível das desigualdades sociais e da pobreza não é contraditória com a busca de eficiência econômica. Tal redução parece até, uma necessidade econômica, ou seja, uma condição necessária para garantir um desenvolvimento duradouro da acumulação e do crescimento (idem, p.180).

Nessa direção, propõem uma política neo-estuturalista pela via de mais Estado e de um novo processo de acumulação de “dentro e de fora” para o enfrentamento e a redução da pobreza e das desigualdades, acentuando-se a prevalência de estruturação de um novo sistema de regulação econômico e de controle social. Sendo assim, investir em políticas para os mais necessitados, pautadas nos direitos e na proteção social e operadas pelo poder público estatal,

conforme os autores é condição fundamental para se atingir a garantia de um “desenvolvimento duradouro da acumulação e do crescimento”.

Nesse veio de análise, portanto, não sendo o padrão de acumulação capitalista constitutivo e gerador de uma forma de sociabilidade demarcada pela pobreza extensiva e generalizada em meio à abundância de riqueza, a saída, segundo os autores, para a crise nos países subdesenvolvidos, concentra-se na prioridade para o social, para a solidariedade, parecendo ser a tradução de uma “proposta alternativa” de recomposição do Estado na dupla direção da eficiência econômica e da integração e do consenso social. Significa dizer, numa regulação estatal no interior dos processos de acumulação e de controle social, privilegiando o aprofundamento dos mecanismos democráticos. Desse modo, para os autores, a regulação social do Estado constitui uma prioridade nos limites da reforma desse Estado e das políticas, à medida que excluem da análise dos processos sociais os determinantes da lógica capitalista e de suas crises sequenciais (idem, p. 204).

Com efeito, o crescimento da pobreza dinamizada pela exploração da força de trabalho, confirma que a desigualdade social é essencial para o desenvolvimento e expansão do capital, assim as exigências por políticas e sociais de atendimento à classe trabalhadora tornam-se prementes para os proprietários do capital, sendo o Estado o elemento sistematizador destas políticas que ao garantir a reprodução da força de trabalho, mantém a desigualdade de classe numa esteira indissociável da reprodução do capital.

Assim, veremos no item a seguir como as concessões estatais delineiam uma desigualdade social cada vez mais velada e naturalizada, na medida em que a redistribuição de riquezas sob o chamado “anos dourados” não ultrapassou os limites que permitiram ao capital fazer concessões à classe trabalhadora, através da expansão das políticas sociais que, notadamente, sistematizou e ampliou o gerenciamento da pobreza, mascarando a real desigualdade sob o manto do que se designou: “Estado de Bem-Estar-Social”.

3.2 O “Estado de Bem-Estar- Social” e a desigualdade social: os limites das concessões do capital ao trabalho

O chamado “Estado de Bem Estar Social” configurou-se num período histórico em que as políticas sociais utilizadas principalmente nos países europeus, engendraram novos mecanismos de controle sobre a desigualdade social, que permitiram gerar as condições necessárias de reprodução da força de trabalho, por um lado, e do capital, por outro. Tais mecanismos possibilitaram que o Estado e todo seu aparato jurídico-político sistematizassem ações de maneira a racionalizar as necessidades sociais em políticas de alcance de uma parte

da classe de trabalhadores. Contudo, as experiências do “Estado de Bem Estar Social”, não resolveram o problema da pobreza e da desigualdade existente na sociabilidade do capital, porquanto a proteção social defendida não beneficiou os que mais precisavam, pelo contrário, continuou a mantê-los nos patamares de uma desigual “redistribuição” de riqueza, que os impossibilita do usufruto da riqueza que produzem para a humanidade.

Com efeito, o gerenciamento que o Estado engendra a partir da experiência com o “Estado de Bem Estar Social”, e o que ocorre no final dos anos 80 na maioria dos países subdesenvolvidos em conformidade com o que apontam as políticas do Banco Mundial, delinea notadamente uma focalização nesses países para contenção da pobreza e da desigualdade, concentrando-se naqueles que vivem nos extremos da miséria. Este novo direcionamento, apesar de propagar uma nova abordagem, todavia mantém-se nos limites do liberalismo econômico, isto é, do direcionamento do mercado para moldar as relações sociais.

Dessa maneira, a problemática da desigualdade expressa na miséria e pobreza de grande parte da humanidade é tratada de forma superficial, isto é, nos limites que constituem o que é incomodo ou o inaceitável para a política-econômica dos Estados e dos anseios capitalistas para a ininterrupta acumulação e crescimento desenfreado dos seus negócios. Demonstra assim, que as políticas para os extremamente pobres aprofundam e mantêm a desigualdade reforçando o traço desigual que permeia as relações de produção e reprodução sob a égide do capital.

Nessa direção Lessa (2013), considera que o “Estado de Bem Estar Social” que se propagou como a forma mais eficaz de resolver a problemática da desigualdade e pobreza no mundo, especialmente no período pós-segunda Guerra, revela-se como uma das formas historicamente utilizada pelo poder político para mascarar e velar a desigualdade e não para resolvê-la. Esta nova forma de gerenciar a desigualdade não passa de uma nova maneira de organizar a real desigualdade de classe que perpassa a sociabilidade burguesa. Neste sentido, a ação do Estado em consonância com o empresariado cria, segundo esse autor, “Uma solidariedade graças à ação do Estado, pois é pelo Estado que vem a ser viável a ação coletiva dos trabalhadores. O “Estado de Bem-Estar Social” funda não apenas a luta dos trabalhadores, mas também as suas identidades de classes” (LESSA, 2013, p.55).

A luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora possibilitou ao Estado e todo seu aparato, desenvolver ações para controlar a pobreza e a desigualdade vigentes, porquanto esta forma de controlar a desigualdade e suas nuances tendem a obedecer ao contexto histórico das necessidades de reprodução do capital. Contudo, apesar de o capital estabelecer uma relação de dominação sobre o trabalho, há sempre alguma possibilidade de luta dos trabalhadores por menor que seja. É este movimento histórico das contradições postas

na realidade que permite ora ganhos para a classe trabalhadora, ora ganhos para o capital. Todavia, o que percebemos é que a totalidade de dominação do capital não tem permitido contemporaneamente uma continuidade de ganhos nem para o capital, muito menos para o trabalho; o que tem permanecido é uma constante e rastejante crise, cuja reversão requer ações que estão além de medidas paliativas de controle da desigualdade, acirrando cada vez mais as contradições iminentes à lógica de reprodução desta formação social.

Dessa forma, segundo Lessa, a produção e distribuição de riqueza nos chamados “anos dourados” expressam tão somente o caráter paliativo dos mecanismos à disposição do capital que converteram a insólita distribuição de riqueza no mito de um Estado universalista e capaz de resolver o problema da desigualdade. Isto porque o consumo nesse período histórico aumentou significativamente em termos de produção quantitativa, no entanto, o escoamento desta produção possibilitou que o consumo atingisse apenas alguns privilegiados da classe trabalhadora, não sendo, portanto um parâmetro universal para medir se realmente houve uma alteração substancial na desigualdade social. Assim:

A lógica de um mercado consumidor em expansão é muito rapidamente convertida em uma ilusão: como se consome mais, a sociedade estaria superando suas desigualdades e distribuindo renda. É assim que tem sua origem o que se converterá em um autêntico axioma do “mito” do Estado de Bem-Estar: o da distribuição da renda e da riqueza nos “30 anos dourados” (idem, p.22).

A rigor, ressalta-se que o aumento do consumo em comparação com a riqueza social produzida e com a contínua concentração da propriedade privada dos meios de produção, representa a manutenção da desigualdade. Conforme nosso autor:

[...] se incluirmos como “renda” dos mais pobres os gastos com programas de auxílio desemprego, complementação da renda familiar, “bolsa família”, subsídio ao financiamento dos custos escolares, subsídios ao atendimento médico etc., estatisticamente assistiremos a uma melhora na distribuição de renda sem nenhuma modificação da concentração da propriedade dos meios de produção ou da capacidade desta população se tornar independente da esmola estatal. Inflam-se, desse modo, os dados da renda dos assalariados mais pobres com somas e quantias que cumprem funções sociais entre si muito distintas (idem p.24).

Para Lessa, defender que houve uma alteração substancial do Estado, como defendem alguns teóricos, é mascarar o caráter desigual das relações que se gestam com a compra e venda da força de trabalho, e com a preservação da propriedade privada dos meios de produção, salvaguardada pelo Estado e todo o seu aparato designado a manter e não a transformar essa desigualdade que perpassa as relações sociais.

Dessa maneira:

Imaginar um Estado que “desmercadoriza” a reprodução social por aplicar políticas keynesianas é outra destas “formas de loucura”; também não tem nenhuma justificativa racional ignorar que a principal e mais importante das políticas públicas nos “30 anos dourados” foram os enormes investimentos no complexo industrial-militar principal responsável pelo aquecimento da economia, pela geração de empregos; impulsionador direto e indireto do desenvolvimento tecnológico,

científico, das universidades etc. Não faz o menor sentido postular que houve uma distribuição de renda e de poder nas sociedades que conheceram o Estado de Bem-Estar, pois os dados mais consistentes indicam precisamente o oposto (idem, p.184).

A análise de Lessa revela-nos que as ações estatais e do empresariado significaram tão somente um gerenciamento desta desigualdade com intuito de controlar as contradições geradas na base econômica da sociedade, acirrando a luta de classes. Nesse sentido,

[...], o capital exigiu e impôs à esfera política o complexo industrial-militar, as guerras localizadas, a emigração de crianças e adolescentes, a política urbana que promove a especulação imobiliária, a transformação da saúde e da educação em grandes fontes de lucro para o capital, a integração dos sindicatos e partidos de origem entre os trabalhadores ao mecanismo de controle social que é o Estado, a maior exploração de crianças, minorias raciais e mulheres, o desenvolvimento e a aplicação sistemática e generalizada de novos métodos de tortura, um sistema de transporte cuja única lógica é o lucro das grandes montadoras e toda a cadeia produtiva a elas associada etc. (idem, p.207).

Enfim, a cadeia ampliada de produção do capital exigiu um redimensionamento das ações políticas e sociais para manter e controlar a desigualdade. Portanto as alterações ocorridas com as “novas” formas de seu gerenciamento resultam da relação orgânica entre capital e trabalho e não simplesmente de uma transformação da função social que cumpre o Estado numa sociedade regida pela desigualdade de classe. Assim, cria-se uma diferenciação nas condições de vida e trabalho dos homens em conformidade com as necessidades do capital. Neste sentido, apreender que o “Estado de Bem Estar Social” assumiu algum compromisso com o trabalho e com a classe trabalhadora desemboca numa concepção reformista de mundo, equivalente ao que se propagou da transformação do “capitalismo selvagem” em um “capitalismo de face humana”. Ou seja, numa apreensão que dissolve o conteúdo de classes, de desigualdade que perpassa toda a estrutura social burguesa (idem, p. 208). Logo:

As teses acerca do “compromisso” entre capital e trabalho como fundante do Estado de Bem-Estar são muito atrativas para um dado campo teórico, “envergonhadamente” reformista. Fornece as bases para o reconhecimento do que de “progressista” e de “avanço democrático” haveria no Estado de Bem-Estar, ao mesmo tempo que deixa aberta a possibilidade para reparos pontuais e parciais. Possibilita ainda postular ser o “neoliberalismo” uma “contrarrevolução” em face do pretensão conteúdo progressista do Estado de Bem-Estar (idem, p.211).

Nesta direção, Montaño & Duriguetto (2011), discutem a materialidade das concessões do “Estado de Bem-Estar-Social” à classe trabalhadora como forma de legitimação estatal e, sobretudo, para manutenção do *status quo* que garante a hegemonia burguesa no processo de acumulação sob a égide monopolista do capital.

A análise dos autores acerca deste momento histórico apreende como a produção em massa adotada sob a organização da produção denominada - fordismo-keynesiana³⁴- possibilitou a materialidade das concessões estatais à classe trabalhadora, na medida em que o Estado adentra de forma contínua e sistematizada à produção criando mecanismos que garantam a taxa de lucros dos capitalistas desenvolvendo novas funções para que o lucro e o consumo correspondessem às exigências engendradas pela lógica de acumulação capitalista em sua era monopolista.

Dessa maneira, o “Estado de Bem Esta Social” decorre da necessidade material da produção monopolista, isto é, da continuidade e expansão do lucro capitalista. Com o desenvolvimento das forças produtivas através da ciência e tecnologia cada vez mais utilizadas no processo de trabalho o aumento da produção e, por conseguinte, de mercadorias que necessitavam de escoamento para um mercado consumidor possibilitando a rotatividade imprescindível para criação e reprodução do lucro através da chamada mais-valia, com isso, revolucionou-se também as condições de distribuição e consumo nos Estados que puderam adotar tal política de “Bem Estar Social”. Segundo Montañó e Duriguetto:

Com isso, um novo padrão de acumulação é acompanhado por um novo regime de regulação: ancorado na relação “salarial” de trabalho, nos direitos políticos, sociais e trabalhistas, no estímulo ao consumo em massa, no reinvestimento produtivo do capital, nos sistemas de crédito e juros baixos (para estimular a produção e o consumo), nas formas relativamente institucionalizadas das lutas de classes e, particularmente, nas funções e tipo de intervenção estatais [...] (2011, p.161).

Esta ampliação das funções do Estado, especialmente no segundo pós-guerra, todavia não dissolve a desigualdade de classe, haja vista que as medidas adotadas pelo Estado em consonância com o empresariado capitalista revelam-se como ações para conter a agudização de conflitos decorrentes da contradição fundamental entre capital e trabalho, isto é, a socialização do trabalho na esfera da produção não permite o usufruto da riqueza social produzida a todos na esfera da distribuição, assim quanto mais a produção é socializada mais privada é sua distribuição.

Nesse sentido, a intervenção estatal na economia com ampliação de políticas públicas que permitem a reprodução da força de trabalho diante da contradição fundamental entre capital e trabalho citada anteriormente corresponde à criação dos meios que permitem a classe

³⁴ O modelo fordista-keynesiano permitiu a continuidade do desenvolvimento capitalista, na medida em que a produção em massa para um consumo em massa possibilitou o escoamento das mercadorias, e, por conseguinte, ampliou a atuação estatal com políticas públicas para garantia da reprodução da força de trabalho e ampliação da taxa de lucros capitalista. Ver: MONTANÕ & DURIGUETO (2011). Parte II. Cap. I(Biblioteca Básica de Serviço Social).

hegemônica do capital pulverizar e mistificar a desigualdade através de ações conjuntas com um “Estado benfeitor” legitimando-o como ente acima das classes.

A criação e ampliação de políticas públicas possibilitam a reprodução da força de trabalho como um vetor que direciona a reprodução do capital, como também permite o controle dos conflitos sociais redimensionando-os para o campo político. De maneira que, os mecanismos de participação dos trabalhadores não ultrapassem a liberdade e a democracia formal burguesa, o “Estado de Bem Estar Social” abriu certa margem de permeabilidade para classe trabalhadora, no entanto, a participação dessa restringe-se a “pequenos ganhos” que não alteraram significativamente as relações de desigualdade substancial perpassadas na esfera da produção, sendo estas redimensionadas para esfera da distribuição e consumo sob um formato de conquista e de aparente igualdade.

Com efeito, os dados estatísticos utilizados para mensuração da pobreza e da desigualdade no mundo se coadunam numa apresentação, notadamente, sob os efeitos da desigualdade em suas mais diversas expressões. Isto porque os recursos midiáticos tendem a disseminar dados pontuais desta problemática, sem relacioná-la a sua base fundante e orgânica e causal. Assim, as avaliações tendem a fragmentar, focalizando a problemática da desigualdade fora de uma análise da totalidade social centrados na diminuição da pobreza como aponta dados do IPEA³⁵. Segundo dados do IPEA de 2010:

A saída de 520 milhões de pessoas da condição de extrema pobreza entre 1981 e 2005 (-27,4%) se deu fundamentalmente pelo que ocorreu no Leste Asiático e Pacífico (- 755,3 milhões de habitantes) e no Oriente Médio e África do Norte (-2,7 milhões de pessoas). Ou seja, o importante efeito da expansão da China teve impacto inegável sobre a redução da pobreza mundial, pois no resto da agregação das regiões do mundo houve elevação na quantidade de extremamente pobres como o acréscimo de 176,9 milhões de pessoas na África Subsaariana; 47,3 milhões a mais no Sul da Ásia; de 10,2 milhões na Europa do Leste e Ásia Central; e de 4,1 milhões adicionais na América Latina e Caribe na comparação do mesmo período de tempo (Ipea, 2010,p.4-5).

A análise dos dados apresentados acima revela os parâmetros de desenvolvimento do capitalismo, sempre - desigual e combinado-, na medida em que a expansão e desenvolvimento do capital possibilitou a saída de milhões das condições de extrema pobreza, ao passo que, em outras regiões houve o aumento da população em condições de extrema pobreza, porquanto a lógica de desenvolvimento do capital, cuja organicidade está na expansão e acumulação de capital não comporta uniformidade na dinâmica de desenvolvimento econômico e social para humanidade em sua totalidade.

³⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Sob a análise de Paniago (2012) acerca da Incontrolabilidade do Capital em Mészáros, podemos apreender que a relação entre política e economia não é autônoma, é co-determinada e a ação estatal conforme assevera Mészáros é complementar as estruturas materiais fundamentais do sistema sociometabólico do capital. Segundo Paniago:

No que se refere à separação e ao antagonismo estrutural entre produção e controle, a função do Estado é de “proteger legalmente a relação de forças estabelecidas”, permitindo às diversas “ personificações do capital” o domínio da força de trabalho submetida pela “ ilusão de um relacionamento livremente estabelecido entre iguais”, que é até “ mesmo constitucionalmente ficcionada” [...](2012, p.87).

Portanto, como vimos o “Estado de Bem Estar Social” foi um momento histórico do desenvolvimento capitalista que possibilitou o Estado conceder algumas políticas sociais aos trabalhadores como garantia do controle de conflitos e manutenção da reprodução da força de trabalho, evidenciamos assim, que a materialidade destas ações estatais, principalmente nos países de capitalismo central, com a expansão das políticas não resolveu a problemática da desigualdade, pois a aparente” igualdade” e a formal democracia e cidadania discursadas, sobretudo, em normas constitucionais não alteraram as relações sociais estruturais e desiguais mantidas e reproduzidas para expansão e acumulação.

Nesse sentido, este momento histórico da ação estatal em consonância com o empresariado capitalista não modifica a estrutura reprodução da desigualdade como também a função essencial do Estado, que é de salvaguarda a propriedade privada capitalista, sendo assim, as ações desenvolvidas são de caráter estratégico para administrar as expressões da desigualdade, escondendo o caráter de classe e causa fundante das relações desiguais entre os homens.

Com isso, veremos no próximo item o que significa a ação da chamada política neoliberal do Estado capitalista e seus efeitos na vida da classe trabalhadora. Seu prosseguimento de negação da desigualdade e preocupação com a extrema pobreza, perpetuando assim, as relações sociais capitalistas como a forma mais evoluída da humanidade; restringindo a capacidade dos homens de perceberem a contraditoriedade resultante da realidade em que vivem, evidenciaremos o caráter devastador do capital, que pode alcançar níveis de profunda barbarização humana caso não se aponte alternativa que nos permita transformar a estrutura social em que se organiza a produção e reprodução dos homens nesta sociabilidade.

3.3 Neoliberalismo e desigualdade social: o que há de “novo” nesta relação?

Nessa direção o que se denominou *Estado de Bem Estar/Welfare State* que vigorou principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra, começa a esgotar-se na entrada dos anos de 1970, quando os chamados “30 anos dourados” do desenvolvimento capitalista possibilitaram melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras a partir de um significativo crescimento econômico, notadamente nos países de capitalismo central. Todavia, a periferia capitalista não obteve os mesmos níveis de melhorias, haja vista a exploração capitalista da força de trabalho não permitir alteração na essência desigual que opera o capital.

Dessa maneira, a política designada neoliberal³⁶ implantada principalmente a partir da década de 1990 vinculada ao discurso de privatização das políticas econômicas e destruição das conquistas sociais, não resumem este período, mas, sobretudo, apontam como a crise do capitalismo pode arrefecer as lutas sociais tornando-as cada vez mais fragmentadas na medida em que o Estado orienta-se para conjugar as necessidades do grande capital em detrimento das necessidades da classe trabalhadora, limitando as necessidades reais dessa classe aos parâmetros que orientam o mercado de consumo.

Nessa esteira de análise Netto (2013) ao criticar a ideia de uma pretensa nova “questão social” apontada por alguns teóricos contemporâneos, demonstra como as consequências da dinâmica do tardo-capitalismo (estágio imperialista) têm provocado transformações em toda a totalidade social engendrando novos fenômenos correlatos aos fundamentos materiais da chamada “questão social” na contemporaneidade. Para ele, a concisa discussão desenvolvida por Marx acerca da *Lei Geral da Acumulação Capitalista*:

[...] revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de *corolário necessário* do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da

³⁶ Em sua origem, as primeiras expressões dessa teoria emergem no final da Segunda Guerra Mundial, no contexto do Estado de Bem-Estar, com Hayek, que se coloca em oposição à intervenção do Estado entendendo-a como algo nefasto para a economia do país. Argumenta em seu livro **O Caminho da Servidão**, de 1944, que o Estado intervencionista dos anos de ouro, denominação dada ao período de Bem-Estar na Europa e Welfare State nos Estados Unidos, era mortal não apenas para a liberdade da economia do país, mas também da política. Considera primordial a extinção da intervenção estatal na regulação do mercado, porque isto impedia o desenvolvimento econômico. Rebate ainda o solidarismo das políticas de proteção social que visavam o enfrentamento às expressões da questão social (desemprego, pauperismo, desigualdade social, etc.) porque, conforme, argumenta Merquior citando Hayek, “[...] os problemas humanos são demasiados complexos e mutáveis para serem dominados de forma ‘construtiva’ pelo intelecto humano” (MERQUIOR, 1991, p.190).

“questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. *A “questão social” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar* (idem, p.15-16.).

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista em seu estágio tardio revela-nos, sob novas nuances político-sociais, a materialidade da “questão social”, porquanto a polarização entre riqueza e pobreza advinda da apropriação privada da riqueza social produzida. A exploração ininterrupta da força de trabalho pelo capital confirma a indissociabilidade das manifestações da questão social expressa na imanente desigualdade das relações sociais burguesas. Dessa maneira, segundo Netto, a conjunção da ação e repressão do Estado no controle da desigualdade e da pobreza configuradas na “flexibilização”, “desregulamentação”, “privatização” – linhas condutoras do chamado projeto restaurador do capital – tomadas pela política neoliberal como mecanismo de controle da crise, corroboraram para “A articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” (idem, p17-18.)”.

Tal ação pode ser designada, conforme Netto, como parte constituinte da face contemporânea da barbárie, na medida em que a conjunção de políticas sociais minimalistas, isto é, voltadas para os extremamente pobres, sequer arranha o cerne da questão da desigualdade. Pois, o assistencialismo prestado pelo Estado através das políticas sociais tende a manter a condição de dependência dos indivíduos, porquanto não possibilita autonomia ou mudanças significativas em suas vidas, tão somente possibilita uma sobrevivência miserável e degradante com a reprodução ininterrupta da desigualdade, pois a mudança do status de miserável, pobre ou ainda extremamente pobre é apenas nomenclatura deixando intocável o seu fundamento. Segundo Netto:

A conjunção “globalização/” neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social”- o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito (idem, p.18).

Para tanto, a operacionalização da máquina estatal evidencia que os corolários da exploração, alienação que regem a ordem burguesa atendem às dinâmicas histórico-políticas configuradas a partir da intensificação das contradições, isto é, da relação capital/trabalho cuja reprodução assenta-se na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza social produzida. Netto aponta ainda que, o tardo-capitalismo vem operando no sentido de reduzir a soberania dos estados nacionais, sobretudo em relação à responsabilização da permanência da desigualdade e da pobreza. Com isso: “A desqualificação do estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, o Estado máximo para o capital” (idem, p.28).

Nesse sentido, a hipertrofia da dimensão ação/repressiva do Estado burguês tem se conjugado em outra dimensão, coesiva e legitimadora, na medida em que promove um novo assistencialismo, um novo filantropismo de cunho público e privado com as chamadas “parcerias público-privado” que constituem as políticas sociais dos 80/90 como mecanismo que permite gerenciar e controlar a pauperização e desigualdade cada vez mais intensificada pelas contradições imanente à ordem burguesa Nas palavras do autor:

a “flexibilização” do tardo-capitalismo, levando a massa dos trabalhadores à defensiva e penalizando duramente a esmagadora maioria da população mundial, não resolveu *nenhum dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital*. Mais ainda: diante da magnitude hoje alcançada por estes problemas – e expressa em três ordens de fenômenos: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre [...]; a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica, que nos afetará a todos” –, todas as indicações sugerem que o tardo-capitalismo oferecerá respostas predominantemente *regressivas*, operando na direção de um novo barbarismo, de que as formas contemporâneas de *apartheid* social são já suficientemente nítidas. Tais respostas, todavia, retroagem sobre a “ordem da reprodução sociometabólica do capital”, afetando a viabilidade da reprodução do próprio tardo-capitalismo e trazem à superfície “a ativação dos limites absolutos do capital” (idem, p.30).

Segundo Netto, apoiando-se em Mészáros, a ativação dos limites absolutos do capital na contemporaneidade revela-nos o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem burguesa. Contudo, ressalva que:

A instauração do capitalismo abre um extraordinário horizonte de desenvolvimento das forças produtivas, que permite a otimização da relação sociedade/natureza; a criação do mercado mundial instaura a alternativa do gênero humano tomar consciência da sua unidade; viabiliza-se uma literatura universal; realiza-se a emancipação política dos homens e a ordem burguesa engendra a sua negação, isto é, a possibilidade concreta da sua superação, da superação da pré-história da humanidade, mediante o protagonismo de uma de suas criações – o proletariado – na revolução que abre o passo à sociedade fundada “na livre associação dos livres produtores”, onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos“ (idem, p.32)”.

Não obstante, todos esses revolucionamentos na estrutura socioeconômica desde o princípio do capitalismo, tem-se demonstrado no atual estágio de desenvolvimento da ordem do capital (imperialismo), a incapacidade de constituição de alternativas progressistas para a humanidade, e, sobretudo para grande massa de trabalhadores. Portanto, sua constituição fundante determina indubitavelmente uma produção social desigual, orientada para o lucro privado de poucos em detrimento da pobreza e miséria para muitos.

Nessa direção Mota (2009), aponta que as relações sociais capitalistas revelam a coexistência inseparável de pólos de riqueza e pauperismo que demonstram de forma indubitável e contrastante como o crescimento e ampliação da riqueza são paralelos à existência do pauperismo. Nesse sentido, a autora traz dados que revelam o fosso entre riqueza e pobreza que solidificam a desigualdade. Segundo a autora, pesquisa das Organizações das Nações Unidas e do Instituto Mundial de Pesquisa sobre a Economia do

Desenvolvimento, revelam que: “ 2% dos adultos que habitam a Terra detêm 50% de toda a riqueza, ao passo que cabe aos 50% de adultos mais pobres somente 1% dela” (MOTA, 2009, p.22).

Diante disso, entram na pauta dos organismos multilaterais a criação de políticas e programas para o desenvolvimento, no sentido de enfrentar o quadro mundial da pobreza e exclusão que expressam como a desigualdade vigora nas relações sociais burguesas. Assim, a ONU, constituiu juntamente com os estados a ela vinculados um documento intitulado “Declaração do Milênio”, no qual se estabeleceram metas para retomada do crescimento econômico e desenvolvimento social. Porém, uma primeira avaliação destas metas logo após cinco anos revelou resultados deprimentes. Decorridos os quase 15 anos propostos para que se alcançassem os objetivos declarados naquele documento, cuja diminuição da pobreza e da desigualdade estão delineados como metas a serem atingidas, o que se percebe é que a desigualdade tem adensado as relações sociais à um nível cada vez mais degradante e miserável da humanidade, haja vista a crise estrutural do capital ser de caráter global, atingindo a totalidade social e revelando o caráter destrutivo que podemos alcançar nos momentos de intensificação desta crise. Dessa maneira, referenciar a desigualdade em números quantitativos, com estatísticas forjadas para velar a desigualdade de classes tem sido um dos mecanismos que corrobora para o gerenciamento e a manutenção da exploração da força de trabalho com políticas sociais minimalistas, como também a mercantilização destas políticas como tendência para ampliação do mercado consumidor em consonância com as necessidades do capital em crise.

Nessa conjuntura, Coggiola apreende que o neoliberalismo corresponde, em última instância, a mais uma forma do Estado operacionalizar a crise capitalista, demonstrando assim a intrínseca relação da base econômica com a estrutura política, cuja reprodução não pode ser autonomizada. Economia e política expressam uma determinada forma de produção e reprodução social, são, portanto indissociáveis e complementares entre si. Assim:

As privatizações, fechamento de empresas, bloqueios à produção, destruição dos serviços públicos, não expressam uma ideologia determinada, mas veiculam o método fundamental do capitalismo para sair da sua crise e reconstituir suas margens de lucro: a destruição do potencial produtivo historicamente criado pela sociedade, que torna evidente o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e as relações de produção vigentes. Essas políticas exprimem uma necessidade orgânica do capitalismo em período de crise (COGGIOLA; 1995 p.196).

Para Coggiola, o capitalismo e sua contradição estrutural têm demonstrado historicamente em todos os seus estágios de desenvolvimento sua capacidade de produzir e destruir de acordo com as necessidades de sua reprodução. Assim, a crise atual se intensifica, podendo ser designada, nos termos de Mészáros como rastejante e insolúvel, revelando a

incompatibilidade de termos sob a lógica do capital um desenvolvimento verdadeiramente justo e igual para todos, visto que tal lógica se orienta fundamentalmente para um crescimento desigual, isto é, sob a vigência de uma substancial e real desigualdade entre os homens limitando o caráter emancipatório da humanidade aos patamares mesquinhos e individualistas que regem esta sociabilidade. Segundo Coggiola:

O caráter disparatado das forças neoliberais torna evidente que não nos encontramos face a uma ofensiva política ordenada e coerente, mas diante de um recurso de crise aplicado pelo conjunto das forças (de qualquer orientação política ou cor ideológica) comprometidos com o capital e com o imperialismo (idem, p.199).

Portanto, o compromisso assumido pelos Estados com adoção de medidas ditas “neoliberais” denota que sob o estágio imperialista do capital, a prevalência do mercado como meio orientador das relações sociais como propagara os liberais, não se modificou, pelo contrário é intensificado com adoção de medidas que visam atender permanentemente as necessidades do mercado. Nesse sentido, Coggiola, entende que a crise capitalista não se resolve com mais desenvolvimento tecnológico e econômico nos moldes regidos pelo capital, isto porque o que orienta a reprodução capitalista é produção de mais-valia e, sobretudo sua realização, ou seja, o consumo – a valorização do capital. Quando isto não ocorre, as crises se intensificam aflorando as contradições sociais que regem esta sociabilidade. Logo, para Coggiola:

A crise não é, como querem alguns, um processo de reestruturação tecnológica. Supor que um “milagre tecnológico” (ou novas tecnologias) tirará o capital da crise, é esquecer que o capitalismo é um sistema de produção de valores (isto é, de mais-valia), cuja não realização no mercado faz ruir o conjunto do sistema (qualquer que seja seu nível tecnológico); é esquecer que o capital é uma contradição em processo e cair no “fetichismo tecnológico”. O destino da crise capitalista não se decide nos laboratórios de hardware, mas no cenário da luta de classes mundial (idem, p.200).

Com efeito, as orientações do Estado neoliberal, sobretudo em relação às políticas sociais são de manutenção da desigualdade e não de superação, haja vista os mecanismos adotados pelos Estados e o grande capital estarem voltados para o atendimento das necessidades mercadológicas, fetichizando a vida dos homens a lógica do mercado e ao consumo artificial³⁷.

Nesse sentido, superar a desigualdade implicaria reverter a lógica imanente do capital por mais-valia, pois é desta lógica que a exploração e dominação do capital brotam

³⁷ O papel do Estado neste contexto é de viabilizar a “inclusão” dos que estão à margem do mercado, criando mecanismo de crédito popular que incentive o consumo desta população. Contudo, suas reais necessidades são fetichizadas, desenvolvendo-se mecanismos de consumo, especialmente com a utilização da publicidade de massa para um consumo cada vez mais artificial, que na verdade se dirige a atender as necessidades do mercado do grande capital em crise. Para maiores esclarecimentos ver: Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro (MOTTA, 2012, p.29-44).

reproduzindo riqueza e pobreza em consonância com uma constante desumanização dos homens, na medida em que a mercantilização das relações sociais não permite a entificação de relações sociais cuja reprodução esteja voltada para o atendimento do ser humano genérico em sua totalidade.

No que concerne à polarização entre carência e privilégio que perpassam as sociedades de classes Chauí *apud* Coggiola afirma:

“de fato nossa sociedade é polarizada pela divisão entre a carência e o privilégio. A marca da primeira é ser sempre específica e particular, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Por seu turno, a marca do privilégio é a particularidade, não podendo generalizar-se num interesse comum e muito menos universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. A marca, porém, da democracia é a criação de direitos e, assim nossa sociedade encontra-se estruturada de tal modo que não há como consolidar a democracia. É preciso criá-la. Ora, o neoliberalismo, como vimos, opera por exclusão, pela polarização de bolsos de privilégios e de miséria, pela dos direitos sociais e políticos” (Chauí *apud* Coggiola, p.200).

Para a autora, carência e privilégio expressões da desigualdade nas relações sociais de uma sociedade dividida em classes são marcas que perpassam universalidade e particularidade de relações. Assim sendo, o privilégio torna-se uma particularidade e a carência tende a universalizar-se nas relações sociais, na medida em que o privilégio para tornar-se direito de todos teria que ser a regra universal e não particular, deixando, portanto, de ser privilégio.

Contudo, a desigualdade vigente obedece e consolida a polarização entre privilegiados e carentes. Como o propósito que rege a democracia é a criação de direitos, uma sociedade marcada pela divisão entre privilegiados e os que vivem em carência não pode consolidar direitos. A democracia se particulariza porque é de poucos, pois a noção de direitos nesta sociabilidade está limitada aos grupos privilegiados que podem acessar direitos políticos e sociais e, por conseguinte, manter seus privilégios particulares em detrimento da carência universal de muitos. Portanto, conforme Coggiola:

Não existe uma ordenada ofensiva econômica, política e ideológica, neoliberal, que expressaria o surgimento de um “novo” (e irresistível) capitalismo, contra o qual só poderíamos opor um programa mínimo (“democracia”), mas um conjunto de políticas mais ou menos empíricas destinadas a descarregar a mais profunda crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores. Políticas que expressam a própria crise institucional do sistema capitalista, e contra as quais devemos defender não apenas os direitos sociais e políticos adquiridos, mas a perspectiva e o programa da revolução socialista, como única alternativa realista e viável contra a catástrofe provocada cotidianamente pelo domínio do capital (idem. p.202).

O autor enfatiza que não há uma mudança na estrutura do capital que engendre “novas formas” de desenvolvimento via política neoliberal, que seja capaz de mudar os rumos da crise estrutural do sistema. O que se apresenta com as transformações na estrutura econômica e social com o capital em crise são novas expressões sociais dessa crise que passam a atingir a

totalidade social, haja vista o capital financeiro globalizado dinamizar o adensamento das contradições sociais.

A saída para crise não está nessa nova maneira de administrar política e economia, a saída para a crise e para a humanidade está além da ordem capitalista, perpassaria uma nova ordem econômica, política e social em que os homens entifiquem sua reprodução em conformidade com as reais necessidades da humanidade, protagonizando historicamente a transformação radical da produção do capital em uma produção social que permita um desenvolvimento consciente e livre, em conformidade com as necessidades humano-genéricas em sua totalidade. Tal orientação possibilitaria a libertação das condições de exploração impostas pela lógica capitalista de reprodução pautada no lucro e acumulação individuais.

Pode-se apreender que não há nada de novo em relação à estrutura da produção social capitalista na atualidade no que concerne a seus elementos fundamentais de reprodução. Para materializar nossa discussão, contemporaneamente observamos que, conforme MOTTA (2009), a transformação das políticas redistributivas em políticas compensatórias para o controle da desigualdade atendem a necessidade estratégica de manter a pobreza em patamares aceitáveis. Significar dizer que a necessidade imanente do capital de lucrar não tem permitido na atualidade, dado a sua crise estrutural qualquer abertura para redistribuição, percebemos assim, que as ações compensatórias do Estado via políticas gerenciadas por organismo internacionais do capital financeiro, através de programas de compensação, com complementação de renda não eliminam o fosso desigual entre as classes, apenas administra seus efeitos sem ir às causas.

As novas configurações sociais e históricas adensadas pela crise estrutural do capital engendram novos mecanismos de reprodução que não alteram a contradição fundamental capital/trabalho, isto é, a de que a produção social assenta-se na apropriação privada da riqueza social com a exploração imanente da força de trabalho. Nesse sentido, as antigas e novas formas de controle e gerenciamento da desigualdade, criadas pelo Estado em conjunto com a classe proprietária do capital, seja qual for o estágio de desenvolvimento do capital, expressam tão somente como esta problemática e seus desdobramentos nas mais diversas expressões da chamada “questão social” é um corolário imanente e ineliminável da reprodução social burguesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a desigualdade social na ordem capitalista, partindo dos pressupostos basilares de Karl Marx em *O Capital*, observamos que sua processualidade histórica tomou um contorno diferente nesta sociabilidade, haja vista a liberdade e igualdade na condição de vendedores e compradores da força de trabalho criar novos parâmetros para a reprodução social. A suposta igualdade e liberdade evidencia, sobretudo, a condição desigual em que se encontram os homens no momento de produção de suas vidas. Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas sob o capital trouxe a abundância, porém esta abundância não significou um progresso para humanidade em sua totalidade; daí seu caráter contraditório, na medida em que as condições de dominação do capital sobre o trabalho não permitem a emancipação dos homens para patamares cuja existência humana e seu desenvolvimento seja o foco direcionador da produção e reprodução social.

Constatamos que com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob o capital, impulsionadas pela necessidade de lucro constante, ocorre a expansão e acumulação do capital modificando sua composição orgânica. Este processo designa-se por uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante, dinâmica que engendra um mecanismo de controle do capital sobre o trabalho adensando ainda mais a desigualdade. A diminuição do capital variável – força de trabalho- significa desemprego a uma parcela dos trabalhadores; surge então a chamada superpopulação relativa em relação ao processo de acumulação do capital, que ora absorve, ora expulsa força de trabalho a depender das necessidades de acumulação do capital.

Assim, o movimento de reprodução do capital, no qual a desigualdade entre os homens constitui momento ineliminável da lógica de acumulação e expansão, reproduz ininterruptamente as condições fundamentais que polarizam de forma sempre desigual a reprodução social dos homens. É deste movimento que se estrutura a desigualdade social como funcional aos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista engendrou uma estrutura de classes com uma estratificação mais complexa à medida que as necessidades do capital e de sua acumulação foram exigindo uma força de trabalho mais especializada com a extração da mais-valia relativa. Pode-se dizer que a acumulação do capital necessita de uma força de trabalho que garanta sua reprodução sempre em patamares mais elevados.

Ocorre uma estratificação ampliada da classe trabalhadora com uma relativa autonomia de grupos de trabalhadores, o que não quer dizer uma eliminação da desigualdade basilar das relações que se gestam entre capital e trabalho perpassadas por exploração e

dominação. Assim, nossa reflexão se dirigiu a pensar sobre os limites desta sociabilidade, evidenciando que as políticas redistributivas não tocam no cerne da questão que fundamenta a desigualdade social, na medida em que tais políticas corroboram para criar uma identidade mistificada da classe trabalhadora, como por exemplo a ilusão do Estado de Bem Estar Social, que ao redistribuir riqueza em alguns países e para alguns trabalhadores consolidou e legitimou a ação do Estado como corolário necessário a reprodução do *status quo* que funda a desigualdade social sob o capitalismo.

Feito este percurso, apreendemos que a desigualdade social é intrínseca à ordem burguesa e às formas de controle do capital sobre o trabalho. Torna-se, portanto, indispensável a tal reprodução, na medida em que a separação entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho é basilar e deve ser mantida para que a estrutura da ordem capitalista reproduza em simultaneidade riqueza e pobreza.

A rigor, apreendemos que na processualidade histórica as alternativas teóricas e políticas para enfrentar a problemática da desigualdade social limitam-se ao gerenciamento desta no interior das relações burguesas, demarcadas por reformas sociais e morais que tendem a manter a desigualdade nos patamares que permitem a continuidade da ordem capitalista. Assim, a solução para tal problemática exige uma prática capaz de suprimir a ordem social que a consolida. O que só é possível superando-se as relações de dominação e exploração vigentes. O arrefecimento das lutas sociais na contemporaneidade deve ser superado por uma luta contínua capaz de transformar substancialmente a exploração do homem pelo homem que limita a humanidade a uma existência mercantilizada e vazia.

Nesta direção, entendemos ser possível não nos limitarmos às soluções que emergem do aparato ideológico-político da ordem burguesa que, notadamente, fetichizam a solidariedade entre os homens e as políticas sociais como mecanismos de cidadania burguesa, desconsiderando que nossa sociedade é demarcada por uma intrínseca desigualdade entre classes, portanto, não se enfrenta desigualdade, sem enfrentar o capitalismo em suas bases materiais de reprodução, ou seja, na forma de produção de riqueza que norteia esta sociedade.

Vimos também que dentro dos moldes capitalistas, a desigualdade permanece e reproduz-se em conformidade com suas determinações estruturais, o que se modifica são as formas de gerenciamento, cuja burguesia salvaguardada pelo Estado paramenta-se em projetos e ações políticas que tendem a desvincular pobreza e desigualdade da acumulação de riqueza.

Com isso mantêm-se as condições que permitem a reprodução da desigualdade sem tocar no cerne da questão, designando que a falta de cidadania, de consumo, de direitos, enfim, dos meios necessários a uma reprodução mais justa e igualitária para todos pode ser

atingida gradualmente através de novas reformas e novos gerenciamentos do problema. Mudam-se as formas, mas permanecem as raízes do problema que não se encontram na ausência de desenvolvimento de indivíduos ou da sociedade, mas na permanência da apropriação privada da riqueza social produzida.

Conforme foi assinalado ao longo da nossa investigação acerca da desigualdade social, à medida que a acumulação do capital avança redimensionando as forças produtivas, o Estado e todo seu aparato político-ideológico redefinem suas ações, sem, todavia deixar de cumprir sua função social de protetor da propriedade privada e, por conseguinte, gerenciador da desigualdade social. No capitalismo dos monopólios o objetivo fundamental dos grupos monopolistas é a maximização dos lucros, conforme analisado por Baran & Sweezy. De modo que o crescimento do excedente nesse período se tornou um problema para os capitalistas, que amparados pela necessária e contínua intervenção do Estado buscam através de uma “nova” distribuição de riqueza, amenizar os efeitos da imanente desigualdade de classe, criando uma procura adicional através de compras estatais às empresas monopolistas, designando assim novas formas de consumo para classe trabalhadora. Tal mecanismo possibilita o controle e o gerenciamento da desigualdade social para reprodução do capital em escala ampliada, que trouxe à tona as contradições mais pujantes do sistema capitalista.

Vimos também, que a implementação de reformas democráticas e a conquista de direitos sociais, políticos e civis não alterou substancialmente a lógica de reprodução do capital, porquanto sua operacionalização tem em sua base a desigualdade, expressa na separação entre os meios de produção e subsistência e os produtores diretos, que perpetua a relação de compra e venda da força de trabalho e reproduz desigualdade. Assim, a incorporação das reais necessidades dos trabalhadores pelo poder político é incompatível com a lógica do sistema capitalista e, conseqüentemente, inconciliável com a função social exercida pela administração do Estado, cujo gerenciamento das contradições advindas da relação capital/trabalho é incapaz de apreender as bases materiais da desigualdade e, por conseguinte, da relação indissociável que há entre a desigualdade social e a reprodução do capital.

Ao examinarmos a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, constatamos que o crescimento da acumulação de capital é acompanhado pelo crescimento da miséria, isto é, o progresso da acumulação advindo do aumento da produtividade do trabalho com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas é paralelo à degradação das condições materiais de existência da classe trabalhadora. Com efeito, esta relação indissociável é consequência da redução da demanda por força de trabalho em relação às necessidades de reprodução do capital, que tendencialmente equaciona o número de trabalhadores empregados ampliando o

exército industrial de reserva, mantendo as condições de desigualdade e pobreza de muitos como condição indispensável para a produção de riqueza e acumulação de uma minoria.

Vimos, conforme Baran e Sweezy, que no capitalismo dos monopólios a estrutura social se complexifica, redimensionando novas configurações sociais para a classe trabalhadora, dentre estas podemos citar o aumento do desemprego, da desorientação, e da apatia, a transformação do lazer em tempo gasto na passividade e na ociosidade, e a desestruturação familiar. O agravamento das condições de existência da classe trabalhadora constitui uma das expressões mais evidentes das contradições que regem a reprodução do capital repercutindo diretamente na problemática da desigualdade e conseqüentemente exigindo uma ação contínua e racionalizada do aparato ideo-político para manter o *status quo* de desigualdade desta sociabilidade de forma naturalizada, desembocando em ações meramente paliativas e reprodutoras da desigualdade.

A intensificação dos antagonismos entre capital e trabalho provoca uma luta política entre as suas classes fundamentais, que a depender das configurações históricas engendram novas formas de gerenciamento da desigualdade pelo Estado. Assim, nesta processualidade histórica se estruturou o chamado Estado de Bem-Estar Social, que implantou ações contínuas com ofertas de serviços públicos (saúde, educação, habitação, transportes), principalmente nos países europeus, proclamando a democratização da política, o pleno emprego, aumento do consumo para classe trabalhadora de bens duráveis, enfim todo um aparato designado como capaz de acabar com a exploração capitalista e a luta de classes trazendo mais justiça e igualdade para todos. Porém, esta configuração histórica limitou-se a alguns países da Europa conduzindo um processo que possibilitou reproduzir uma força de trabalho mais qualificada sem eliminar a exploração, ou seja, permitindo a reprodução da desigualdade de forma cada vez mais camuflada.

Contudo, a partir da década de 1970, com a crise estrutural do capital, surgem as bases para a formação do Estado mínimo, ou seja, de outro modelo de intervenção do Estado mais adequado às necessidades do capital em crise, evidenciando ações de gerenciamento da pobreza e da desigualdade que se limitam a gerar as condições de reprodução do capital sem ir ao cerne da questão. Com efeito, a consolidação da ordem capitalista, com seu despotismo fabril designado como trabalho “livre” protegido pelo Estado e pela classe burguesa, que ao conquistar o poder restringe os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados pelos revolucionários franceses aos limites de reprodução da sua condição de classe proprietária dos meios de produção, notadamente de classe que explora e oprime a classe desprovida destes meios, assim, reproduz as condições de desigualdade naturalizando-a e

culpabilizando indivíduos, obscurecendo os fundamentos materiais que compõem a totalidade social e suas determinações mais essenciais.

Apreendemos que as novas formas implantadas pelo Estado burguês mantêm a lógica imanente de desigualdade, pois tais ações permitem, sobretudo, a reprodução do capital que abrange o controle e a opressão da classe trabalhadora e o atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores que podem ser ampliadas ou reduzidas a depender das condições econômicas e políticas configuradas historicamente. A desigualdade própria da ordem burguesa revela-nos a natureza do capital, sua indissociabilidade com o movimento de acumulação de riqueza, desigualdade e pobreza, expressões imediatas da propriedade privada dos meios de produção.

Para tanto, o movimento que rege a *Lei Geral de Acumulação Capitalista* que tendencialmente diminui o número de trabalhadores em favor do lucro, continua sob as antigas e novas configurações históricas, haja vista a essencialidade do lucro privado não alterar o movimento fundamental do capital que é apropriar-se de mais-valia para valorizar-se enquanto capital. Neste sentido, a polarização entre pobreza e riqueza produz as condições fundamentais para ampliação e acumulação do capital como também para desigualdade social e econômica que tendem a manter-se como pólo intrínseco ao movimento de reprodução do capital e das classes sociais que dinamizam este processo.

O problema, portanto, não se resolve sob o paradigma de modelos de distribuição de riqueza, porquanto esta sociabilidade tem em sua base a materialidade que a funda como desigual, no momento da produção da riqueza, como apontara Marx: Produção, Distribuição, Circulação são elementos que compõem uma determinada forma de produzir e se complementam entre si, no entanto, a Produção é momento que cria as condições que permitem uma determinada forma de distribuição e circulação da riqueza social produzida.

Com efeito, o modo de produzir é que vai determinar as outras esferas, assim é fundamental mudanças radicais na esfera da produção para que haja uma distribuição que modifique a lógica da apropriação privada da riqueza social produzida, a luta deve tocar o cerne da questão que figura-se no momento da produção, isto porque não são esferas independentes, mas expressam uma totalidade gerada no momento da produção é neste momento que se defrontam homens em condições opostas que se tornam ainda mais insolúveis na esfera da distribuição e circulação.

Como tentamos demonstrar ao longo do nosso trabalho, apropriação privada burguesa relaciona-se diretamente com o processo de pobreza e de desigualdade intrínseco ao movimento de acumulação e ampliação do capital. Portanto, somente a abolição de tais condições, e não somente uma repartição mais igualitária da riqueza social produzida levará à

humanidade a supressão da desigualdade de classe. Dessa maneira, entendemos como apontara Marx, que o movimento de acumulação do capital e sua reprodução são indissociáveis da pobreza e da desigualdade. Qualquer luta pelo fim da desigualdade social que desconsidere a propriedade privada burguesa, condição fundamental para manter a desigualdade, será idealista e utópica, porquanto sob esta ordem a desigualdade se consolida e torna-se essencial e ineliminável.

Como a tendência de contradições que se coloca para esta sociabilidade é o agravamento dos problemas estruturais do capital, a superação da desigualdade e de qualquer outra contradição originada do sistema do capital na sua forma capitalista só depende da classe revolucionária, dos trabalhadores que produzem a riqueza material. Como verdadeiros sujeitos da reprodução da sociedade, são os únicos que podem superar a forma como o capital controla suas vidas. Contudo, isto não é algo simples se considerarmos que a crise estrutural do capital afeta a totalidade dos complexos sociais e, neste sentido, acarreta também uma crise estrutural da política, do Estado, conforme assegura Mézáros (2007). O desafio que se põe exige “enfrentar as causas e determinações estruturais subjacentes que tendem a desencaminhar pela força da inércia muitos programas políticos concebidos para intervenção corretiva, mesmo quando os autores desses programas admitem desde o princípio o caráter insustentável do estado de coisas existente” (MÉSZÁROS, I., 2007, p. 348).

Assim, entendemos que se a exploração econômica dá as bases para as lutas políticas, a desigualdade que se estrutura como elemento fundamental da reprodução capitalista e sua busca incessante por lucros também pode engendrar novas configurações históricas que ultrapassem os antagonismos vigentes. Em suma, o movimento do real e suas contradições podem desencadear processos que possibilitem a humanidade suprimir qualquer forma de exploração do homem pelo homem, dando-lhes condições para um real e livre desenvolvimento de suas potencialidades sócio-humanas genéricas.

Portanto, consideramos que o fim da desigualdade de classes se fará com a supressão da propriedade privada dos meios de produção, da exploração e alienação que o processo de trabalho mercantilizado provoca nas relações sociais.

Nessa direção, a supressão da desigualdade e dos antagonismos advindos desta base está além da ordem do capital, requer, portanto, um movimento que ultrapasse as condições de reprodução do capital e engendre uma nova forma de sociabilidade que tenha nas necessidades humanas a base real para o desenvolvimento da humanidade e de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- BARAN, A. Paul; SWEEZY, M. Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BARBOZA, Ribeiro, Douglas; FREIRE, Silene. *O Serviço Social crítico no atual contexto de redemocratização da América Latina*. IN: **KATÁLYSIS** v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 227-236.
- CARNAÚBA, Marcela Pimentel. *Os meios de comunicação de massa como veículo da alienação: o caráter ideológico e manipulatório da alienação sob a perspectiva de György Lukács*. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.
- COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, futuro do capitalismo? - p.195-202*. In: *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo. Xamã, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedades de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Zahar, 1968.
- HUBERMAN, Léo. *História da riqueza do homem*. 21 Ed, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1986.
- IPEA. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 de nov.2014.
- LESSA, Sérgio. *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- _____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Cortez , 2011.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 1 Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUKÁCS, Georg. *Conversando com Lukács: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Holz; tradução de Gisieh Vianna*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- MALTA, Cláudia Viana de Melo. *A (in) visibilidade de crianças e adolescentes: o avesso da regulação social do estado e os caminhos de resistência*. Maceió: EDUFAL, 2009.
- MANDEL, E. *Introdução ao Marxismo*. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1982.
- MARANHÃO, Cezar Henrique. *Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais*. In: **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:**

crescimento econômico e reprodução da desigualdade. MOTA, Ana Elizabete (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Vol. I. Tomo 1*, – 2.ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Vol. I. Tomo 2*, – 2.ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____.Capítulo XXIII *A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: O Capital – Crítica da Economia Política.* Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo, Nova Cultural Ltda., 1985.

_____.Capítulo XXIV *A Lei Geral da Acumulação Capitalista.* In: O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985.

_____.*Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano.* 1 Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital.* Trad. Paulo César e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____.*A Crise Estrutural do Capital;* Revista do Instituto de Estudos Sociológico. nº 4. – São Paulo: 2000;

_____.*O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI;* trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

MOTA, Ana Elizabete. *Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.* São Paulo: Cortez, 2012.

_____.*Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade: MOTA, Ana Elizabete (org.). - 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.*

PAULO NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica-* 5. ed.- São Paulo : Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

_____.*Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* – São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Uma face contemporânea da barbárie*. In: O social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social. Organizadoras: Gilmaísa M. Costa, Reivan Souza. – Maceió, EDUFAL, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. *Estado classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5).

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. 2. ed. ver.160 p. São Paulo: Instituto Lukács, 2012..

PIMENTEL, Edlene. *Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje*. 2.ed.rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. – tradução Catherine M. Mathieu. – São Paulo: Nobel, 1997.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí. Ed. Unijuí, 2005.

WEFFORT. Francisco, C. (org.). *Os clássicos da política: Maquiável, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “o federalista”*. Série Fundamentos. Editora Ática. São Paulo, 2005.